DANILO CORTEZ GOMES

UM OÁSIS NO SERTÃO

O IFRN E O DESENVOLVIMENTO DO SERIDÓ POTIGUAR



editoraifrn

DANILO CORTEZ GOMES

UM OÁSIS NO SERTÃO

O IFRN E O DESENVOLVIMENTO DO SERIDÓ POTIGUAR

editoraifrn

NATAL, 2026

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marcelo Bregagnoli

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor
José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Francinaide de Lima Silva Nascimento

Diretora de Comunicação Científica
Magda Renata Marques Diniz

Conselho Editorial

Alba Valéria Saboia Teixeira Lopes
Alison Pereira Batista
Alana Driziê Gonzatti dos Santos
Albéris Eron Flávio de Oliveira
Airton Araújo de Souza Júnior
Amilde Martins da Fonseca
Bruno Balbino Aires da Costa
Cedrick Cunha Gomes da Silva
Cláudia Battestin
Elisabete Pianco de Sousa
Ênio Fernandes Amorim
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Jobson Martins da Silva Maranhão
Joicy Suely Galvão da Costa
José Everaldo Pereira
José Geraldo Bezerra Galvão Júnior
José Soares Batista Lopes
Julie Thomas
Kaline Andreza de França Correia Andrade
Leonardo Alcântara Alves
Luciana Maria Araújo Rabelo
Magda Renata Marques Diniz
Marilson Donizetti Silvino
Moisés Llopis i Alarcón
Paula Ivani Medeiros dos Santos
Paulo Augusto de Lima Filho
Pedro Felipe de Lima Henrique
Ramon Evangelista dos Anjos Paiva
Rômulo Magno Oliveira de Freitas
Tacicleide Dantas Vieira
Vanilton Pereira da Silva

Projeto gráfico, diagramação e capa
Charles Bamam Medeiros de Souza

Revisão linguística
Wagner Ramos Campos

Prefixo editorial: Editora IFRN
Linha editorial: Acadêmica

Disponível para *download* em:
http://memoria.ifrn.edu.br

editoraifrn

Contato
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal – RN, CEP: 59015-300
Telefones: (84) 4005-0763 | (84) 4005-0863 | E-mail: editora@ifrn.edu.br



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.
É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte – IFRN
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi

G633u Gomes, Danilo Cortez.
Um oásis no sertão: o IFRN e o desenvolvimento do Seridó Potiguar [livro eletrônico] / Danilo Cortez Gomes. – Natal : IFRN, 2026.
180 p. ; il. ; PDF

ISBN: 978-85-8333-363-0
Inclui referências

1. Educação profissional. 2. Educação – Desenvolvimento local. 3. Instituto Federal do Rio Grande do Norte – Processo de interiorização. 4. Educação tecnológica. I. Título.

IFRN/SIBi CDU 377

Elaborada pela Bibliotecária
Marise Lemos Ribeiro – CRB-15/418

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

Dedico este trabalho a todos aqueles que não me deixaram ficar à beira do rio esperando o tempo passar... Aos que foram e são instrumentos do Senhor em minha vida, auxiliando esse aprendiz do burrinho da Família de Nazaré nessa peregrinação terrestre rumo ao encontro com o Amado de nossas almas... de Deus!

Com o coração cheio de gratidão, dedico este livro especialmente a vocês: Maria Adélisan, Maria Gabriela, Maria Clara, Pedro José, Maria Catarina e ao bebê (*in memorian*).

A educação seria muito pobre se se limitasse a dar noções e informações, e deixasse de lado a grande pergunta em relação à verdade, sobretudo àquela verdade que pode servir de orientação na vida. [...] a alma da educação, como de toda a vida, só pode ser uma esperança certa. Hoje, a nossa esperança está insidiada de muitas partes e corremos o risco de nos tornarmos, também nós, como os antigos pagãos, homens "sem esperança e sem Deus neste mundo" como escrevia o apóstolo Paulo aos cristãos de Éfeso. Precisamente daqui, nasce a dificuldade talvez mais profunda para uma verdadeira obra educativa: na raiz da crise da educação está de fato uma crise de confiança na vida *(Papa Bento XVI em 21.01.2008)*.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 8

2 **ENTRE A EDUCAÇÃO E O TERRITÓRIO: CAMINHOS DA PESQUISA** 14

3 **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL NO RN** 23

3.1 Cem anos da educação profissional: das Escolas de Aprendizes e Artífices até os Institutos Federais 23

3.2 O Instituto Federal no RN: aspectos históricos 35

3.3 O IFRN e seus questionamentos "existenciais": Quem sou eu? De onde vim e para onde vou? 43

4 **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL** 50

4.1 A educação profissional como instrumento de desenvolvimento 50

4.2 Abordagens sobre o desenvolvimento local 68

5 **O SERIDÓ POTIGUAR COMO TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO** 85

5.1 O desenvolvimento do Seridó Potiguar 85

5.2 Políticas públicas de desenvolvimento para o RN 94

5.3 Ações do Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar 99

6 **O IFRN E O PLANEJAMENTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO NO SERIDÓ POTIGUAR** 107

6.1 O processo de interiorização do IFRN no Seridó Potiguar 108

6.1.1 IFRN – *Campus* Currais Novos 112

6.1.2 IFRN – *Campus* Caicó 117

6.1.3 IFRN – *Campus* Avançado Parelhas 121

6.1.4 O IFRN no Seridó Potiguar: algumas indagações 126

6.2 A relação entre a educação profissional e o desenvolvimento local: um olhar para o Seridó Potiguar 132

6.3 Convergências e divergências entre o IFRN e o planejamento estadual para o Seridó Potiguar 143

CONSIDERAÇÕES FINAIS 152

REFERÊNCIAS 160



1

APRESENTAÇÃO

Este livro analisa a relação entre a educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento local no Seridó Potiguar, tomando como referência a expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com destaque para a atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Trata-se de uma obra que resulta do amadurecimento de reflexões e experiências que culminaram na tese de doutorado do autor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com estágio sanduíche na Universidade do Porto, em Portugal.

Com o intuito de esclarecer algumas nuances que geralmente ficam nas entrelinhas do texto, revelo que o título deste livro me é muito caro e traz inúmeras reflexões: Um oásis no sertão! Sim, a educação é como um oásis em meio às intempéries e estiagens constantes no sertão, que geralmente trazem obstáculos para o desenvolvimento. Para complementar o título, tratei da relação entre educação profissional e desenvolvimento local, justamente o desenvolvimento deste território denominado Seridó Potiguar. Aqui, neste chão, nasci, cresci e espero findar meus dias. De fato, sou um seridoense orgulhoso da minha terra, da história desse povo sertanejo e das tradições dos meus currais, visto que Currais Novos é o meu berço e meu lugar no mundo no qual me reconheço como gente da gente e, ao mesmo tempo, me sinto instigado a ser um agente de transformação.

Fui aluno da rede municipal de ensino quando, nos idos de 1993, com apenas 10 anos, contemplei uma maquete de uma "escola de Natal" (na época, ETFRN), exposta no antigo e extinto Colégio Comercial de Currais Novos, com a promessa de que em breve seria dado início à construção daquela "escola grande", na qual sonhava em estudar. Minha infância e adolescência ficaram no passado; todavia, providencialmente, em 2008, já adulto, tornei-me servidor (Administrador) do CEFET-RN e, mais tarde, em 2012, docente do IFRN, atuando desde então no *Campus* Currais Novos.

Nesta instituição de ensino, vi e experimentei muito do que é discorrido nas páginas deste livro. A história da educação profissional no Seridó Potiguar pode ser recente, mas apresenta significativos resultados. Minha atuação como servidor público na minha cidade natal e região vai ao encontro dos anseios do nosso território em busca de desenvolvimento local e regional. Aqui pude e posso continuar sonhando e realizando sonhos; dentre estes, ver meus filhos tendo a oportunidade de estudar no IFRN, assim como sonhei em 1993. Providencialmente, permitiu-me Deus estar em sala de aula com duas das minhas filhas, pelo menos por enquanto. Uma experiência difícil de explicar, pois, nesse oásis, pude ser pai, professor, cidadão, servidor, seridoense e sonhador.

Esta expressão – Um oásis no sertão – surgiu ainda em 2012 quando proferi um discurso numa formatura em que tive a honra de ser paraninfo de uma das turmas concluintes. A verdade é que este seridoense que se tornou docente pôde ver, participar e experimentar de perto, muitos anos depois daquela manhã de 1993, com a expansão e a interiorização da educação profissional e tecnológica, uma oportunidade real, por meio do IFRN, para tantos jovens e adultos desse sertão. Para citar uma frase posta num belíssimo painel que se encontra no *Campus* Currais Novos, acredito que a educação nesse sertão é como um rio que desce do Totoró, atravessa o tempo e corre para o futuro.

A educação é como uma craibeira (*Tabebuia aurea*), também conhecida como ipê-amarelo-do-sertão, uma árvore nativa do

Brasil, típica da caatinga e do cerrado, famosa por sua intensa floração amarela durante a seca, podendo atingir de 5 a 30 metros.

Minhas idas e vindas ao trabalho no IFRN, durante alguns meses do ano, são ocasiões de contemplação da paisagem sertaneja cinzenta, que é ofuscada pelo brilho do amarelo das flores das craibeiras. Que espetáculo!

Nesse ato de contemplação, sempre recordo que essa árvore desafia a lógica aparente da natureza ao florir justamente no período da seca, quando o solo parece negar qualquer possibilidade de vida. A craibeira não ignora a aridez do sertão, mas resiste a ela e, em silêncio, transforma escassez em beleza exuberante.

Assim compreendo a educação, especialmente através do IFRN no sertão do Seridó Potiguar: como uma craibeira que lança raízes profundas no chão duro do sertão e enfrenta as adversidades históricas, econômicas, sociais e geográficas. E mesmo em tempos de estiagem, floresce, anunciando esperança e transformação. Por isso, sua florada anual é sinal de permanência, de adaptação e de possibilidade real para o desenvolvimento de um território recheado de talentos e potencialidades.

Além desta apresentação, o livro está estruturado em mais cinco capítulos, sendo o segundo uma explicação dos aspectos introdutórios e dos caminhos da pesquisa; o terceiro, dedicado à educação profissional federal no Rio Grande do Norte, em seus aspectos históricos e conceituais; e o quarto, à educação profissional e ao desenvolvimento local. No capítulo 5, a temática tem por base o Seridó Potiguar como território de desenvolvimento, a partir de seus antecedentes históricos e de sua dinâmica econômica, até os desafios atuais. Ainda neste capítulo, são apresentadas as políticas públicas de desenvolvimento atuais, com ênfase no Projeto RN Sustentável, mais especificamente com um diagnóstico das ações desse projeto para o Seridó Potiguar. O capítulo 6 traz a análise dos resultados e está dividido em subcapítulos de acordo com os objetivos específicos da pesquisa realizada. Posteriormente, apresentam-se as considerações finais, seguidas pelas referências.



2



ENTRE A EDUCAÇÃO E O TERRITÓRIO: CAMINHOS DA PESQUISA

Este livro não tem a intenção de romantizar a educação profissional; muito pelo contrário, busca explicitar como a expansão e a interiorização desta podem contribuir com o desenvolvimento local das mais diversas regiões do país, como no caso do Seridó Potiguar.

No Brasil, a educação profissional se insere em um contexto de constantes mudanças e desafios ao longo do tempo, pois, desde o período colonial até o presente, surgem tentativas de promover uma educação técnica e profissional que se adeque às necessidades da sociedade e – por que não dizer – também às necessidades do mercado. Vale salientar que, na história do Brasil, as primeiras tentativas referentes à educação profissional tinham como pressuposto básico a assistência aos desvalidos (Fonseca, 2013), o que já indicava a necessidade e a importância de tal modalidade de ensino para o país, pois, em tempos de recessão ou nas regiões mais pobres, essas pessoas são as que mais sofrem as duras consequências, como a falta de oportunidades e empregos.

Considerando que a inserção e a manutenção dos profissionais no mercado são alguns dos principais desafios, ressalta-se o

papel da educação profissional para a qualificação de profissionais que atuam ou atuarão no mercado de trabalho, criando condições para que esses profissionais se tornem competitivos e tenham como uma de suas características a empregabilidade (Alves e Vieira, 1995; Dantas, 2001; Carvalho, 2003). Cabe ressaltar que a educação traz em sua gênese a capacidade de orientar o indivíduo em habilidades de socialização e integração em uma sociedade dinâmica e competitiva, tornando-se um verdadeiro instrumento de liberdade (Sen, 2010).

Nesse cenário, destaca-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), com sua interiorização através dos diversos *campi* espalhados nas mais distintas regiões do Brasil, tomando, então, "posição estratégica importante como elemento criativo de alavancagem, junto com outras políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil" (MEC, 2004, p. 6). Ressalta-se a elevação dos números relacionados à temática em questão, a saber: de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país e, de 2003 a 2016, já foram disponibilizadas mais de 500 novas unidades. Com investimentos consideráveis no projeto de expansão, atualmente a RFEPT conta com 644 *campi* em funcionamento, distribuídos por 568 municípios espalhados em todos os estados brasileiros (Brasil, 2016).

Na visão de Pacheco (2011), esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo de irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o papel dos Institutos Federais, criados com a promulgação da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é o de proporcionar aos cidadãos qualificação e competência técnica em todos os níveis de ensino oferecidos, que vão desde a formação inicial e continuada de trabalhadores à formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação).

Em mais de uma década desde a promulgação da lei supracitada, os Institutos Federais já passaram por muitos desafios, dentre

eles a própria institucionalização por parte de seus servidores pautada em divergências quanto aos aspectos de natureza identitária da instituição (Fernandes, 2015), bem como a percepção das comunidades e das regiões em que essas unidades de ensino estão instaladas, além das recentes mudanças de governo, com diminuições de dotações orçamentárias (IFRN, 2019f).

No que se refere ao processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Rio Grande do Norte, este teve início em 1994, com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (IFRN, 2017). Entretanto, a continuidade ocorreu apenas doze anos depois, quando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) deu início à primeira fase da "nova" expansão, já no governo Lula, com a implantação de três novas unidades descentralizadas de ensino, instaladas nas cidades de Natal – Zona Norte, Ipanguaçu e Currais Novos.

No ano seguinte, em 2007, foram iniciadas as construções de mais seis unidades descentralizadas, que faziam parte da segunda etapa da "nova" expansão, culminando com unidades de ensino nas cidades de Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Ainda na segunda fase da expansão da Rede Federal, foram construídos os *campi* de Natal – Cidade Alta, Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Nessa época, foi feito um investimento na expansão física do IFRN *Campus* Natal – Central, para possibilitar a criação do *Campus* de Educação a Distância (EaD), atualmente Natal – Zona Leste. Posteriormente, surgiram os *campi* de Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi, já na terceira fase da expansão, e, por último, os *campi* avançados de Lajes e Parelhas, além de Jucurutu.

Na visão de Pereira (2009b), de modo semelhante ao que está proposto na Lei n.º 11.892, que criou os Institutos Federais, e em alguns documentos institucionais (IFRN, 2012), o papel previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que

historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Nesse aspecto, cabe aos Institutos Federais não apenas resgatar, mas possibilitar que esses cidadãos possam ser agentes transformadores dessas regiões e de tantas outras em que possam atuar (Pereira, 2009b). Para Pereira (2009c), são justamente os Institutos Federais que deverão ter a agilidade para conhecer a região em que estão inseridos, e ao mesmo tempo, condições de dar respostas mais efetivas aos anseios dessas comunidades.

Segundo Pacheco (2011, p. 50),

> essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Isso implica articular, com base na experiência institucional centenária e inovadora, todos os princípios que fundamentam o Plano Nacional de Educação – visão sistêmica da educação, sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico e social (MEC, 2007).

Diante do exposto, é pertinente explorar essa relação entre educação profissional e desenvolvimento local, especialmente quando integrada em uma perspectiva regional e vinculada direta e indiretamente a outros atores institucionais, como o Governo do RN, com seu planejamento em médio e longo prazos, que tem como foco as peculiaridades das regiões do estado.

Nesse contexto, a instituição é tida como parceira junto aos arranjos produtivos do estado, como enfatiza uma pesquisa realizada pela RedeSist (Apolinário, 2010a) e outra sobre os cinco eixos integrados de desenvolvimento, evidenciando que a capilaridade dos Institutos Federais no RN é tida como uma força e uma parceria importante (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017), confirmando o que dissera Pacheco (2011, p. 19) a esse respeito:

> os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

No Rio Grande do Norte, está em vigor o Projeto RN Sustentável, que posteriormente passou a ser denominado *Governo Cidadão: desenvolvimento e sustentabilidade*, objeto do acordo de empréstimo firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Governo do RN, destinado a contribuir com os esforços para reverter o cenário de baixo dinamismo socioeconômico regional, prestando serviços públicos de forma mais eficaz e eficiente, além de apoiar ações de modernização da gestão do setor público, visando melhorar a qualidade de vida da população potiguar (Governo do RN, 2013b).

É preciso evidenciar que o Projeto RN Sustentável, dada a lógica da proposta de desenvolvimento do estado, optou por trabalhar com o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APLs), devido à sua amplitude e à possibilidade de se atingirem melhores resultados dentro da estratégia de desenvolvimento (Governo do RN, 2013b). De acordo com Apolinário (2010b), arranjos produtivos locais são promovidos por um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais. O IFRN integra esse conjunto de atores e constitui-se em ator social relevante, sendo que a expansão e a interiorização dessa instituição são instrumentos valiosos para o desenvolvimento local e regional, conforme diretriz institucional básica e central descrita no Projeto Político-Pedagógico (IFRN, 2012).

Com efeito, atribui-se à educação profissional e tecnológica a capacidade de criar condições para a problemática da empregabilidade, vistas as lacunas existentes no que se refere à qualificação da mão-de-obra (MEC, 2004; Sampaio, 2013). Contudo, outras vertentes precisam ser levadas em consideração para que o aluno não seja visto como mero capital humano, mas como sujeito que

pode contribuir para o desenvolvimento de sua localidade. Segundo Pacheco (2011, p. 22), "nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso". O mesmo autor ainda afirma que os Institutos Federais

> devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada (Pacheco, 2011, p. 22).

Para o MEC (2004), urge enfatizar a visão da atual política pública que explicita a importância do resgate da educação profissional e tecnológica como uma atividade construtiva, articulada com outros níveis de desenvolvimento econômico e cultural do país e com a universalização da educação básica de características humanistas e científico-tecnológicas, extirpando a visão utilitarista e pragmática.

Nesta perspectiva, Pacheco (2011, p. 14) defende uma expansão que "deve ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado", exigindo uma intervenção mais ampla na sociedade. Por isso,

> não basta o avanço técnico e que ele seja apropriado apenas por alguns grupos sociais. Trata-se de introduzir a questão da qualidade do desenvolvimento, de como o esforço de inovação e de produção tecnológica irá beneficiar o maior número possível de pessoas e não gerar ou reforçar uma estrutura de privilégios (Lima, 2009, p. 119).

Isso possibilita o surgimento do desenvolvimento econômico e social apregoado por Celso Furtado (2000) e por Amartya Sen (2010). Lembrando que uma das finalidades dos Institutos Federais é atuar em favor do desenvolvimento local e regional, torna-se necessário

> um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade (Pacheco, 2011, p. 20-21).

A própria instituição sugere estudos como o que foi realizado no intuito de melhor conhecer as especificidades das regiões em que atua (IFRN, 2012).

Dessa maneira, sendo a educação profissional uma temática pertinente e dificilmente relacionada ao desenvolvimento local (Marini e Silva, 2011), com base em outros atores institucionais, tem-se como questionamento central: qual a relação entre a educação profissional e o planejamento estadual para o desenvolvimento do Seridó Potiguar?

Essa indagação parte da compreensão de que o IFRN contribui positivamente para o desenvolvimento do Seridó Potiguar, porém, nem sempre com plena convergência com os objetivos e finalidades das políticas de desenvolvimento local e regional do planejamento estadual, aqui representado pelo Projeto RN Sustentável.

A hipótese em que se baseia este livro é a de que esses aparentes parceiros (IFRN e Governo do RN) têm compreensões distintas acerca do desenvolvimento local: o Instituto Federal busca promover o que existe de universal nessa realidade. Isto é, cada região possui sua própria realidade, que sempre terá relação com o contexto mais geral ou universal. Concomitantemente, compreender a realidade local possibilita melhor entendimento do contexto universal, pois ela é parte deste. Por outro lado, o planejamento estadual permanece buscando identificar apenas as chamadas "vocações naturais" ou potencialidades da região.

Desse modo, examinar a relação entre a educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento do Seridó Potiguar, com base nas atividades desenvolvidas pelo IFRN e nas ações definidas no planejamento do desenvolvimento estadual, por meio do Projeto RN Sustentável, constituiu o objetivo central, tendo como objetivos específicos: 1) investigar o processo de interiorização do IFRN, mais especificamente no Seridó Potiguar; 2) analisar as ações e especificidades do Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar; 3) examinar a relação entre as atividades do IFRN no Seridó Potiguar e o planejamento do desenvolvimento local preconizado no planejamento estadual orientado pelo Projeto RN Sustentável; e 4) examinar as convergências e divergências entre a proposta de educação profissional e tecnológica do IFRN para o Seridó Potiguar e as propostas do Projeto RN Sustentável para essa mesma região, nos eixos de desenvolvimento local e educação profissional.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi necessário percorrer um caminho metodológico específico. As variáveis analíticas que norteiam este livro (educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento local) requereram uma investigação mais detalhada para se examinarem as possíveis relações existentes.

O estudo em questão enquadra-se no paradigma interpretativo, com natureza qualitativa, que busca interpretações situadas no âmago da vida social (Gray, 2012). Em relação aos objetivos, a pesquisa foi de caráter explicativo (Andrade, 1999; Sampieri, Collado e Lucio, 2013). Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental e de campo (Gil, 2007). Os procedimentos utilizados após a coleta de dados, mais especificamente no tratamento, análise e interpretação destes, seguiram as etapas definidas por Bardin (2009): pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos dados.

O universo pesquisado foi o IFRN, nos *campi* instalados na região do Seridó Potiguar, nas cidades de Caicó, Currais Novos e Parelhas. O período escolhido vai do início da efetiva expansão e interiorização do IFRN, em 2006, até 2018, o que representa pouco

mais de uma década da interiorização da educação profissional e tecnológica nessa região.

No primeiro momento da investigação – fase da pesquisa documental, ocorrida durante os anos de 2018 e 2019 – foram feitas análises de documentos institucionais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRN, além do Projeto RN Sustentável e do Plano de Capacitação do Capital Humano do RN, partes do Planejamento Estratégico do Governo do RN intitulado Eixos Integrados de Desenvolvimento.

Posteriormente, na segunda fase da investigação, ocorreu a pesquisa de campo. No que se refere aos instrumentos de coleta de dados, além da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores institucionais do IFRN, além de alguns atores políticos que foram importantes na expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Seridó Potiguar. Essas entrevistas foram feitas com servidores que atuaram no planejamento estratégico do IFRN, como o Reitor que exercia tal cargo à época da instalação desses *campi* no Seridó Potiguar, bem como o Reitor durante o período da pesquisa, além do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Tiveram um papel valoroso nessa investigação os Diretores-Gerais que ocuparam tais cargos nos *campi* quando do início das atividades institucionais nesses municípios, além dos atuais Diretores-Gerais.

Outros atores institucionais foram imprescindíveis para o alcance dos objetivos, como as seguintes autoridades políticas: uma Senadora da República; o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) à época da plena expansão dos *campi* do IFRN; e os prefeitos dos municípios de Caicó, Currais Novos e Parelhas. Além destes, os responsáveis pela política de desenvolvimento local e regional do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente, os responsáveis pelo Projeto RN Sustentável e seus desdobramentos, como a coordenadora da Área Operacional, o responsável pelo Monitoramento e Avaliação e o articulador

regional do projeto no Seridó Potiguar. As entrevistas foram realizadas no período entre os meses de março e agosto de 2018. Para fins de redação, optou-se por seguir as abreviações abaixo referentes aos entrevistados, como se verá no capítulo dedicado à análise dos resultados: IF1, IF2, IF3, IF4, DG1, DG2, DG3, DG4, RN1, RN2, RN3, RN4, PM1, PM2 e PM3.

3

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL NO RN

No decorrer deste capítulo dedicado à educação profissional federal no Rio Grande do Norte, é feito um resgate histórico sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia deste estado, anteriormente denominado Escola de Aprendizes e Artífices. Analisamos aqui o processo de expansão e interiorização da educação profissional em terras potiguares. Além dos aspectos históricos e conceituais a respeito da educação profissional, alguns desafios atuais são discutidos também neste capítulo.

3.1 Cem anos da educação profissional: das Escolas de Aprendizes Artífices até os Institutos Federais

Discorrer sobre a educação profissional em sua história centenária envolve diversas personagens e os mais distintos contextos sociais, políticos e econômicos. Entretanto, percebe-se que, desde sua gênese até a sua configuração atual na realidade brasileira, está intimamente vinculada à temática do desenvolvimento (Santos, 2000; Pacheco, 2011).

Antes dos governos republicanos, na época do Brasil Colônia, essa modalidade de ensino já existia se considerarmos que "a formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos" (Brasil, 2008b, p. 1). Mais tarde, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, surgiram as Casas de Fundição e de Moeda e, concomitantemente, a necessidade de um ensino mais especializado. Este fora então destinado aos filhos dos homens brancos que eram empregados das próprias Casas de Fundição e de Moeda.

Nessa mesma época, operários especializados advindos de Portugal chegaram para atuar nos recém-criados Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, que recrutavam pessoas e até solicitavam à polícia que enviasse presos que pudessem trabalhar na produção (Brasil, 2008). Entretanto, em 1785, com a proibição da existência de fábricas no país pela coroa portuguesa, o desenvolvimento tecnológico e, por sua vez, a educação profissional, ficaram estagnadas.

Porém, com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a revogação da decisão anterior referente à proibição da existência das fábricas, surge o Colégio das Fábricas, iniciativa de D. João VI que tinha como objetivo atender às demandas de mão-de-obra oriunda dos novos estabelecimentos industriais que foram permitidos. No Rio de Janeiro, em 1809, esse colégio foi criado com caráter assistencialista, com a finalidade explícita de abrigar os órfãos trazidos na frota que transportou a família real e sua comitiva para o Brasil, tornando-se a instituição de referência para o que mais tarde vieram a se tornar as primeiras instituições de ensino voltadas para a educação profissional (Santos, 2000).

De acordo com Fonseca (2013), o ensino profissional no Brasil Colônia se deu por meio de três planos de estudos e ensino – Nóbrega, Pombal e Lebreton – demonstrando a subordinação do Brasil às exigências e orientações de Portugal. Além disso, a formação dos trabalhadores já apresentava um problema com a terminologia uti-

lizada, pois termos como aprendizagem de ofícios, ensino de ofícios, formação profissional, aprendizagem profissional, aprendizagem compulsória e educação profissional eram empregados na época (Santos, 2000). Resumidamente, Gallindo (2013) apresenta a educação profissional no Brasil durante o período colonial com suas raízes histórico-sociais calcadas no assistencialismo e no utilitarismo direcionado para uma formação prática, além de uma dualidade estrutural, isto é, o ensino profissional ou educação/trabalho para os pobres, o ensino propedêutico e a formação para os dirigentes ricos.

Nesse mesmo raciocínio, Fonseca (2013) reforça que, inicialmente, na história do Brasil, as primeiras tentativas referentes à educação profissional tinham como pressuposto básico a assistência aos desvalidos. No período republicano, debates foram realizados envolvendo um projeto para o país em prol da emancipação econômica, da independência política e do progresso, tendo Serzedelo Correia, o então Ministro da Fazenda durante o governo do Presidente Floriano Peixoto, como um dos grandes defensores da industrialização, afirmando que o abandono das indústrias era o principal motivo do atraso brasileiro.

Tal pensamento industrialista se transformou mais tarde em projetos e medidas educacionais (Santos, 2000), confirmando o pensamento de Nagle (1974, p. 172) ao dizer que

> o ensino técnico-profissional, no ramo industrial, foi objetivo de interesse dos poderes públicos somente depois de duas décadas de implantação do regime republicano, quando se criaram as Escolas de Aprendizes Artífices.

Conforme Brasil (2008, p. 2), o ano de 1906, marcou a consolidação do ensino técnico-industrial brasileiro, pois nesse ano ocorreram ações importantes referentes à temática. Três anos mais tarde, por iniciativa do Presidente da República, Nilo Peçanha, foi promulgado o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando

19 Escolas de Aprendizes Artífices, sendo uma em cada capital de sua respectiva unidade federativa, com exceção do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Essas escolas eram vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio da época. No preâmbulo do referido decreto, fica evidente o caráter assistencialista da nova medida (Brasil, 1909).

Segundo Fonseca (2013), a educação profissional e tecnológica no Brasil começou com uma atitude nobre, referindo-se à assistência aos desvalidos, pois desde o início, "associou-se o ensino profissional à preservação da ordem social (afastamento dos desvalidos da marginalidade) e à assistência" (Fonseca, 2013, p. 47). Nessas circunstâncias, além de ensinar ofícios, como sapataria, funilaria, alfaiataria, serralharia e marcenaria, as Escolas de Aprendizes Artífices atuavam no campo correcional e assistencial, tendo dois objetivos prioritários: a qualificação da mão-de-obra para atender a industrialização incipiente e o acolhimento de jovens menores de idade das classes pobres, que constituíam um percentual significativo da população (Pegado, 2010).

Nesse sentido, o Presidente Nilo Peçanha é considerado o fundador do ensino profissional no Brasil, pois deu sequência ao seu projeto promulgado por meio do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, e um ano depois, inaugurou as 19 unidades que formavam a rede de Escolas de Aprendizes Artífices (Santos, 2000). "No final de 1911, a recém-criada Rede de Ensino Profissional Federal já contava com 2.309 matriculados em 19 Estados da Federação" (Medeiros, 2011, p. 13).

O caráter assistencialista dessas escolas e o público por elas atendido fora desde o princípio, motivo para uma análise sociológica que evidenciava o dualismo ou a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, entre o homem livre e o escravo, o rico e o pobre, a casa grande e a senzala (Holanda, 1995; Freyre, 2006a, 2006b).

Nessa perspectiva e adentrando um pouco mais na problemática do preconceito contra o trabalho manual, Santos (2000, p. 205) diz que

> a gênese do preconceito contra o trabalho manual vai estar centrada muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade (se escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si.De certo modo, essa discussão persiste até hoje, quando há, por um lado, uma visão estreita e quase que voltada exclusivamente para a formação técnica e, por outro, uma educação que evidencia uma visão ampla, emancipatória, livre e crítica do homem e da sociedade.

Então, pode-se dizer que, desde 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, a educação profissional e tecnológica no Brasil tenta se moldar ou se adequar às necessidades da sociedade. Sem prescindir de que nestas esteja a formação profissional em si, todavia, sem excluir a formação humana integral do cidadão. Nessa trajetória centenária, muitas mudanças ocorreram, seja nas denominações e legislações específicas que ditavam suas características, objetivos e finalidades ou nas próprias ações institucionais ao longo do tempo. Para Sandra Pereira (2009, p. 12),

> a Rede Federal de educação profissional foi protagonista, ao longo desses 100 anos, de muitas mudanças na forma como a legislação concebeu a relação entre conhecimentos gerais e técnicos na formação dos trabalhadores.

A seguir, pontuaremos sucintamente os momentos mais marcantes da educação profissional e tecnológica no Brasil desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices até os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Após o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, apenas em 1927, o Congresso Nacional sancionava a Lei Fidélis Reis, de autoria do Deputado Federal de Minas Gerais Fidélis Reis, que

objetivava a oferta obrigatória do ensino profissional no país. Na década de 30, mais precisamente em 14 de novembro de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, surgia a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que tinha a incumbência de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, que até então estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Pouco tempo depois, em 1934, a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico deu lugar à Superintendência do Ensino Profissional. Segundo Brasil (2008, p. 4),

> foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

Ainda na década de 30, pela primeira vez, a Constituição Brasileira trata da educação profissional e tecnológica, o que ocorreu com a promulgação da Carta Magna de 1937, mais especificamente com o que estabelecia o Artigo 129.

Nesse mesmo ano, ocorreu uma daquelas mudanças de denominações que não seriam raras em todo itinerário da educação profissional no Brasil. A Lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, transformava as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Profissionais, agora com ensino profissional destinado a todos os ramos e graus.

Na década de 40, tem-se um fenômeno histórico marcante para a educação brasileira chamado de Reforma Capanema, assim intitulada porque foi realizada por Gustavo Capanema, Ministro de Educação na época. Em 1941, o sistema de ensino brasileiro foi modificado e, em relação à educação profissional e tecnológica, os principais pontos foram que o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio e o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão. Além disso, os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do

novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; o segundo, ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, compreendendo várias especialidades (Brasil, 2008)

No ano seguinte, a promulgação do Decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, durante o Estado Novo, definia mais uma mudança de denominação, transformando os Liceus Profissionais em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a ofertar educação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir deste decreto, a educação profissional passa a ser formalmente vinculada à estrutura de ensino brasileiro de forma geral, pois os alunos formados nessas instituições de ensino profissional e tecnológico, mais conhecidos por seus cursos técnicos, estavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente da sua formação (Brasil, 2008). Nesse período, ocorria a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o consequente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo de Getúlio Vargas, o que gerou uma impulsão da industrialização brasileira.

Mais de dez anos depois, no final da década de 50, outra mudança de denominação ocorreu. Desta vez, por meio da Lei n.º 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passaram a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais. Além da alteração da denominação, essas instituições de ensino se tornaram autarquias com autonomia no que se refere à prática didático-pedagógica e à gestão.

Naquele período, o Brasil passava por um processo pujante de industrialização, resultado da relação cada vez mais estreita entre o Estado e a economia. O país era governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek e a educação profissional era vista como um dos instrumentos para que seu Plano de Metas fosse devidamente alcançado. Um exemplo dessa concepção do então presidente ocorreu num discurso proferido em Manaus no dia 18 de abril de

1956 ao comentar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia:

> Para a execução do Plano, é necessário que se proceda a estudos e pesquisas do potencial econômico da grande área; que se instalem estações experimentais e escolas profissionais (Brasil, 2009, p. 13).

Foi nessa época que houve uma intensificação na formação de técnicos pelas Escolas Técnicas Federais. Na realidade, o objetivo era formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Nesse panorama desenvolvimentista, Meireles (2010) destaca que, até esse período, não havia expressiva simetria entre os cursos e a agenda da produção nacional, mas apenas na época das Escolas Industriais é que a educação profissional passa a seguir um rumo coerente com a proposta estatal.

No início da década de 60, a aprovação da Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961 fixa as diretrizes e bases da educação nacional, expressando claramente a articulação entre os ensinos secundário e profissional, como relata Santos (2000).

Seguindo o decurso da história da educação profissional brasileira, no dia 11 de agosto de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, n.º 5.692, tornava de forma compulsória todo o currículo do segundo grau em técnico-profissional. A ideia central dessa medida era a formação de técnicos em caráter de urgência.

Ainda na década de 70, a Lei n.º 6.545 de 30 de junho de 1978 transforma três Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, dando a essas instituições a possibilidade de ofertar educação profissional e tecnológica de nível superior através de cursos de engenharia industrial, de tecnologia e de licenciaturas para preparar docentes a atuarem em cursos técnicos e de tecnologia. Esta mudança ocorreu ini-

cialmente nas Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, bem mais tarde, apenas na década de 90, nas outras Escolas Técnicas Federais espalhadas pelas diversas unidades federativas do país.

Santos (2000) acredita que, para a educação profissional, os anos 60 e 70 foram de mudanças não apenas na denominação, mas também na identidade dessas instituições, que anteriormente eram destinadas exclusivamente aos desvalidos e desprovidos de fortuna, para alcançar prestígio significativo junto ao empresariado, que absorvia grande número dos técnicos formados por essas escolas. Nesse período, os recrutamentos desses técnicos ocorriam quase que sem restrições pelas empresas estatais ou privadas, demonstrando a qualidade do ensino que era ofertada, além das oportunidades existentes no mercado de trabalho para os cargos técnicos especializados.

O que ocorrera em 1978 nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, se efetivou em outros estados por meio da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, quando outras Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram gradativamente transformando-se em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, instituindo dessa forma o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Em seguida, surgiu o Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997, regulamentando a educação profissional e criando o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Já em 1999, as Escolas Técnicas Federais ainda existentes se tornaram Centros Federais de Educação Tecnológica, formando mais um capítulo que foi escrito no decorrer de mais de 20 anos, e somando mais uma denominação para as instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica no Brasil.

A década de 90 foi bem *sui generis* para a educação profissional e tecnológica no país, pois a Lei n.º 8.948/94, o Decreto n.º 2.208/97 e, nesse intervalo, a Lei n.º 9.394/96, ditaram as regulamentações e respectivas mudanças na educação brasileira e, particularmente, na educação profissional. A Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de

1996, mais conhecida como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, foi sancionada contendo um capítulo específico sobre a educação profissional (Capítulo III), buscando um enfoque menos assistencialista, como ocorria em legislações anteriores, visando "uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade" (Brasil, 2008b, p. 5), como atesta o Art. 39 da referida lei.

Nessa oportunidade, foi definido o sistema de certificação profissional que possibilitava a essas instituições de ensino a capacidade de reconhecer as competências profissionais adquiridas dentro e fora do sistema escolar. Uma das mudanças significativas ocorrida foi a articulação entre a formação integrada do ensino técnico com o ensino médio. Todavia, o Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997 proibiu tal articulação, sendo retificado quase dez anos depois com o Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004. Sobre esse assunto, Pereira (2009a) explica que o cenário mudou em 2004, principalmente com a mobilização de vários setores da sociedade, tendo como consequência a revogação daquele decreto, que foi substituído pelo de n.º 5154/04, garantindo assim a integração entre a formação técnica e a formação profissional, ao mesmo tempo que dava um amparo legal às lutas contra a separação entre formação geral para as elites e formação para o trabalho para os mais pobres.

Na primeira década do século XXI, a educação profissional e tecnológica no Brasil passará por uma expansão nunca vista. A publicação da Lei n.º 11.195 de 18 de novembro de 2005 lançou a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a meta de construção de 64 novas unidades dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Essas novas unidades já estavam dentro da perspectiva de interiorização da educação profissional.

Um ano mais tarde, o Decreto n.º 5.840 de 13 de julho de 2006 instituía a articulação, em âmbito federal, da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com o Programa Nacional de Integração da

Educação Profissional, no tocante ao ensino fundamental, médio e relacionado também à educação indígena. Nesse mesmo ano, o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia foi lançado com o propósito de orientar e disciplinar os cursos ofertados por instituições públicas e privadas.

Nesse período, havia uma efervescência nas discussões sobre a educação profissional e tecnológica no país pela nova configuração advinda da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ainda no ano de 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) – órgão próprio da educação profissional no Ministério da Educação – promoveu junto com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional, diversas conferências nas 26 unidades federativas e no Distrito Federal, culminando com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, que contou com 2.761 participantes (Brasil, 2008).

No ano seguinte, em 2007, ocorre o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, almejando efetivar a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica em todas as regiões do Brasil, agora com mais 150 novas unidades, chegando ao total de 354 unidades em todo território brasileiro até o final de 2010.

No crepúsculo de 2008 e no limiar de 2009, a última mudança de denominação ocorreu por meio da promulgação da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cuja finalidade básica é proporcionar aos cidadãos, qualificação e competência técnica em todos os níveis de ensino, que vão desde a formação inicial e continuada de trabalhadores à formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação). Nessa nova configuração da educação profissional e tecnológica, os Institutos Federais, enquanto autarquias da administração indireta, são detentores de autonomia adminis-

trativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Um ponto-chave dessa nova mudança se relaciona a essa autonomia, que, segundo Silva (2009), não se limita apenas à natureza jurídica de autarquia ou à prerrogativa de criar e extinguir cursos e emitir diplomas, mas, de certo modo, promove a equiparação com as universidades federais naquilo que diz respeito à incidência das disposições que envolvem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. Além disso, tem-se a possibilidade de autoestruturação, bem como de a proposta orçamentária anual ser identificada para cada *campus*, por exemplo.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com sua interiorização, passa a ter posição estratégica na política pública educacional brasileira, para possibilitar, junto com outras políticas públicas, o desenvolvimento socioeconômico nacional (MEC, 2004; Brasil, 2008). Os números a respeito da expansão são impressionantes quando vistos no contexto histórico da educação profissional brasileira, considerando o que fora feito até então e o que passara a ser realizado em um curto intervalo de tempo. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país, e de 2003 a 2016 foram disponibilizadas mais de 500 novas unidades. Os investimentos substanciais envidados nesse projeto de expansão fizeram com que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica chegasse a 644 *campi* em funcionamento, distribuídos em 568 municípios espalhados em todos os estados brasileiros (MEC, 2017).

Segundo Pacheco (2011), essa nova configuração da educação profissional e tecnológica tem como característica preponderante a intervenção na realidade, "oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional" (Brasil, 2008, p. 6). Até alcançar essa última configuração, diversas mudanças e contextos fizeram parte da educação profissional e tecnológica por meio das instituições de ensino que a representavam, indicando uma verdadeira "aventura" nos caminhos percorridos até o presente.

Essas mudanças revelam que a educação profissional e tecnológica sofreu influências políticas e sociais, como, por exemplo, as rápidas e significativas transformações ocorridas no mundo do trabalho. As duas últimas décadas do século passado, para citar alguns fatores influenciadores, apresentaram a intensificação da globalização e, consequentemente, uma nova configuração da economia mundial. Nesse cenário de profundas mudanças, que tem como um dos protagonistas o uso cada vez mais intenso da tecnologia e, concomitantemente, os novos processos produtivos, a educação profissional tenta se adequar a essas novas realidades.

De acordo com o passado e o presente, o futuro da educação profissional enquanto expansão e democratização dessa modalidade de ensino de forma pública e gratuita, está envolvido por desafios. Tais desafios se caracterizam seja pelas mudanças cada vez mais rápidas no mundo do trabalho, seja pelo atual contexto político repleto de incertezas e expectativas que apresentam iniciativas de estagnação e o enaltecimento de propostas privatizantes.

3.2 O Instituto Federal no Rio Grande do Norte: aspectos históricos

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) segue praticamente as mesmas "idas e vindas" de toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, conforme foram apresentadas no tópico anterior. Entretanto, há nuances específicas, dentre estas, os contextos histórico, social e geográfico do estado potiguar que envolvem algumas particularidades. A história do IFRN se confunde com a história da educação profissional e tecnológica do Rio Grande do Norte desde o início do século passado com a Escola de Aprendizes Artífices até a atual configuração dos diversos *campi* espalhados em todo o território do estado.

Com o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices em 19 estados, a educação profissional e tecnológica resplandece formalmente no estado potiguar. Poucos meses depois, em janeiro de 1910, a escola estava devidamente instalada no prédio do antigo Hospital da Caridade situado na Praça Coronel Lins Caldas, n.º 678, no bairro Cidade Alta, local onde atualmente funciona a Casa do Estudante de Natal. Naquela época, a Escola de Aprendizes Artífices ofertava ao público prescrito na legislação em vigor um curso primário de desenho e oficinas de trabalhos manuais (IFRN, 2012), funcionando "em regime de semi-internato, através de oficinas de marcenaria, sapataria, alfaiataria, serralharia e funilaria" (Pegado, p. 31).

No itinerário de transformações que caracterizou esta instituição, em 1914, a Escola de Aprendizes Artífices em Natal foi transferida para a Avenida Rio Branco, n.º 743, lugar que ocupou durante os próximos cinquenta e três anos. Atualmente, o edifício construído no início do século XX é ocupado pelo IFRN – *Campus* Cidade Alta, com novas instalações, mas mantendo viva a história centenária da educação profissional e tecnológica no estado, seja por meio da arquitetura própria do prédio, seja pelo Memorial do Ensino Técnico-Profissional que ali se encontra, inaugurado no dia 23 de setembro de 2009, justamente na data em que se comemorou o centenário da instituição.

Com base na Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, publicada pelo Ministério da Educação e Saúde, a Escola de Aprendizes Artífices em Natal passa a ser denominada Liceu Industrial de Natal, nome que durará até 1942.

> O Liceu surge com uma formatação inspirada em modelos exteriores ao Brasil, o que evidencia a influência de outros formatos culturais, educacionais, tecnológicos e produtivos na realidade brasileira do Século XX (Meireles, 2010, p. 57).

Posteriormente, através do Decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial de Natal passa a ser designado como Escola Industrial de Natal. Nesse momento, a escola "transformou as oficinas em cursos básicos de primeiro ciclo, organizados em quatro seções: Trabalhos de Metal, Indústria Mecânica, Eletrotécnica e Artes Industriais" (IFRN, 2012, p. 29).

Tudo leva a crer, seguindo a opinião de Meireles (2010), que apenas nesse período ocorreu uma primeira aproximação ou articulação efetiva entre o ideário industrial brasileiro e os cursos técnicos profissionalizantes do ensino federal no Rio Grande do Norte.

Mais tarde, a Escola Industrial de Natal (EIN) se torna uma autarquia federal por meio da Lei n.º 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, que concedeu a todas as Escolas Industriais do Brasil autonomia administrativa, didática e financeira, transformando-as em instituições federais destinadas a ministrar cursos técnicos de nível médio. No entanto, 4 anos depois, mais precisamente em 1963, a Escola Industrial de Natal implantou e ofertou seus primeiros cursos técnicos de nível médio: os de Mineração e de Estradas (IFRN, 2012). Essa modalidade de ensino – curso técnico de nível médio – será, a partir de então, a modalidade mais requisitada, especialmente quando houver, mais tarde, a integração entre o ensino técnico e ensino médio.

Santos (2010) lembra que, na década de 60, havia um projeto embrionário voltado para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, que era dirigido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte e estava sob forte influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nesse período, a Escola Industrial de Natal foi convidada a participar das discussões que envolviam um planejamento econômico regional (Meireles, 2010).

Mesmo com a promulgação da referida lei em 1959, apenas em 1965 mais uma mudança de denominação entra no currículo da instituição, pois a Escola Industrial de Natal passa a se chamar Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN), deno-

minação que não perdurará por muito tempo como veremos mais adiante. Se essas mudanças de denominações e de características foram decisivas para a educação profissional no estado (e a história afirma que sim), foi na década de 60 que ocorreu outro tipo de mudança, desta vez um marco para a educação profissional potiguar, pois no dia 11 de março de 1967, ocorreu a inauguração da 'nova' Escola Industrial nas recém-construídas instalações do prédio situado na Avenida Salgado Filho, n.º 1559, no bairro do Tirol, atendendo a uma comunidade escolar de 233 servidores e cerca de 1.100 estudantes (IFRN, 2012).

Foi e continua sendo nessa localização que o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte se tornou referência na educação profissional e uma espécie de *outdoor* ou vitrine institucional para todo o estado. A importância dessa mudança de endereço pode parecer exagerada, mas foi impactante para a época, bem como para os anos posteriores, como afirma Medeiros (2011, p. 96–97):

> a partir daquele momento, começara a constatar a mudança de percepção da sociedade natalense em relação à Escola Industrial, vista até então como a 'escola para os meninos pobres'.

Um ano após a mudança para a "nova casa", a Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte se torna Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) por meio da decisão publicada pela Portaria Ministerial n.º 331, de 16 de junho de 1968. Nesse período, transformações consideráveis ocorreram no ensino ofertado pela instituição, pois, por deliberação do Conselho de Representantes, passou a ocorrer a extinção gradativa dos cursos industriais básicos, dando-se preferência ao ensino profissional de nível técnico. Por isso, no período entre 1969 e 1973, foram criados os cursos técnicos de nível médio em Eletrotécnica, em Mecânica, em Edificações, em Saneamento e em Geologia, conforme orientação da

Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, que definia a estrutura do ensino de 2.º grau como ensino profissionalizante obrigatório. Foi nesse contexto que a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte adotou, em caráter exclusivo, a oferta do ensino técnico profissionalizante de 2º grau. Nesse quesito, Medeiros (2011) explica que essas decisões tinham como justificativa o atendimento às necessidades do mercado de trabalho.

A Lei n.º 6.545 de 30 de junho de 1978 que criava os Centros Federais de Educação Tecnológico no lugar das Escolas Técnicas Federais não se aplicou imediatamente ao Rio Grande do Norte. As décadas de 70, 80 e 90 para a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte foram pujantes nos aspectos cultural, esportivo, político e pedagógico. Nessa época, surgiram o Coral Lourdes Guilherme, o Atelier de Artes Plásticas, o Grupo de Ginástica Rítmica, o Teatro Laboratório, a Banda de Música e o Grupo de Metais, o Grêmio Estudantil Djalma Maranhão, as primeiras eleições diretas para Diretor-Geral, a eleição da primeira e única mulher, até o momento, a exercer tal cargo na Instituição, bem como, já em meados da década de 90, a formatação de uma proposta curricular inovadora na perspectiva da formação omnilateral e da educação politécnica (IFRN, 2012). Em contrapartida, o Decreto n.º 2.208 de abril de 1997 foi como um "balde de água fria" na originalidade e pioneirismo da nova proposta pedagógica da Instituição "ao instituir a separação formal entre o ensino médio e o ensino técnico" (IFRN, 2012, p. 30).

Ainda na década de 90, uma ação decisiva para o futuro da instituição, para o que ela mais tarde se tornaria para a educação profissional em todo o estado, ocorreu com o primeiro passo da expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Rio Grande do Norte, através da implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED – Mossoró), que foi inaugurada no final de 1994, no dia 29 de dezembro, tornando-se não apenas um marco para a educação profissional potiguar, mas a realização de um sonho da população do oeste potiguar

(Oliveira, 2010). Pode-se dizer que, "a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Rio Grande do Norte teve início em 1994 com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró" (IFRN, 2017). Entretanto, após acordar do "sonho", a realidade não se mostrou tão favorável à educação profissional quando da publicação da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998, que não só limitava a expansão da instituição, mas proibia investimentos destinados à criação de novas unidades e à manutenção por parte da esfera federal.

De todo modo, aquilo que teve início no Brasil em 1978 com a transição das Escolas Técnicas Federais para Centros Federais de Educação Tecnológica foi retomado com mais vigor no ano de 1994. Porém, foi apenas no dia 18 de janeiro de 1999 que a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte se tornou efetivamente Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN).

No alvorecer do século XXI, surge uma efervescência no que diz respeito à importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento nacional (Pacheco, 2011). Até que, em 2005, ocorrem diversas mudanças que reorganizam os objetivos didáticos-pedagógicos do CEFET-RN, tais como: o retorno da oferta dos cursos técnicos de nível médio integrado; a reorganização acadêmico-institucional; a reestruturação das ofertas dos cursos técnicos subsequentes e dos cursos superiores de graduação tecnológica; e a reestruturação curricular dos cursos superiores de licenciaturas (IFRN, 2012).

Nesse cenário de transformações e em meio as discussões cada vez mais intensas sobre a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil, em 2006, o Governo Federal dispõe de um plano robusto, ousado e não menos desafiador de expansão da Rede Federal. Na primeira fase desse plano de expansão, o Rio Grande do Norte foi contemplado com três novas unidades descentralizadas de ensino localizadas na Zona Norte de Natal, no município de Ipanguaçu e na cidade de Currais Novos.

Essa primeira fase da expansão e interiorização da Rede Federal de educação profissional e tecnológica deixou marcas evidentes na história potiguar, pois o sonho da população do oeste potiguar (Oliveira, 2010) se transmudou nos desejos das populações da Zona Norte de Natal, do Vale do Açu e do Seridó Potiguar. Aliás, toda cidade do estado norte riograndense almeja ter uma instituição como o CEFET-RN em seu território.

Em 2008, próximo de comemorar um século de existência, a educação profissional e tecnológica do Brasil passa por uma nova transformação. Nesse momento, o Rio Grande do Norte acompanha *pari passu* essa nova configuração. No dia 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei n.º 11.892, surge o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no lugar do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte.

Nessa fase, a expansão estava a todo vapor, e em 2009, já na segunda fase do projeto de expansão e interiorização da Rede Federal, os municípios de Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz passam a ter um *campus* do IFRN. Assim, as mudanças no cenário educacional do território potiguar já eram visíveis, porém, as novidades não cessaram em 2009.

Ainda na segunda fase da expansão e interiorização da Rede Federal, o ano de 2010 ficou marcado pelas instalações de novos quatro *campi*, sendo um na Cidade Alta, em Natal; dois na região metropolitana de Natal (Parnamirim e São Gonçalo do Amarante), e mais um no interior (Nova Cruz). Nesse mesmo ano foi criado o *Campus* Avançado de Educação a Distância (EaD), atualmente *Campus* Natal – Zona Leste, instalado no terreno do *Campus* Natal – Central.

Esse *campus* atua particularmente na modalidade de ensino de educação a distância, tendo recebido altos investimentos para ampliação e adequação da estrutura física para essa nova realidade do IFRN. Nesse mesmo período, o moderno prédio da Reitoria foi construído na Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, n. 1.692, localizando-se não mais nas dependências do *Campus* Natal – Central.

Poucos anos depois, em 2013, surgiram os *campi* de Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi e, mais tarde, na terceira e última fase da expansão e interiorização, a região do Seridó Potiguar foi contemplada com um *Campus* Avançado em Parelhas e o Sertão Central também com um *Campus* Avançado, no município de Lajes. Em 2018, o Portal do IFRN noticiou a visita técnica de uma equipe do IFRN, a pedido do Ministério da Educação, a alguns terrenos no município de Jucurutu, sinalizando a possibilidade de continuação da expansão do IFRN naquela cidade na região do Seridó Potiguar (IFRN, 2018b)[1]. Após discussões, análises e definições, teve início sua construção em 2019 e, mesmo em meio à pandemia do COVID-19, as atividades educacionais iniciaram em 2021. Atualmente, esse é o panorama da educação profissional e tecnológica federal no Rio Grande do Norte por meio do IFRN.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte foi a única instituição do país a completar todas as fases previamente planejadas para a expansão e interiorização da Rede Federal de educação profissional e tecnológica. Isso proporcionou o atendimento a quase 40 mil alunos (38.273 matriculados em outubro de 2019) em praticamente todo o território potiguar, fazendo com que o IFRN possua uma capilaridade significativa no estado.

A instituição conta atualmente com 3.281 servidores em todos os *campi* espalhados pelo estado, sendo 1.928 docentes e 1.353 técnicos-administrativos, conforme dados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP, 2019).

Dito isto, não se sabe quais os próximos capítulos do IFRN quando se tem como experiência as inúmeras mudanças e desafios enfrentados ao longo dos últimos 100 anos. A única certeza é não ter certeza dos dias vindouros, sobretudo com o atual cenário polí-

1 Vale ressaltar que, durante o período de realização desta pesquisa, o Campus Avançado Jucurutu ainda não tinha sido construído. Apesar de a cidade fazer parte da microrregião do Vale do Açu, mesmo que culturalmente seja integrada ao Seridó Potiguar, este campus não fez parte do objeto de estudo deste trabalho.

tico brasileiro. Isso porque, infelizmente, a educação nem sempre é um projeto de Estado, mas de Governo.

3.3 O IFRN e seus questionamentos "existenciais": Quem sou eu? De onde vim e para onde vou?

Após uma breve explanação dos aspectos históricos da educação profissional e tecnológica no Brasil e, em seguida, com um olhar mais atento e minucioso para o Rio Grande do Norte, desdobra-se para qualquer pesquisador um horizonte incerto e cheio de expectativas em relação aos últimos acontecimentos deste século. Em especial pela criação dos Institutos Federais, seja pelos valores investidos, seja pela expansão e interiorização propriamente dita, que mudou o panorama educacional brasileiro. Por outro lado, as atuais restrições orçamentárias já se caracterizam como indicadores de um projeto de expansão que, por enquanto, estagnou-se.

Não obstante toda essa realidade, alguns desafios são urgentes, tais como: a busca constante pela consolidação da atual configuração do IFRN com os *campi* em funcionamento e, ao mesmo tempo, o desafio de manter toda essa estrutura, além da contínua luta entre teoria (legislação) *versus* prática (ações institucionais de forma geral). Nesta última situação, alguns questionamentos "existenciais" podem ser relevantes para os atores institucionais terem constantemente um rumo a seguir.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Norte surge lá atrás com as Escolas de Aprendizes Artífices. Numa verdadeira metamorfose ambulante, parafraseando o poeta, essa instituição centenária possui atualmente a identidade proposta e regulamentada na Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, além daquilo que dizem seus documentos oficiais, como o Projeto Político Pedagógico do IFRN (PPP), desenvolvido por meio de uma construção coletiva:

> A identidade institucional confere singularidade ao IFRN e traduz o que se considera o ideal pedagógico da Instituição. Esse ideal encontra-se representado na função social, nos compromissos pedagógicos e nos valores culturais (IFRN, 2012, p. 23).

Tal função social é literalmente desafiadora, pois reunir, sem prejuízos para outrem, formação humana integral e formação técnica propriamente dita é um trabalho instigante e complexo, sem contar as diversas modalidades de ensino ofertadas pela mesma instituição. Ortigara e Ganzeli (2013) afirmam que os Institutos Federais trouxeram um novo desafio para a formação integral do educando, no momento em que reuniram educação propedêutica, ensino profissional e ensino superior, transformando-se numa estrutura inovadora para a formação do brasileiro. Na concepção de Pacheco (2011), essa estrutura inovadora está imbricada pela ousadia e inovação.

Segundo Meireles (2010, p. 74), quando ainda analisava o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, o desafio já era considerável, pois aquele período (final do século XX e início do século XXI) parecia

> ser no decorrer de toda a história da Instituição, o de maior conjunção entre as esferas, mundial, nacional e regional, fazendo jus à lógica da 'glocalização', de se pensar globalmente e agir localmente.

Articular o universal no local e este naquele é desafiador, especialmente em tempos de mudanças muito rápidas, como analisou sucintamente Fernandes (2009) logo após a criação dos Institutos Federais. De todo modo, esse tom desbravador faz parte dos Institutos Federais desde sua gênese até seus primeiros passos numa busca identitária.

Entretanto, aquilo que está posto nos documentos oficiais ou até mesmo nos planejamentos educacionais em nível federal, ou

ainda, nos planos de desenvolvimento institucionais, são regulamentações, orientações e metas a serem seguidas e perseguidas. Por isso, o "ser" institucional pode até ser claro, se visto em termos de legislação, porém, o "como está sendo" dessas instituições é outra história. Pesquisadores têm se debruçado sobre o assunto, como as investigações realizadas recentemente sobre o IFRN comentadas abaixo, começando a formar um arcabouço teórico e empírico para melhor compreender essa realidade, que é instigante e – por que não dizer? – necessitada de um olhar mais atento, crítico e questionador.

Em estudo recente intitulado *Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte*, Fernandes (2015) teve como objetivo aprofundar a compreensão da dinâmica da natureza burocrática e/ou anárquica da administração de uma instituição de educação profissional e tecnológica, *multicampi*, com atuação nos níveis de ensino básico e superior, e seus reflexos nos processos de descentralização, poder e autonomia de gestão.

Na ocasião, os resultados apontaram que a comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte não tem clareza quantos aos aspectos de natureza identitária dessa instituição de ensino, pois as finalidades, os objetivos e a função social, conforme definidos em sua criação por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, não são de todo compreensíveis para os atores envolvidos nesta pesquisa. O autor afirma ser o IFRN uma instituição de ensino em crise de identidade quando confrontados teoria (legislação vigente) *versus* prática (ações institucionais pesquisadas).

Além do mais, os dados deste estudo revelaram que essa nova configuração da educação profissional e tecnológica – os Institutos Federais com sua configuração *multicampi* e com autonomia administrativa compartilhada entre a reitoria e os *campi*, ou melhor, entre o Reitor e os Diretores-Gerais dos *campi* – caracteriza o IFRN como um sistema debilmente articulado, apresentando inúmeras

fragilidades que podem comprometer a médio e longo prazo as ações institucionais. A pesquisa também aponta que a existência dos vários níveis da educação nacional que são ofertadas simultaneamente nos diversos *campi* é um fator que poderá colocar em risco a qualidade do trabalho acadêmico desenvolvido na organização (Fernandes, 2015). Esta última observação é preocupante se observada a cultura centenária da instituição.

Apesar do caráter inovador da proposta dos Institutos Federais e da própria dinamicidade desta instituição centenária, a pesquisa demonstrou que, na prática, a comunidade ainda não avançou no processo de construção dessa nova identidade. Um dos exemplos desta evidência está na presença da natureza burocrática e anárquica da administração, quando observados os atos da gestão do IFRN analisados no estudo. Entretanto, apesar de não haver assumido posição de destaque nos dados coletados, a investigação também apontou a existência de um relativo processo democrático em evolução quando se trata da disposição das pessoas quanto à participação nas decisões de grande consequência para os destinos da organização (Fernandes, 2015), fato também observado por Oliveira (2016) quando se refere ao processo eleitoral existente na instituição.

De acordo com este último autor, que buscou compreender este novo modelo organizacional da educação profissional e tecnológica, tendo como base o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na tese de doutorado intitulada *O IFRN no âmbito das políticas públicas de expansão dos Institutos Federais no Brasil: Uma abordagem organizacional sobre o processo de democratização do Ensino Médio e Superior, a partir das representações de alunos, professores e gestores*, alguns resultados apontam para certa crise identitária na instituição. Diferentemente de Fernandes (2015), que focou sua investigação no corpo gestor da instituição, Oliveira (2016) enveredou por uma pesquisa a partir da "base da pirâmide" – dos alunos até os gestores – extraindo a representação organizacional para cada um desses atores institucionais.

Os dados revelaram forte presença dos modelos racional-burocrático, político e ambíguo, dos quais não há uniformidade no modelo organizacional na prática. Como consequência da recente expansão da Rede Federal, o modelo caracterizado pela ambiguidade foi destaque.

Na explanação do autor, o modelo organizacional ambíguo encontrado se dá pelas seguintes razões: existência de conflitos; este modelo é apropriado para instituições profissionalizantes; os atores dedicam um tempo e esforço variável à instituição; existência de incertezas sobre os recursos disponibilizados pelo Governo Federal; e decisões não planejadas; além de enxergar vantagens na descentralização.

No modelo racional-burocrático, as normas, organogramas, formalidades, rigidez e centralização foram evidências encontradas. E, por último, foi apontado o modelo organizacional político, em que os jogos de interesse acabam gerando conflitos e, ao mesmo tempo, formando coalizões (Oliveira, 2016).

Apesar de pouco mais de uma década desde o início da expansão da educação profissional e tecnológica no século XXI, alguns conflitos se tornam evidentes, enquanto consequências da expansão, como a política de remanejamento, necessária e constante nos últimos anos, principalmente por causa do elevado número de servidores que atuam nos diversos *campi* do IFRN e, ao mesmo tempo, residem longe dos seus locais de trabalho. Os remanejamentos, na concepção do autor, geram turbulências,

> seja quanto à continuidade dos seus processos administrativos, seja quanto ao ensino propriamente dito, visto que movimenta os professores e, consequentemente, altera o ritmo de aprendizagem dos alunos (Oliveira, 2016, p. 526).

Outro problema oriundo da expansão é o que o autor chama de "autonomia conveniente", que

> é quando alguns diretores sabem que são possuidores desta autonomia, especialmente para a resolução de graves problemas, mas por conveniência passa essa responsabilidade à Reitoria (Oliveira, 2016, p. 527).

Essa pesquisa, que teve como atores os *campi* da primeira fase da expansão (Currais Novos, Ipanguaçu e Natal – Zona Norte), bem como o *Campus* Natal – Central, apresenta de forma resumida as dificuldades encontradas por causa da expansão, segundo a percepção dos professores e gestores: remanejamento, ausência de capacitação para os docentes, identificação dos alunos com a instituição, relação entre professores e alunos. Estes resultados indicam um pouco do que seja o aspecto interno da instituição, todavia, também foram diagnosticados problemas que surgem por influência externa e a existência de um modelo organizacional ambíguo já explicitado, principalmente quando se trata de assuntos político-partidários.

Em suma, Oliveira (2016) caracteriza a situação do IFRN em três pontos principais, com base dos discursos analisados: 1) segregação entre os atores; 2) indiferença por parte de alguns servidores e alunos para com a instituição; e 3) falta de maturidade institucional em um cenário de crescimento e que passa por uma série de mudanças. Em contrapartida, os pontos positivos também foram destacados no referido estudo, que elencou a interiorização, a preservação da união familiar e a formação completa do indivíduo como características dessa institucionalidade, hoje chamada IFRN (Oliveira, 2016).

Esses dois estudos demonstram que, em pouco mais de uma década, o desafio continua, não apenas junto à comunidade externa, mas também com a comunidade interna. Para onde vai o IFRN? Não se tem absoluta certeza, pois as conjunturas mudam corriqueiramente quando o assunto é educação profissional e tecnológica. Para se ter uma ideia, a mudança de Governo ocorrida recentemente reforçou um sentimento de indefinição na comu-

nidade interna do IFRN a respeito das restrições orçamentárias, que nos últimos anos sofreu ligeiras alterações no que tange às despesas discricionárias e despesas com assistência estudantil, diferentemente da redução considerável das despesas com expansão e reestruturação e o aumento dos gastos com pessoal.

Em 2019, o Reitor e o Pró-Reitor de Administração do IFRN manifestaram mais uma preocupação com a questão orçamentária, dessa vez com a Proposta da Lei Orçamentária de 2020,

> cujo projeto-base proposto pelo governo federal traz para as instituições de ensino um recurso orçamentário igual de 2019, e ainda dividido em duas partes: 60%, para uso de imediato, e 40%, condicionado à aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional (IFRN, 2019h).

Em contrapartida, um "lampejo" de continuidade da expansão e interiorização aparece no horizonte com a construção de um *Campus* Avançado do IFRN na cidade de Jucurutu durante o ano de 2020. Isso ocorre no mesmo período em que uma lamentável intervenção do Ministério da Educação ocorre na instituição por meio da nomeação de um reitor temporário designado pela Portaria n. 405, de 17 de abril de 2020 (Brasil, 2020), fato que se opõe frontalmente à decisão da comunidade acadêmica quanto ao resultado do pleito eleitoral para o cargo de Reitor, característica marcante da democracia institucional.

O fato é que, mesmo entre os percalços e desafios enfrentados pela instituição, o IFRN é uma instituição que atua em diversos níveis educacionais, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, o que suscita inúmeras questões que precisam ser levadas em consideração, como suas características, finalidades e objetivos, que têm como um dos componentes o desenvolvimento local e regional, assunto principal do próximo capítulo.

4

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Após discorrer sobre a educação profissional e tecnológica em âmbito federal no Rio Grande do Norte, este capítulo objetiva relacionar a temática da educação profissional com o desenvolvimento local. Dessa maneira, com base em autores como Celso Furtado, Amartya Sen e Ruben Kaztman, apresenta-se a educação como instrumento de desenvolvimento. Em seguida, a partir de estudos de Brugué e Gomà (1998), algumas abordagens sobre o desenvolvimento local são discutidas, dentre elas, sublinha-se a especialização inteligente apregoada pela Comunidade Europeia com base em Barca (2009), Foray, David e Bronwyn (2009), Foray *et al*. (2012), Foray (2014) e McCann e Ortega-Argilés (2013).

4.1 A educação profissional como instrumento de desenvolvimento

Em um relatório da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI entregue à UNESCO, Delors (2010, p. 36) enfa-

tiza que "a educação constitui um bem coletivo que não pode ser regulado pelo simples jogo do mercado", mas o interesse da coletividade deve estar acima dos interesses particulares e privados. Isso porque, ao passo que essa coletividade assume maior responsabilidade em relação ao seu próprio desenvolvimento, o papel da educação se torna protagonista como verdadeiro instrumento para que os objetivos sociais sejam atingidos, como a melhoria na qualidade de vida das pessoas (Delors, 2010).

Contudo, esse protagonismo não se dá à mercê dos interesses individuais e coletivos. Melhor dizendo, a educação parte do pressuposto de que o próprio indivíduo, no processo de construção do conhecimento, conhece a si próprio e os demais ao seu redor, identificando assim os problemas específicos da sua realidade.

Nesse sentido, a educação enquanto bem coletivo deve ser instrumento de melhoria do bem-estar da coletividade, o que implica de antemão um direito de todos. A educação vista como prática da liberdade e não necessariamente como veículo de transferência de conteúdos perpassa os diversos âmbitos da sociedade ao atingir os inúmeros temas e características que dela refletem. Arroyo e Fernandes (1999) também enxergam a educação como parte da dinâmica social e cultural mais ampla ao ponto de afirmarem que qualquer proposta e ação educativa só fazem sentido se estiverem enxertadas em uma nova dinâmica social.

Em tempos de mudanças cada vez mais rápidas, o desafio de uma educação que leve em consideração o desenvolvimento humano integral é imenso. Para Freire (1983), uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é a capacidade de fazer com que os educadores e educandos estreitem seus laços observando suas realidades propriamente ditas. Por isso, torna-se corajosa a educação que enfrente essa discussão entre e com todos os indivíduos, dando a estes o direito a uma participação efetiva, elevando-os a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. Dessa maneira, na esteira do desenvolvimento, está o processo

educacional com todas as suas especificidades. Entretanto, um desafio ainda se impõe: qual o tipo de desenvolvimento e como ele se dá em cada realidade?

Durante algum tempo, de acordo com Farinós (2015a), o desenvolvimento foi tido como sinônimo de crescimento econômico. Na verdade, este conceito está constantemente em construção e é deveras complexo e envolto de nuances que dificultam uma definição concisa e simples. Mas, para debruçar-se sobre tal dificuldade, há uma demarcação geral de concepções que proporciona uma discussão mais focada sobre o assunto, sendo: a) a concepção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e b) a concepção de que o crescimento econômico seja requisito para o desenvolvimento. De todo modo, mesmo com o alargamento do sentido do termo "desenvolvimento", há um reconhecimento alicerçado de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento (Souza, Ramalho e Mota, 2014).

Ainda sobre as distintas concepções sobre o conceito de desenvolvimento, Veiga (2008) faz uma síntese das visões mais significativas sobre o assunto. Para o autor, a pergunta "O que é desenvolvimento?" encontra três tipos de respostas, a saber: 1) a visão de que o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico; 2) a visão utópica em que o desenvolvimento é nada mais, nada menos, do que um mito, uma simples ilusão, uma crença ou até mesmo uma manipulação ideológica; e 3) a visão de que o desenvolvimento está intimamente relacionado à liberdade, de modo que essa liberdade atua como fator decisivo e preponderante do desenvolvimento, pensamento que se coaduna com a visão do economista Amartya Sen (2010). Nessa última visão,

> a expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento, os quais são chamados de papel constitutivo e papel instrumental, respectivamente (Souza, Ramalho e Mota, 2014, p. 50–51).

Em certo sentido, a educação surge como oportunidade essencial e imprescindível – liberdade substantiva – que é papel constitutivo da liberdade enquanto fim primordial do ser humano (Sen, 2010).

A visão economicista que entende o desenvolvimento como sinônimo de crescimento põe em xeque as inúmeras lacunas sociais que solapam as sociedades mais necessitadas, ampliando as desigualdades sociais e suas vulnerabilidades, uma vez que essa visão estreita do desenvolvimento não leva em consideração o fortalecimento dos ativos físicos, humanos e sociais preconizados por Kaztman (1999). São tais ativos que possibilitam aos indivíduos, seja em grupos ou famílias, enfrentar determinados riscos que possam afetar de alguma forma seu bem-estar. Para este autor, a vulnerabilidade social é justamente a ausência desses ativos que devem se aproveitar das estruturas de oportunidades oriundas do mercado, do Estado e da sociedade.

Celso Furtado, no final de sua fecunda carreira, ao comentar sobre o mito do desenvolvimento econômico, afirma que confiar cegamente no poderio econômico é uma verdadeira cilada:

> quis mostrar aos brasileiros que, se não encontrassem caminhos próprios, se confiassem completamente nas forças do mercado, nas forças internacionais que atuavam aqui, não teriam saída (Furtado, 1999, p. 98).

Obviamente que esse desenvolvimento não deve estar à mercê exclusivamente da "mão invisível" do mercado, pois a ação do Estado tem papel decisivo. Porém, não se pretende extinguir a contribuição secundária dos mercados:

> a ação do Estado tem sido essencial para a promoção do desenvolvimento. Este só se efetivou no Brasil como fruto de uma vontade política. Os mercados desempenharam sempre um papel coadjuvante (Furtado, 1999, p. 8–9).

Duas décadas antes, Furtado (1974) apresentava os argumentos dessa incoerência que é o desenvolvimento econômico numa perspectiva para todos. As experiências de Celso Furtado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e enquanto Ministro do Planejamento no governo de João Goulart em 1962, lhe proporcionaram uma visão ampla dos problemas brasileiros que não seriam resolvidos apenas na perspectiva do desenvolvimento econômico em si. Para ele, o desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio. Por outro lado, há uma preocupação latente de que essa concepção não seja aceita pelas novas gerações, que visualizam o alargamento de suas bases materiais do ponto de vista social e individual, como condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano, esquecendo que outros fatores subjetivos são inerentes ao desenvolvimento pleno da sociedade (Furtado, 1962).

Por isso, o intelectual paraibano defendia que "para alcançar os ideais de bem-estar social e melhoria das condições de vida do país, não nos basta preservar a estabilidade do sistema econômico" (Furtado, 1962, p. 75), chamando a atenção para essa concepção limitada do desenvolvimento, ou visão restrita, no entendimento de Sen (2010), que ignora os aspectos não econômicos (Furtado, 2000).

Certamente, sua experiência como gestor da SUDENE e o fato também de ser nordestino e conhecer a realidade sofrida do sertanejo por causa de décadas de descaso político e, consequentemente, da ampliação das desigualdades sociais, fez com que o espectro de sua visão enquanto economista se voltasse também para os mais vulneráveis:

> a partir dos anos 60, como responsável pela política de desenvolvimento do Nordeste, percebi que os problemas mais graves não são os de natureza econômica, e sim social, ligadas às estruturas de poder (Furtado, 1999, p. 81).

Ele dizia ainda que enfrentou, na época em que estava à frente da SUDENE, três principais forças adversárias: a indústria da seca, os beneficiários dos latifúndios e a classe política. Mais adiante, o autor faz um depoimento comovente: "Perceber que o mais importante é o social foi a descoberta mais relevante de minha vida" (Furtado, 1999, p. 93).

Não foi à toa que, ao ser questionado se houve ou não desenvolvimento no Brasil, Celso Furtado, com base naquilo que viu e pesquisou, responde: "Não: o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada" (Furtado, 2002, p. 21).

Ignácy Sachs prefaciando o livro de Veiga (2008) cita o pesquisador paraibano num dos seus últimos pronunciamentos:

> só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, no demais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente (Veiga, 2008, p. 9).

Em Furtado (2002, 2009) enfatiza-se a importância do projeto social estritamente ligado ao processo econômico, pois aquele dá prioridade à efetiva melhora das condições de vida da maioria da população, que, por sua vez, experimenta o crescimento que se metamorfoseia em desenvolvimento. Essa metamorfose não se dá espontaneamente, mas é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.

Furtado (2011) expõe uma concepção de que o desenvolvimento está diretamente vinculado à realização ou expansão das potencialidades humanas, sem prescindir da importância do crescimento econômico como meio. Sen (2010, p. 23) explica que

> a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de

> liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.

Ainda nessa questão, Furtado (1962, p. 30) corrobora a opinião de Sen:

> Não teremos dificuldade em nos pôr de acordo com respeito ao objetivo fundamental que é o homem em sua plenitude, libertado de todas as formas de exploração e sujeição. Somos, acima de tudo, humanistas.

De todo modo, esse objetivo só poderá ser alcançado a partir de uma organização social que possibilite atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico, tendo por base um verdadeiro critério social.

O economista indiano Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1998, "concebe o desenvolvimento a partir do indivíduo ao seu contexto social, político, econômico, histórico etc." (Souza, Ramalho e Mota, 2014, p. 54). Para Sen (2010), quanto mais liberdade, melhor o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas, e, ao mesmo tempo, para terem condições de influenciar o mundo em questões decisivas no processo de desenvolvimento. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Mas como adquirir tal liberdade? Quais os pressupostos para que esse desenvolvimento como liberdade ocorra na sociedade?

Sen (2010) aponta que a liberdade é dependente de outros fatores determinantes, como as disposições sociais e econômicas, os serviços de educação e saúde, além dos direitos civis devidamente resguardados. O autor defende que há uma ligação muito forte entre a liberdade individual e a realização do desenvolvimento social, pois o que as pessoas conseguem positivamente é influenciado por diversos fatores que vão desde a oportunidades econômicas, liber-

dades políticas, poderes sociais e até por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (Sen, 2010).

Analisando o desenvolvimento como liberdade na sua concepção mais genuína, as liberdades substantivas por ele descritas – como a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação – se tornam componentes constitutivos e necessários do desenvolvimento. Além dessas liberdades substantivas como fins do desenvolvimento, Sen (2010) aponta cinco liberdades instrumentais imprescindíveis que estão mutuamente ligadas, peças-chave que auxiliam no aumento da liberdade do homem de uma forma geral. As liberdades instrumentais por ele elencadas, são: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais, nas quais se encontra o direito à educação; 4) garantias de transparência; e 5) segurança protetora.

Em relação ao direito à educação, Arroyo e Fernandes (1999) enfatizam essa necessidade de vinculação para que os indivíduos não tenham seus direitos preteridos. Em suma, "essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também têm o efeito de complementar umas às outras" (Sen, 2010, p. 58).

Veiga (2008) observa que o desenvolvimento só ocorre quando os benefícios do crescimento estão à disposição do alargamento das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou desejem fazer na vida, incluindo a condição ou o direito de ser devidamente instruído ou educado. Nessa perspectiva, as pessoas se tornam livres ao passo que há uma diversidade de escolhas a serem vivenciadas e utilizadas de forma plena e criativa. Ao mesmo tempo em que as pessoas são as principais beneficiárias desse desenvolvimento, elas atuam como agentes desse processo de mudança em que estão inseridas, pois

> o desenvolvimento é compreendido e desejado como a emancipação do ser humano de si mesmo

> e das pressões sociais para si mesmo e para a construção de uma realidade melhor (Souza, Ramalho e Mota, 2014, p. 52).

Enquanto Sen (2010) aborda o alargamento das capacidades humanas, Furtado (1962) prioriza a expansão das possibilidades, como condição para o desenvolvimento, pois este não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Mas como se dá esse desenvolvimento? De que forma ele ocorre? Sen (2010) diz que uma das direções a serem seguidas é por meio das oportunidades sociais. Estas são as disposições que a sociedade estabelece em áreas como educação e saúde, dentre tantas outras, as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada, mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.

Para o autor,

> a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa, pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade (Sen, 2010, p. 61).

Isso, por sua vez, contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida e seu florescimento. Tomaney (2010) ratifica o pensamento de Sen (2010) ao enfatizar a importância da política de desenvolvimento local para a redução das desigualdades e, consequentemente, a formação e expansão das capacidades humanas por meio de oportunidades sociais.

Referindo-se às oportunidades sociais, Sen (2010) aponta sempre a educação como um ponto-chave para o desenvolvimento como liberdade. Contudo, a educação enquanto benefício para além da visão restrita do sistema produtivo. Corroborando esse "ir além" de Amartya Sen, Furtado afirma categoricamente:

> A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente (...). Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento (Furtado, 2002, p. 19).

Décadas atrás, quando à frente da SUDENE e das experiências ali obtidas, Furtado explicou que o desenvolvimento econômico daquela região se daria por duas vias: 1) a elevação da produtividade e 2) a adaptação progressiva às condições ecológicas regionais. Esse processo deve ser multiforme, cuja política de desenvolvimento tenha uma olhar simultâneo para múltiplas direções, dentre elas, a educação (Furtado, 1962). Isso contrapõe-se a um processo de desenvolvimento econômico uniforme e desigual, caracterizado pela desigualdade que se propaga com menor ou maior facilidade a uns que a outros, que toma vigor em determinados lugares e aborta noutros. (Furtado, 1961).

Mais tarde, em Brasília, no ano de 1999, num debate na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, Furtado (1999) aponta alguns "caminhos para reconstrução" do país, sendo um dos pontos abordados, investimentos na educação como forma de elevar o nível da cultura e qualificação da população, além da ampliação da oferta de quadros técnicos.

Não obstante a complexidade envolvida no processo de desenvolvimento de qualquer nação, região ou localidade, vale frisar

que há a necessidade de articulações entre os agentes políticos e sociais para a concepção, implantação e acompanhamento de qualquer projeto, seja para possibilitar o desenvolvimento como liberdade ou o desenvolvimento econômico na esteira de um desenvolvimento social adequado.

Furtado apontava que "a luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto, implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto." (Furtado, 1999, p. 36-37). De acordo com Farinós (2008), um dos principais desafios para o desenvolvimento é um adequado nível de cultura política territorial e

> o retorno da política requer liderança política e participação cidadã (consciente), com senso de Estado e exercendo controle mútuo, numa nova maneira de projetar e implementar políticas coerentes e conscientes (Farinós, 2008, p. 26).

É nesse aspecto que Kaztman (1999, p. 12) enxerga a importância das instituições governamentais frente aos problemas sociais, pois essas instituições governamentais "são particularmente importantes na formação de oportunidades que, por seu impacto na produção, distribuição e uso de ativos, facilitam o acesso aos canais de mobilidade e integração social".

Apesar de serem importantes, elas não têm papel exclusivo na sociedade, pois as várias disposições sociais surgem e se orientam com base no mercado, na família e no Estado (KAZTMAN, 1999). Todavia, este último é um agente imprescindível para regular os demais, sem contar que, quando do não cumprimento específico do seu papel, a vulnerabilidade e as desigualdades sociais tendem a crescer.

Em outro trabalho, o autor enfatiza o papel substancial do Estado mesmo em meio às suas deficiências, visto que

> suas estruturas de oportunidades continuam sendo as fontes mais significativas para o acúmulo de ativos nos estratos populares urbanos, que se manifesta por múltiplas funções (Kaztman e Filgueira, 2006, p. 12).

É nesse processo de construção de estruturas que o Estado é um dos agentes necessários, que o pensamento do sociólogo sobre as estruturas de oportunidades por meio do enfoque analítico que articula três dimensões – ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades (AVEO) – torna-se relevante para esse estudo, em especial quando afirma que o Estado é uma das principais fontes de oportunidades e um elemento-chave para o bem-estar da sociedade. Para o autor, "as estruturas de oportunidades são definidas como probabilidades de acesso a bens, serviços ou para o desempenho de atividades" (Kaztman, 1999, p. 9).

Nesse sentido, o conjunto dessas fontes de ativos, sejam eles físicos, humanos ou sociais, são chamados de estrutura de oportunidades (Kaztman e Filgueira, 2006). É por meio desses recursos e ativos que os indivíduos têm condições de superar situações de vulnerabilidade e consequentemente desenvolverem-se enquanto indivíduos e coletividade.

Por isso, podem ser considerados ativos tudo aquilo que venha a ser utilizado para dar acesso às oportunidades que surgem em determinado momento e lugar, com o objetivo de melhorar o bem-estar dos indivíduos também no futuro. Ainda sobre os ativos, Kaztman (2001a) propõe uma tipologia ao caracterizá-los como: a) capital social individual, que se refere à capacidade que uma pessoa tem de influenciar e mobilizar a vontade de outras pessoas em seu benefício; b) capital social coletivo, que leva em consideração à capacidade que o indivíduo tem de influenciar e mobilizar as vontades de muitas pessoas em prol de um objetivo comum; e c) capital cívico ou cidadão, que se relaciona à capacidade que alguém possui de sentir e de compartilhar os problemas e destinos de outras pessoas.

Em contrapartida, as barreiras que não possibilitam o aproveitamento dessas oportunidades são chamadas de passivos: "Essas barreiras podem ser conceituadas como passivos, na medida em que sua existência impeça o uso de oportunidades ou a acumulação de ativos" (Kaztman, 1999, p. 21).

Convém observar que, na argumentação de Kaztman (1999), não só o Estado é fonte de oportunidades de acesso ao desenvolvimento, mas também o mercado e a sociedade, sendo estas três instituições básicas necessárias para a ordem social. Em determinado momento, Furtado (2004) aborda a importância da participação da sociedade enquanto promotora do desenvolvimento, junto à classe política, contrapondo-se às constantes tentativas de manutenção de privilégios a classes de maior poder econômico. De modo que o desenvolvimento econômico ocorrido em alguns momentos no Brasil, desde sua colonização, geralmente não favorece as classes mais marginalizadas. Assim, o que caracteriza o desenvolvimento não necessariamente é o investimento aplicado, mas sim a destinação destes.

Outrossim, Sen (2010, p. 366) insiste em dizer que uma das liberdades elementares de qualquer ser humano é a capacidade

> de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem-vestido e bem entretido.

Na opinião dele, essa capacidade não é apenas voluntária, mas depende de várias disposições sociais, e é na tentativa de possibilitar e resguardar esse direito, que o Estado e a sociedade não podem deixar de promover. É essencial o apoio do poder público, "pois sem a garantia das liberdades substantivas e das capacidades para realizar algo, uma pessoa não pode ser responsável por sua realização ou irrealização" (Souza, Ramalho e Mota, 2014, p. 53). Entretanto, torna-se essencial compreender quais são essas várias disposições sociais que têm a liberdade como esteio.

Kaztman (2001a) ao elaborar o marco conceitual sobre ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades, deixa bem claro que o surgimento e enriquecimento do capital social individual e coletivo, além do capital cívico ou cidadão, não tem como fonte exclusiva o Estado. Para se ter uma ideia, o autor aponta a cidade, o bairro e a família como "úteros" do capital social, que consequentemente influenciam diretamente em outras formas mais individuais de capital ou ativo, como o capital humano e o capital físico (Kaztman, 2006).

Há de se considerar que essas disposições sociais estão baseadas nas liberdades elencadas por Sen (2010), no enfoque Ativos – Vulnerabilidade – Estrutura de Oportunidades (AVEO) defendido por Kaztman (1999) e na concepção de Furtado (2011) sobre a realização ou expansão das potencialidades humanas. Conclui-se daí que ambos os autores explicitam a educação como um fator decisivo e necessário para o desenvolvimento da sociedade.

Kaztman (1999), ao analisar a relação do Estado com as estruturas de oportunidades, classifica em duas categorias as funções estatais: 1) aquelas que facilitam o uso mais eficiente dos ativos de que já dispõem os indivíduos e 2) as que proveem novos ativos ou reabilitam aqueles que estavam esgotados junto ao indivíduo. No tocante à educação, pode-se dizer que o exemplo mais claro dessa segunda categoria de funções é a oferta de educação gratuita pelo Estado, cuja eficácia como estrutura de oportunidades depende da utilidade das realizações educacionais obtidas por esse meio para que os jovens possam ingressar em empregos produtivos (Kaztman, 1999).

Em outro texto, Kaztman (2006) aponta os centros educativos como fontes potenciais de capital social. Num estudo sobre o isolamento social dos pobres urbanos, o pesquisador uruguaio, que é referência em pesquisas sobre combate à pobreza, desigualdade e exclusão social, diz que há um entendimento cada vez mais amplo e difundido relacionado ao desenvolvimento das nações, em que a educação é tida como a principal via de mobilidade social ao mes-

mo tempo em que se caracteriza como um lugar privilegiado para a integração social das novas gerações: "Sem dúvida, o sistema educacional é a principal – e muitas vezes a única – esfera institucional que tem o potencial de atuar como um caldeirão integrador [...]" (Kaztman, 2001b, p. 177).

A educação surge como uma verdadeira estrutura de oportunidade que provê ou reabilita os ativos, vinculados ao capital social, capital humano e capital cívico ou cidadão, que os indivíduos e a sociedade necessitam para seu desenvolvimento, seja em nível individual ou coletivo. Ao falar de desenvolvimento social, não necessariamente se exclui o desenvolvimento ou crescimento econômico, como lembraram Furtado (2011) e Sen (2010), além do próprio Kaztman (1999), que enxerga o mercado como fonte de estrutura de oportunidade. Portanto, a educação é um componente essencial para o desenvolvimento social e econômico, seja em nível local, regional ou global.

Com base no que foi exposto, os entendimentos de Furtado (1962, 1974, 1999, 2002, 2011), Sen (2010) e Kaztman (1999, 2001a, 2001b) acerca da concepção do desenvolvimento são semelhantes quando se referem à possibilidade de o indivíduo desenvolver suas potencialidades da melhor forma possível, ao invés da visão limitada de desenvolvimento que está atrelada apenas ao aumento da renda.

Em síntese, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, enfoque que contrasta diretamente com visões mais restritas de desenvolvimento,

> como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (Sen, 2010, p. 16).

Assim, o crescimento econômico não pode ser entendido como um fim em si mesmo, pois o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria de vida das pessoas, bem como das liberdades que por sua vez desfrutamos (Sen, 2010).

Baseado no que foi abordado anteriormente, Souza, Ramalho e Mota (2014) constatam uma aproximação entre as visões de Furtado e Sen acerca da essência do desenvolvimento, a partir dos conceitos de expansão das oportunidades em Celso Furtado ou o alargamento das capacidades humanas com Amartya Sen, sempre relacionados à perspectiva do desenvolvimento em sua dimensão humana e social.

Nessa linha de raciocínio, a educação se caracteriza como peça-chave nesse processo de desenvolvimento, pois para Sen (2010), o alargamento das capacidades humanas pode se dar pelas políticas públicas e, concomitantemente, pela forma como a sociedade participará efetivamente dessas políticas. Nesse processo, o Estado, enquanto provedor e promotor da educação como política pública e direito do cidadão, permite a possibilidade do aumento dessas capacidades humanas, inserindo a sociedade num processo de desenvolvimento.

Por isso, a expansão e a interiorização da educação profissional nos moldes daquilo que vem sendo feito e ainda se pretende realizar por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalhados pelo país, é tida como promotora e disseminadora desse desenvolvimento. Dessa maneira, conforme aponta Furtado (1999) sobre a necessidade da existência de uma vontade política e de um projeto político, pode-se dizer que a criação e expansão dos Institutos Federais é uma tentativa de promover o desenvolvimento, uma vez que

> a reflexão sobre essa nova institucionalidade não pode prescindir, portanto, de inseri-la no âmbito de um projeto político que está sendo proposto à sociedade como alternativa de desenvolvimento e construção republicana (Pacheco, Pereira e Sobrinho, 2010, p. 72).

Diante da construção e desconstrução republicana porque ora passa o Brasil, a expansão da Rede Federal de educação profissional e tecnológica é tida como um sinal positivo de dias melhores para a sociedade, com destaque para os jovens que são os principais beneficiários dessas instituições, desde que os investimentos sejam mantidos, o que não é motivo de certeza. No entanto, os Institutos Federais estão comprometidos com o desenvolvimento regional, principalmente por meio da interiorização da educação profissional com o compromisso de contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do país (IFRN, 2012).

Além do desenvolvimento relacionado diretamente ao indivíduo, como já mencionado anteriormente com base em Celso Furtado, Amartya Sen e Ruben Kaztman, tem-se o desenvolvimento das localidades em que esses indivíduos estão inseridos. Como explica Dowbor (2008, p. 42): "a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la".

Nessa concepção de educação, o aluno passa a ser protagonista da sua realidade, que pode muito bem por ele ser modificada, pois o conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, que busca a transformação do educando em sujeito de sua própria história (Pacheco, 2011). Sujeito esse que, por meio da educação, pode desenvolver habilidades criativas e inovadoras que, consequentemente, venham a contribuir com os sentimentos de pertencimento, de mudança e de melhoria na qualidade de vida. Estudos recentes já apontam para essa relação entre a educação profissional e o desenvolvimento local quando o assunto é inovação (Dias *et al*., 2016, p. 13).

Como descrito por Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), a finalidade dos Institutos Federais de auxiliar no fortalecimento do desenvolvimento local e regional por meio da oferta de uma educação profissional e tecnológica de qualidade se dá em duas

dimensões: uma endógena, que se alimenta das possibilidades locais e faz brotar um olhar motivador e criador de oportunidades para os que estão construindo no dia a dia a história da região, e outra exógena, envolvendo o reconhecimento das iniciativas de grande porte presentes em cada região. Então, faz sentido afirmar que a educação profissional e tecnológica é fator essencial nesse processo de desenvolvimento. Contudo, surge um questionamento com vários desdobramentos: A educação muda realidades?

Para Furtado (1999), Kaztman (1999) e Sen (2010), a educação é um instrumento valioso para que essa mudança ocorra. Enquanto isso, observando a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil, a ideia é de que a educação mude realidades, como propõe o trecho do documento institucional:

> O compromisso da Instituição é cumprir sua função social, promovendo mudanças significativas no âmbito da formação humana, da formação para o trabalho e do desenvolvimento social e econômico (IFRN, 2012, p. 35).

Essa atuação integrada de forma local, regional e nacional possibilita a interdependência entre o desenvolvimento, o território e a educação.

A ideia desse projeto educacional parte de uma visão universal que desemboca no local, nas realidades mais distintas desse país com seus desafios e particularidades. A expansão e a interiorização da educação profissional contribuem com o desenvolvimento social no momento em que combatem as desigualdades estruturais em diversas ordens por meio de uma formação humana integral dos indivíduos atendidos. Vincula-se a isso o desenvolvimento econômico, desde a iniciativa de articular as ofertas educacionais, bem como por meio das ações de

pesquisa e extensão vinculadas aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (IFRN, 2012).

Ao focar na educação como um elemento-chave para o desenvolvimento, há um risco de cairmos em um de dois extremos: seja numa espécie de "minimalismo educacional", entendendo que a educação não influencia a sociedade, ou se há influência, esta é deveras insignificante; seja num "maximalismo educacional", compreendendo que a solução para todos os problemas está na educação somente. Os extremos geralmente são nocivos e deturpam uma análise mais acurada da sociedade. Destarte, nesse quesito, o meio termo, que não significa ficar em cima do muro, é interessante.

A sociedade moderna se caracteriza por uma preocupação exagerada com o que é tangível e pelos resultados imediatos, guiados por um pragmatismo cada vez mais desumano. Vive-se um tempo de explosão tecnológica, de transformações profundas nos espaços de reprodução social e de perda de governabilidade. Nesse contexto, a educação se apresenta como um instrumento de (re)construção da sociedade – desde que não seja usada para fins espúrios ou meramente ideológicos. Pode, assim, tornar-se um canal de fortalecimento para as novas gerações.

4.2 Abordagens sobre o desenvolvimento local

Diante de intensas mudanças nas últimas décadas no que diz respeito às políticas públicas, novos panoramas vão surgindo nas realidades mais distintas: ora um esforço para uma política mais participativa, ora a tentativa de não solapar os princípios democráticos alcançados por algumas nações. Nesse rol de incertezas perenes que envolvem os governos locais, regionais e nacionais, Brugué e Gomà (1998) trazem uma discussão interessante quando se busca compreender melhor a dinâmica do desenvolvimento local.

Os autores espanhóis apontam características de uma nova vertente nas políticas públicas relacionada ao governo local, denominada novo localismo. Nesta, há uma mudança de paradigma da tese da nacionalização para a do localismo e da tese do gerencialismo para a da repolitização. Nesta nova concepção, as formas de intervenção do governo local levam em consideração a sociedade globalizada e complexa.

O cerne desse estudo revela, ao se deter em três âmbitos sociais (bem-estar social, desenvolvimento econômico e urbanismo), que o novo localismo possibilita maior eficiência política aos governos locais, pois considerando os processos de descentralização, esses governos passam a ter mais autonomia para assumir novos papéis diante de uma agenda mais ampliada, complexa e própria às realidades em que atua, deixando de lado o mero papel gerencial e executor quando outras esferas governamentais desenvolvem tais políticas.

O papel centralizador do Estado na estrutura de políticas públicas inversas ao novo localismo não permite o desenvolvimento dos governos locais. Nesse caso, podem ser observadas duas características principais: 1) uma estrutura política pouco complexa baseada no fornecimento de serviços públicos universais e 2) a adoção de papeis puramente operacionais, executores de políticas elaboradas em níveis mais altos (Brugué e Gomà, 1998).

Em contrapartida, no novo localismo, o governo local tem a possibilidade de assumir um papel estratégico com a formulação de políticas que estejam voltadas para o território e seu desenvolvimento socioeconômico, como no caso da relação entre economia e trabalho, posto que, no paradigma do Estado de bem-estar social keynesiano, a esfera econômica estava excluída do programa de ação dos municípios, enquanto no novo contexto os municípios são impulsionados a conceber respostas criativas ao problema do desemprego e, em seguida, elaborar estratégias de desenvolvimento que ofereçam novos horizontes de promoção às suas próprias comunidades (Brugué e Gomà, 1998).

Essa abordagem de desenvolvimento baseada no local tornou-se ainda mais evidente com o conhecido Relatório Barca (2009), que fundamentou as políticas de desenvolvimento da União Europeia, que estão inseridas no novo quadro político de coesão na comunidade europeia para o período de 2014-2020, em que as bases de desenvolvimento e as diretrizes futuras foram estabelecidas. Mesmo diante de abordagens diversas de desenvolvimento, o novo localismo se propagou consideravelmente (Tomaney, 2010; Barca, McCann e Rodríguez-Pose, 2012). Para Carayannis e Grigoroudis (2016), a "glocalização" é característica emergente e imprescindível no atual contexto de uma economia e sociedade do conhecimento, possibilitando maior coesão entre os diversos setores e redes de inovação.

Segundo Farinós (2015a), esse novo localismo pode ser exemplificado por meio de um empoderamento em nível local, tais como no processo de retorno do Reino Unido, da descentralização em diversos países latino-americanos como Brasil, Colômbia e Equador, além das novas regiões urbanas, áreas metropolitanas e diferentes associações intermunicipais na França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Portugal, nos países nórdicos etc.

Para Tomaney (2010), esse novo paradigma surge devido aos fracassos das políticas regionais anteriores, isto é, as políticas de desenvolvimento "baseadas no local" são parcialmente uma resposta às falhas percebidas das políticas regionais anteriores e concentram-se, em vez disso, no combate ao potencial econômico subutilizado e na redução da exclusão social, por meio do fornecimento de bens e serviços integrados, adaptados aos contextos locais e no desencadeamento da inovação, que é essencial para o crescimento econômico.

Aqui encontra-se, à primeira vista ou numa leitura superficial, um paradoxo entre o global e o local, todavia, alguns autores como Farinós (2015a), visualizam uma relação muito estreita entre os termos, apontando a necessidade de compreender as relações existentes entre as políticas públicas e seus atores institucionais em prol de

> Um desenvolvimento territorial melhor, pós-moderno, mais justo, que recupera e valoriza a localidade e a cidadania em um mundo, não há dúvida de que é global... mas necessariamente "glocal" (Farinós, 2015a, p. 5, tradução nossa).

O mesmo autor, ao apontar que o conceito de "glocalização" foi cunhado por Swyngedouw (2004), explica que os termos global e local podem se relacionar satisfatoriamente, quando se "supõe a integração da escala local (suas próprias vantagens e fraquezas) com a escala global (o diagnóstico externo de ameaças e oportunidades)" (Farinós, 2015b, p. 67, tradução nossa).

Essas observações são importantes, pois corroboram a hipótese deste estudo sobre educação profissional e desenvolvimento local baseada em Pacheco (2011), que trata da educação profissional como instrumento de desenvolvimento no âmbito local e universal. De forma muito assertiva, diz um pesquisador britânico: "O desenvolvimento local e regional é um desafio global, mas que exige respostas localmente modeladas" (Tomaney, 2010, p. 12, tradução nossa).

Ademais, o desenvolvimento local é visto como um fenômeno multidimensional cada vez mais complexo que privilegia três componentes básicos: os recursos intangíveis, como o conhecimento e o capital humano; os recursos relacionais como as parcerias e associações entre os atores institucionais; e as redes e serviços de comunicação avançada e serviços de comunicação (Camagni, 2002). Na visão de Stimson (2011), essa interação no novo processo de desenvolvimento local se dá em um conjunto de fatores constituído pelo capital social, humano, criativo, ecológico, produtivo e institucional.

Entretanto, Farinós (2015a) faz um alerta ao enfatizar a necessidade da participação ativa dos diversos atores institucionais. Em outro artigo, Farinós (2014) defende o que chama de "governança plena", que são novas formas de planejar e de agir no território

ajudando a atingir as metas referentes ao desenvolvimento, ou melhor dizendo, há a necessidade de alianças e parcerias efetivas de todos os atores institucionais, sem esquecer que não existe uma estratégia universal exclusiva que possa ser aplicada a todos os territórios sem uma análise pormenorizada do contexto local.

Este mesmo autor expõe a evolução dos enfoques a respeito do desenvolvimento local, dividindo-os em 3 fases e as perspectivas futuras, sendo a Fase 1 – a partir da década de 70 e os primeiros anos da década de 80, com iniciativas locais de emprego; a Fase 2 – entre as décadas de 80 e 90, com base nas ações de promoção econômica local e regional; e a Fase 3 – a partir do século XXI por meios das ações de desenvolvimento territorial local; e, num horizonte futuro, as visões e planos estratégicos territoriais.

Farole, Rodríguez-Pose e Storper (2011) apresentam três períodos ou escolas em que houve um esforço acadêmico para compreender melhor as abordagens de desenvolvimento territorial, sendo: 1º) pesquisas sobre a influência da integração do mercado, das economias de escala, dos custos de transporte dos efeitos do mercado interno nas atividades econômicas das regiões centrais; 2º) estudos baseados na teoria do crescimento endógeno, inclusive a economia da inovação; e 3º) estudos que evidenciam as instituições enquanto forças-chave para o desenvolvimento, uma vez que são as instituições que moldam a capacidade econômica através da utilização e desenvolvimento de seus recursos.

Bentley e Pugalis (2014) explicam que o atual paradigma de desenvolvimento baseado no lugar (*place-based*) surgiu após modelos de desenvolvimento que fracassaram, como o modelo centrado nas pessoas, o desenvolvimento regional ativo e os métodos que direcionavam as políticas públicas para espaços cegos. Eles fazem uma crítica aos modelos anteriores para apontar esse novo paradigma de desenvolvimento.

Para Pike, Rodríguez-Pose e Tomaney (2011), quando o assunto é desenvolvimento local e regional, cinco tendências estão no atual cenário globalizado: inovação, conhecimento e apren-

dizagem; crescimento endógeno; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento autóctone; e pós-desenvolvimentismo.

Mendez (2016), ao descrever a evolução dos conceitos e teorias nos estudos sobre inovação e conhecimento nos territórios, parte do início da década de 80 com os estudos sobre inovação tecnológica e estratégias competitivas empresariais, dos distritos industriais e arranjos produtivos locais ou *clusters*, dos ambientes inovadores, da economia da informação, e dos espaços tecnológicos. Já na década de 90, surgem os sistemas de inovação nacionais e regionais, os processos de aprendizagem e as cidades que aprendem, a economia do conhecimento, e a economia criativa. No início do século XXI, abordagens sobre inovação social, dinâmicas de proximidade e redes de conhecimento, crescimento inteligente, e distritos inovadores, criativos e tecnológicos, tomaram espaço nos ambientes de pesquisa.

Quando se trata dos sistemas de inovação, as parcerias entre os diversos atores institucionais são necessárias, como a presença das instituições de ensino que estão ligadas ao conhecimento, sejam elas vinculadas ao poder público ou privado (Mendez, 2016), até mesmo porque o aumento da qualidade do ensino é um dos pressupostos básicos das estratégias de desenvolvimento local, principalmente em tempos de crise.

Apesar dos autores citados acima revelarem essa nova dinâmica das políticas públicas quando analisadas no contexto europeu, há de se ter cuidado com essas particularidades em outras nações, como no caso do Brasil, em que a tese da nacionalização parece ser perene. Aquilo que Farinós (2015a) apresenta como realidade, talvez tenha incidência muito tímida no Brasil. No entanto, Pereira (2013, p. 63) reafirma a urgência desse tipo de desenvolvimento: "Num mundo competitivo e cada vez mais desigual, a promoção do desenvolvimento regional através do envolvimento dos atores locais é um desafio premente".

No contexto brasileiro, Raymundo Faoro (2012), mesmo que sua análise seja sobre um período longínquo, que vai desde o Brasil

Colônia até a década de 40 do período republicano, explica bem a formação do patronato político brasileiro. Ele revela os genuínos donos do poder, o que nos leva a crer que pouca coisa mudou de lá para cá nesse ponto, todavia, o processo político vai sofrendo influências diversas, como o aumento e diversificação das demandas sociais e a intensificação da economia global, que desaguam em necessidades de mudanças. É nesse ínterim que o novo localismo se apresenta com mais força.

O acesso à informação por parte da sociedade, que a torna mais consciente, questionadora e crítica; o processo constante de fragmentação social; a reestruturação das referências de identidade coletiva; a mudança do paradigma produtivo do fordismo para a acumulação flexível; o desemprego e a centralidade dos territórios, são algumas das mudanças que impactam a esfera local.

As formas de governo que até então eram centralizadas e universalistas (Estado de bem-estar tradicional) passam aos poucos para um paradigma mais descentralizado e voltado para o local, exigindo dos governos locais a oferta de políticas de serviços específicos para essas localidades.

Que serviços são esses? Brugué e Gomà (1998) entendem que são um conjunto de ações públicas locais articuladas junto a pessoas, grupos e comunidades que buscam o desenvolvimento sociocomunitário por meio de relações que possibilitem integração, apoio e participação dos diversos atores públicos. Esses serviços são baseados em políticas que atuam na promoção de habilidades sociais e, ao mesmo tempo, combatem todo tipo de dependência e exclusão. Nesse sentido, o desenho dessas políticas públicas locais é composto por três ideias-chave: a repolitização, a estratégia e a participação (Brugué e Gomà, 1998). Para esses pesquisadores, a hipotética superação do Estado-nação é um exemplo disso.

Os países que avançaram no novo localismo se caracterizam pela emergência na revalorização do local, do território, bem como na repolitização dos governos locais. Essa mudança de paradigma que valoriza o território com suas estruturas sociais mais frag-

mentadas, cujas identidades coletivas possuem um caráter mais experiencial e comunitário, exige formas de governo que atuem em diversos níveis, que sejam projetadas com base em: a) uma agenda pública local mais complexa; b) novos papéis das políticas públicas, voltadas principalmente para a estratégia; c) novos estilos de governo local relacional; d) e que sejam orientadas para parcerias intergovernamentais e entre o público e privado. (Brugué e Gomà, 1998).

Em relação a uma agenda pública mais complexa, as ofertas de serviços públicos são estruturadas com base em políticas locais, podendo ser divididas em três grandes grupos: 1) Políticas de promoção econômica local ou iniciativas de desenvolvimento econômico local que abrangem a) políticas de promoção no âmbito empresarial (inovação e atração), b) políticas de emprego e recursos humanos (formação e ocupação), c) políticas de desenvolvimento territorial (centralidades e infraestruturas), d) políticas de desenvolvimento comunitário (cooperação e serviços); 2) Políticas locais de bem-estar social ou programas de serviços pessoais que envolvem a) políticas voltadas para questões sociais e sanitárias, além do combate à exclusão (serviços sociais, saúde e consumo) e b) políticas socioculturais em prol da dinamização comunitária (cultura, educação, juventude); e 3) Políticas urbanas e territoriais (Brugué e Gomà, 1998).

No tocante aos novos papéis das políticas públicas baseadas em um pensamento estratégico, esses autores evidenciam as iniciativas de desenvolvimento econômico, e, por mais paradoxal que possa parecer, o interesse pela dimensão local está cada vez mais evidente no processo de globalização. Além disso, há a necessidade de um estilo de *design* relacional das políticas locais que contenha parcerias entre diversos atores institucionais, característica base desse novo localismo.

Nesse quesito, o conceito de parceria é primordial, pois no novo localismo há a consciência de que as autoridades locais de forma solitária não dispõem das forças necessárias para pôr em

prática todas as ações planejadas. Ademais, os governos locais dependem de múltiplos fatores, como o financeiro, por exemplo, que dificilmente podem obter sem o apoio e cooperação de outros atores sociais, políticos ou econômicos. Uma parceria é definida como um acordo entre organizações e/ou instituições que envolve a coordenação dos elementos previamente delineados no âmbito de iniciativas locais que vinculam os diferentes atores relacionados à promoção econômica e atualmente representam a forma principal de articulação em prol do desenvolvimento econômico local. Essas parcerias podem ocorrer 1) por meio de iniciativas empresariais de desenvolvimento econômico, 2) por meio de vínculos estratégicos entre empresas, 3) entre parceiros de desenvolvimento econômico, 4) por meio de agências de promoção, 5) entre representantes empresariais e outros órgãos coletivos, 6) através de iniciativas lideradas pelo setor público, mas que envolvam diversos atores institucionais, 7) pelas agências de desenvolvimento e 8) também por comitês empreendedores (Bennett, Krebs, 1991 *apud* Brugué e Gomà, 1998, p. 123, tradução nossa).

> Além das peculiaridades dos diferentes tipos de parcerias, parece uma opinião geral que a colaboração público-privada representa a melhor fórmula para o desenvolvimento de programas de desenvolvimento local.

Tal colaboração é mais conhecida no Brasil como PPPs ou Parcerias Público-Privadas.

É impossível sobreviver nesse mercado globalizado como um ator independente e solitário sem estabelecer alianças ou acordos de colaboração entre empresas e outros atores governamentais. Em suma, toda esta realidade converge para a geração de um novo panorama: o território em rede (Brugué, Gomà e Subirats, 2005), semelhante ao que no Brasil denomina-se arranjos produtivos locais (APLs).

Do ponto de vista de Barreiro (1998), para que o desenvolvimento local ocorra, a ação conjunta dos diversos agentes e atores voltados às atividades econômicas locais, chamada de parceria econômica local, é condição *sine qua non* para a viabilização do desenvolvimento local. É oportuno frisar que nesse território em rede, a capacidade dos governos locais está intrinsecamente vinculada às relações que são estabelecidas com os múltiplos atores públicos e privados.

Sobre o assunto, merece destaque o pensamento de Tomaney (2010) ao enfatizar que tais abordagens exigem instituições locais fortes e adaptáveis, como agências de desenvolvimento regional, que são cada vez mais comuns em todo o mundo. Desse modo, essas abordagens exigem o envolvimento de uma ampla gama de partes interessadas e mecanismos para identificar ativos na economia local que possam ser a base para estratégias de crescimento local.

Além dessas parcerias, que são imprescindíveis, outros pontos se fazem necessários quando se pensa no desenvolvimento local, partindo do pressuposto de uma iniciativa estratégica que não seja imediatista e conduza a um planejamento adequado. Barreiro (1998) explica que essa característica é exigida quando se planeja o desenvolvimento local em médio e longo prazo, o que se torna um enorme desafio, pois na maioria das vezes, a lógica institucional dos governos locais é imediatista. Tomaney (2010) defende que as abordagens de desenvolvimento local bem sucedidas têm no seu centro a valorização do capital humano e a promoção da inovação, bem como a característica de processo em longo prazo.

Estudos recentes, como o de Iammarino, Rodríguez-Pose e Storper (2017), falam desse novo paradigma como "*place-sensitive distributed development policy*" ou política compartilhada de desenvolvimento sensível ao local, no qual destacam-se as estratégias de desenvolvimento para regiões de baixo crescimento, tais como: investimento em infraestrutura, com ênfase nas conexões intraperiféricas; políticas ativas para o mercado de trabalho, destacando-se a inserção das mulheres e jovens nesse ambiente; o

incentivo à criação de *startups*; a valorização do capital humano por meio de uma educação com qualidade, seja nas disciplinas das ciências naturais ou sociais, além de uma reforma nos níveis primários e secundários da educação, no intuito de promover uma maior integração cultural; a modernização das estruturas de governança local; a formação técnica e profissional adequadas às habilidades e competências profissionais do mercado; parcerias entre universidades e empresas face à transferência de tecnologia e inovação; e o apoio a redes sociais e culturais.

Em outra pesquisa sobre o desenvolvimento em regiões de baixo crescimento ou estagnadas, Rodríguez-Pose e Ketterer (2019) lembram que a maior preocupação das políticas públicas diz respeito à necessidade de se aumentar o dinamismo econômico dessas regiões. Os autores defendem que as condições institucionais, como a qualidade do governo e suas políticas, afetam diretamente nos resultados dos planejamentos de desenvolvimento, como, por exemplo, o investimento ou não em educação ou a valorização do capital humano.

Brugué e Gomà (1998) apresentam cinco pontos essenciais para o desenvolvimento local: 1) A definição estratégica de uma trajetória de desenvolvimento capaz de aproveitar as oportunidades da globalização econômica; 2) O empoderamento e aproveitamento das redes de cooperação formadas pelos mais diversos atores econômicos locais; 3) Priorizar recursos intangíveis, como treinamento, comunicação ou inovação tecnológica; 4) Conhecer os mercados e desenvolver as linhas de acesso a eles a partir de suas próprias vantagens competitivas; e 5) Gerar um clima local favorável às empresas, aumentando a atratividade do território e articulando adequadamente políticas econômicas e sociais.

Em suma, as políticas locais de desenvolvimento econômico visam tornar o território o eixo básico de um projeto, no qual atores públicos, privados e associativos convergem em um horizonte estratégico.

Nesse território em rede,

> O primeiro nível refere-se a um espaço físico e o segundo a um espaço virtual. São espaços diferentes, mas compatíveis entre eles: a cidade é simultaneamente física e virtual, próxima e relacional (Brugué, Gomà e Subirats, 2005, p. 3, tradução nossa).

Na concepção de Barreiro (1998, p. 145–146, tradução nossa),

> a base territorial para o desenvolvimento econômico local não coincide necessariamente com a delimitação municipal e, portanto, requer a configuração de novos espaços territoriais adequados para a promoção de iniciativas econômicas competitivas.

Nessa perspectiva, cabe aos Estados e aos governos locais promover a colaboração entre os municípios, territórios ou regiões.

Percebe-se, ainda, que as iniciativas em prol do desenvolvimento local não excluem o contexto mais amplo ou global. Essas iniciativas têm por objetivo assegurar a competitividade da economia de determinado município, oferecendo uma visão em médio e longo prazo em relação à economia daquele local e sua região, ao mesmo tempo que buscam o suporte necessário dos atores públicos no que tange à direção e orientação para o processo constante de melhoria e adaptação. Sendo assim, competitividade, visão estratégica e liderança são palavras-chave nesse novo localismo que tem o território em rede.

Nessa relação estreita entre mercado e Estado, Brugué e Gomà (1998) apresentam uma visão "conciliadora", semelhante aos pensamentos de Furtado (2011), Sen (2010) e Kaztman (1999).

Dentre as iniciativas de desenvolvimento local que mais obtêm destaque, estão aquelas voltadas para a qualificação profissional, para a qualidade do capital humano existente e a capacidade da localidade em gerar um clima atrativo para a implantação de indústrias, em outras palavras, estratégias voltadas para a educação e criação de empregos (Barreiro, 1998).

É nesse sentido que a educação se torna um instrumento essencial para o desenvolvimento local, pois as políticas locais de bem-estar com o objetivo principal de corrigir as desigualdades e proporcionar coesão e dinamismo às comunidades locais são projetadas na esfera econômica por meio de uma série de estratégias educacionais orientadas a disponibilizar um capital humano com altos níveis de treinamento em prol do desenvolvimento local (Brugué e Gomà, 1998).

Em síntese, Brugué e Gomà (1998) apresentam o modelo de design integrado de políticas locais, que possui três objetivos interagindo entre si, com base no marco conceitual sobre o novo localismo. Tais objetivos são: 1) a integração econômica das relações sociais, 2) a integração territorial das relações econômicas, e 3) a integração social das relações territoriais. Tal modelo nada mais é do que uma triangulação das políticas necessárias para a construção da sociedade pautadas no desenvolvimento local, quer dizer, as políticas locais de bem-estar, as políticas de promoção econômica local e as políticas urbanas. Essa integração entre políticas se dá também entre as cidades e os territórios, na tentativa de contemplar o binômio local/global.

Os autores acreditam que esse panorama seja o desafio mais crucial do que eles chamam de nova governança no novo localismo. Pensar e agir no local com visão estratégica no que ocorre globalmente é certamente uma tarefa complexa e desafiadora. Não é à toa que

> desde as preocupações ambientais, a expressão "pensar global, agir local" tornou-se popular, mas nosso compromisso é complementar essa afirmação com o seu oposto, "pensar local, agir globalmente" (Brugué, Gomá e Subirats, 2005, p. 7, tradução nossa).

Capello, Caragliu e Nijkamp (2010) explicam que o crescimento de uma determinada localidade resulta de um somatório,

ou melhor, de uma presença equilibrada de elementos tangíveis e intangíveis que se originam nas esferas social e econômica. Esses autores salientam o que denominam de capital territorial, termo utilizado inicialmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2001.

Para acrescentar a essa discussão as abordagens de desenvolvimento local, vale a pena deter-se brevemente sobre um novo paradigma que tem permeado praticamente todos os planos de desenvolvimento territorial na Europa atualmente, que é a especialização inteligente. Este conceito surge a partir de apontamentos teóricos de um grupo de pesquisa sobre inovação (*Knowledge for Growth Expert Group*) criado em 2005 por Janez Potocnik, que era Comissária Europeia de Pesquisa. Mesmo tendo origem em um grupo, o conceito tornou-se conhecido e associado a Dominique Foray, presidente do já citado grupo de pesquisa (Morgan, 2015). Foray (2014) justifica de forma muito simples o surgimento da ideia da especialização inteligente:

> A noção de especialização inteligente define, portanto, um processo virtuoso de diversificação por meio da concentração local de recursos e competências em um certo número de novos domínios que representam possíveis caminhos para a transformação de estruturas produtivas. Voltando agora à noção de estratégia de especialização inteligente, isso envolve a implementação de um processo pelo qual essa dinâmica de desenvolvimento de novas especialidades possa ser facilitada, graças à intervenção governamental pontual e direcionada, a fim de apoiar de maneira preferencial as novas atividades mais promissoras em termos de descoberta, experimentação, potencialidades e mudanças estruturais (Foray, 2014, p. 492–493, tradução nossa).

Dessa forma, implica pôr em prática um processo dinâmico de desenvolvimento em que os vários atores institucionais possam se relacionar por meio de uma intervenção pontual do Estado, no intuito de apoiar as atividades mais promissoras e auxiliar nas mudanças estruturais requeridas nas regiões. "Em suma, a Especialização Inteligente visa gerar ativos e capacidades exclusivos, alicerçada nas estruturas e bases de conhecimento características da indústria da região" (Foray, 2012, p. 11, tradução nossa). Em outras palavras, o objetivo de uma estratégia de especialização inteligente é favorecer o surgimento e o desenvolvimento de alguns microssistemas de inovação que lidam com nichos de mercado específicos e principalmente relacionados às estruturas e ativos produtivos existentes, a fim de transformá-los por meio de pesquisa, desenvolvimento e inovação (Foray, 2014).

O autor deixa evidente que um dos pontos principais dessa abordagem é dar subsídios para uma formação adequada e coerente ao capital humano existente nas próprias regiões em que se pretende o desenvolvimento local.

Nessa explanação são abordadas características como a identificação de investimentos associados às instituições educacionais e de treinamento vinculadas ao desenvolvimento de tecnologias; o apoio no diagnóstico e informações sobre as demandas do mercado no setor tecnológico, inclusive com a disponibilidade de pesquisadores líderes para as regiões; e a formação de profissionais locais que atuem no processo de avaliação e melhorias contínuas, bem como da manutenção da tecnologia utilizada.

Para Carayannis e Grigoroudis (2016, p. 31, tradução nossa), "a especialização inteligente surge como um elemento-chave para políticas de inovação baseadas no local", além de ser imprescindível para a abordagem por eles defendida – *Quadruple Helix* –, que supõe ser a sociedade um elemento essencial nos processos de inovação, juntamente com a indústria, o governo e as instituições de ensino, destacando-se aquelas voltadas para a pesquisa. Nessa abordagem, quatro subsistemas (educacional, econômico, político,

social) promovem a troca mútua de conhecimentos. A ideia é que nesse contexto, as perspectivas dos subsistemas se relacionem de forma equilibrada e integrada umas com as outras em prol do desenvolvimento local.

Portanto, percebe-se claramente a relação entre a "*Quadruple Helix*" e a "*Smart Specialization*", pois esta última defende uma estratégia regional para a inovação que promova medidas num espectro horizontal e com base em políticas neutras que sejam destinadas a melhorar as condições e capacidades das instituições de ensino, do capital humano, da infraestrutura em tecnologia, em pesquisa etc. (Foray e Goenaga, 2013).

De fato, a especialização inteligente surge como um fator chave para as políticas de desenvolvimento na Europa (Barca, 2009), tendo como cinco princípios elementares: 1) granularidade (políticas concentradas em atividades e não em setores empresarias; 2) valorização das descobertas empreendedoras; 3) diversificação especializada (necessidade de mudança sempre que preciso); 4) aprendizagem experimental; e 5) estratégia inclusiva, que busca conceder oportunidade a cada setor para desenvolver um projeto inovador (Foray e Goenaga, 2013).

Diante dessas considerações, a abordagem da especialização inteligente defende que as políticas públicas só terão algum impacto visível no desenvolvimento local, como crescimento econômico, criação de empregos, qualidade de vida etc., se houver um alinhamento entre os recursos e ativos competitivos de cada região (Foray e Van Ark, 2007; Foray, David e Bronwyn, 2009). Essa premissa reforça, de certo modo, os pressupostos abordados por Celso Furtado, Amartya Sen e Ruben Kaztman quando tratam do desenvolvimento em sentido amplo.

No Brasil, essa discussão sobre o desenvolvimento local enquanto promoção econômica local tem início no final do século passado, visto que

> a promoção econômica local é um fenômeno relativamente novo em nosso entorno territorial. Trata-se de uma função que os governos locais vêm assumindo como uma parte substantiva de suas políticas e de seus serviços (Clementino, 1999, p. 4).

Segundo Clementino (2000), o desenvolvimento local passa a ser uma preocupação dos governos locais como uma política pública que deve integrar os diversos segmentos sociais, com vistas a dinamizar os papéis tradicionais das administrações locais a estruturas e meios de gestão mais adequados às realidades das cidades. Nesse contexto, o governo passa a ser o principal agente articulador das iniciativas com os demais atores sociais do desenvolvimento, crescendo, por sua vez, a necessidade e importância das diversas parcerias entre múltiplos segmentos e atores, dentre eles as instituições de ensino (Clementino, 1999).

5

O SERIDÓ POTIGUAR COMO TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Tendo discutido sobre a educação profissional como instrumento de desenvolvimento, além de algumas abordagens sobre o desenvolvimento local, este capítulo apresenta o Seridó Potiguar como território de desenvolvimento, discorrendo brevemente sobre aspectos históricos e econômicos dessa região. Devemos lembrar que a discussão deste livro se dá entre a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento local desse território específico do Rio Grande do Norte. Ademais, apresentam-se as atuais políticas públicas de desenvolvimento para o Seridó Potiguar, com ênfase nas ações e especificidades do Projeto RN Sustentável promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

5.1 O desenvolvimento do Seridó Potiguar

O Seridó Potiguar está localizado no semiárido do Rio Grande do Norte e é uma das regiões mais secas do estado e que

apresenta certos contrastes paisagísticos. Ao mesmo tempo que possui vales fluviais, como os dos rios Seridó e Piranhas-Açu, tem também algumas das mais importantes serras do estado como as de João do Vale, da Coruja, das Queimadas, da Garganta, dos Quintos e São Bernardo (Governo do RN, 2013a). A média pluviométrica é de 550 mm/ano, mas com uma característica de distribuição desigual de chuvas. Terras com solos de baixa fertilidade, sendo estes em grande parte pedregosos, possuem escassa profundidade e ao mesmo tempo são muito sensíveis ao processo de erosão. Seu ecossistema natural, o bioma caatinga, que é inigualável e exclusivo no mundo, tem ainda em sua paisagem tanques naturais, açudes, rios, trilhas, formações rochosas e belas serras, além dos sítios arqueológicos. Possui uma vegetação predominantemente baixa, com muitos cactos e arbustos espaçados, o que torna essa região bem particular no que tange aos seus aspectos físico-climáticos.

Nesse cenário quente, forjado pela escassez das chuvas, o seridoense vive seus desafios constantes numa região de mudanças em busca de melhorias. O Seridó Potiguar é composto por 25 municípios – Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas. Sua área total é de 10.796,615 Km^2, chegando a 20,44% do território potiguar.

De acordo com o censo demográfico de 2010, o número de habitantes totaliza 295.699, o que corresponde a 9,3% da população do estado do RN (IBGE, 2010).

Considerando o processo de urbanização, 76% dos seridoenses vivem na zona urbana, enquanto 24% se encontram na zona rural. Todavia, nos municípios localizados na região homogênea das Serras Centrais, que possui clima mais ameno, quase a metade da população (46%) está na zona rural.

Em relação à economia, o Seridó Potiguar foi formado em três ciclos: a pecuária (majoritariamente bovina), a cotonicultura e a mineração. Isso, na atualidade, não se coaduna mais com os tempos de outrora, salvo algumas atividades relacionadas à extração mineral e à pecuária leiteira, ainda que a contínua escassez de chuvas venha prejudicando consideravelmente esta última atividade. Outras atividades econômicas, como a indústria cerâmica e de confecções, surgiram ao longo das últimas décadas.

Ao analisar esses fatos, ficam mais claras algumas evidências relacionadas à economia seridoense, discutida mais adiante, que possui laços fortes e estreitos com a pecuária, pois esta certamente foi um fator relevante na fundação das primeiras cidades desse território. Posteriormente, outras atividades foram se desenvolvendo aos poucos, como a cotonicultura e a extração mineral, mas o autor do "Sertões de Seridó" deixa claro que

> a vocação histórica do sertanejo é o gado. Espremido em cercados retalhados a cada herança, pendeu para uma pecuária semi-extensiva, 'fazendo raça' com as cruzas euro-zebuínas e passando a viver dos peitos das vacas (Lamartine, 1980, p. 55).

Seguindo esse mesmo ponto de vista, o célebre Câmara Cascudo em suas andanças pelo sertão potiguar, afirmou: "Tivemos, pois, como fundamento da família sertaneja, o homem pastoril, afeito às batalhas do campo, às necessidades das descobertas de novas pastagens" (Cascudo, 2009, p. 47). Mais tarde, Clementino (1990, p. 74) vai afirmar que "o gado seria, assim, a matriz do sistema urbano potiguar e seus velhos caminhos as raízes das grandes regiões do estado: Litoral, Seridó e Oeste". Já Araújo (2000) enfatiza, a respeito da economia do Seridó Potiguar, que a pecuária foi pioneira como grande atividade econômica da região.

Ao passo que essa atividade econômica se espalhava pelo sertão seridoense, os espaços vazios iam sendo ocupados e tor-

nando a pecuária bovina decisiva na formação desse território. A atividade econômica do estado, até então dominada pela produção açucareira, desloca-se para o interior, numa nova dinâmica, pois "tal economia teve a capacidade de dotar todo o interior de certa funcionalidade econômico-social, sem a qual seria o interior da capitania de um grande deserto" (Araújo, 2010, p. 44). Por isso, o mesmo autor enaltece a importância dessa atividade:

> Assim, por um lado, pode-se afirmar que a costura do território potiguar se, em primeira instância, tem na economia açucareira sua gênese, pois a ocupação, como sabido, começou no litoral ao interior, por outro lado, tem nos currais sua mais forte dinâmica (Araújo, 2010, p. 44).

Isso torna evidente que, para o Seridó Potiguar, a criação de gado foi o fator econômico preponderante como atividade de primeira grandeza (Santos, 2010).

Ainda sobre esse assunto, Clementino (1990) explica que a atividade pecuarista bovina, por meio das fazendas, além de proporcionar a criação de vários municípios, possibilitou a criação de outras culturas agrícolas, como a produção de alimentos (para subsistência) e de algodão (para o mercado). Além do mais, essa atividade se tornou uma ponte para a integração entre as capitanias através dos dois "caminhos do gado", dentre eles, o que advinha do interior da Paraíba que viabilizava o transporte do gado daquela capitania como das capitanias do Piauí, Ceará e do Rio Grande, especialmente das ribeiras do Seridó Potiguar e do Apodi (Clementino, 1990).

Mais tarde, outra atividade econômica não menos expressiva para o Seridó Potiguar foi a cotonicultura, que "se consorciou com as lavouras alimentares, nas terras mais férteis" (Araújo, 2000, p. 6). Para este autor,

> no sertão do Seridó potiguar o gado e o algodão formavam um consórcio forte. Quando as secas criavam empecilhos à acumulação mercantil com o gado, tais empecilhos eram parcialmente superados por maior inversão na atividade algodoeira (Araújo, 2000, p. 47).

Clementino (1986, p. 26), em interessante trabalho sobre o maquinista de algodão afirma que

> no Rio Grande do Norte, o algodão era tradicionalmente produzido e descaroçado no interior das grandes fazendas sertanejas. O caroço servia para o gado comer e a pluma era vendida às firmas exportadoras.

O algodão, utilizado pelos indígenas antes mesmo do descobrimento, tornou-se "ouro branco" a partir da demanda da indústria têxtil inglesa em expansão (Felipe, Rocha e Carvalho, 2011). De acordo com Medeiros (1980, p. 27), "estava escrito que o algodão seria, com o decorrer dos tempos, a dominante econômica do Seridó". Entretanto, naquela região não se produzia um tipo "comum" de algodão, mas o algodão mocó, que, até então, era o mais adequado para a indústria têxtil devido a suas características.

Esse período vai desde o final do século XVIII (na primeira fase iniciada pelo colonizador branco) até a década de 1970, quando essa atividade econômica sofre grandes crises, dentre elas a eliminação do maquinista do algodão (Clementino, 1986). Com a cultura algodoeira, percebe-se como as terras seridoenses puderam dinamizar sua economia, já que o algodão mocó era um algodão perene, com ciclos de até 7 anos, dispensando o sertanejo da necessidade de arar a terra todos os anos. A baixa produtividade do primeiro ano era compensada pelo consórcio com milho e feijão (Felipe, Rocha e Rêgo, 2010). Após a colheita, que se iniciava a partir de setembro, geralmente nos períodos de mais estiagem,

o gado se fartava com as folhas ainda verdes desse "ouro branco" antes da poda. O algodão mocó foi responsável por grande parcela da economia do Seridó Potiguar por meio das beneficiadoras que produziam pluma, óleo e torta, gerando emprego e renda para diversos seridoenses. Na explanação de Clementino (1986, p. 32),

> desde o século XIX até os anos 20 desse século (ou bem mais que isso a nosso entender) o algodão mocó produzido na região sertaneja do Seridó tinha mercado interno e externo garantido a preços compensadores.

Macêdo (2012) e Trindade (2015) comentam que o desenvolvimento da cotonicultura potiguar foi responsável até mesmo pela mudança do eixo político no estado, quando da ascensão política do seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros, que era filho de um produtor de algodão e tornou-se governador do estado na década de 1920.

A partir da década de 70, a crise têxtil-algodoeira – que advém da modernização tecnológica desse segmento, principalmente pelo uso das fibras sintéticas em detrimento da fibra de algodão, bem como pela penetração do capital têxtil no Nordeste descaracterizaram ainda mais a produção do algodão mocó, viabilizando sensivelmente a atividade pecuária. Esses foram fatores preponderantes para o declínio daquela atividade, ao mesmo tempo em que a resistência à mudança é um aspecto que precisa ser levado em consideração. Na visão de Araújo (1997), essa característica é um fator relevante no ambiente socioeconômico.

Para completar o tripé básico da estrutura do espaço econômico do Seridó Potiguar, utilizando o termo de Araújo (2000), a mineração, a partir da década de 1940, tornou-se uma rica e fecunda fonte de expansão econômica da região. Se as terras seridoenses já eram conhecidas nacionalmente e no além-mar devido à produção do algodão mocó, a exploração mineral da tantalita, do

berilo, da cassiterita, do tungstênio e da scheelita possibilitou ao Seridó Potiguar uma visibilidade maior no cenário econômico do estado e do país, pois, a partir dessa atividade econômica, o estado se tornou o maior produtor brasileiro desse último minério.

Dentre as motivações para o desenvolvimento da mineração, a principal foi a indústria bélica na Segunda Guerra Mundial, na medida em que a scheelita era considerada um valoroso componente na fabricação de armamentos, na composição de aços especiais, empregado em ferramentas de precisão e em instrumentos cirúrgicos, sendo localizado em Caicó, Serra Negra, Jardim do Seridó, Parelhas e Currais Novos (Medeiros, 1980).

Clementino (1990) explica que, na época da 2ª Guerra Mundial, o Rio Grande do Norte se beneficiou de duas novas atividades de exportação, a cultura do sisal e a exploração de scheelita, pois os países envolvidos na guerra demandaram essas matérias-primas e orientaram a exploração das jazidas existentes. No Seridó Potiguar, ainda por volta de 1928, foram identificados indícios de tungstênio, mais especificamente nos municípios de Acari e Parelhas. A partir de 1940, tiveram início as primeiras pesquisas em busca desse minério, tendo sido localizada um ano depois a primeira jazida. Logo em seguida, a exploração por meio da garimpagem teve início, atraindo também capitais locais e empresas estrangeiras, como no município de Currais Novos.

Para Lamartine (1980, p. 178), o sertanejo, acostumado com o manejo do gado e da agricultura, agora se viu em novas funções ou novas formas de trabalho, da enxada para a bateia "minguando o ciganismo das procissões flageladas".

Segundo Clementino (1990), as minas existentes no Seridó Potiguar foram responsáveis por mais de 90% da produção brasileira de concentrado de tungstênio, especialmente as minas Barra Verde, explorada pela mineração Termoliga e Metalurgia S/A, e Boca de Laje, explorada pela empresa Tungstênio do Brasil Minérios e Metais S/A. Para a autora, essas minas e garimpos funcionaram como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores expulsos pela

modernização da produção agropecuária do Seridó a partir dos anos 70, além de serem uma espécie de amortecedor nos longos períodos de estiagens da crítica situação da população flagelada, freando inclusive o processo migratório (Clementino, 1990).

Vale salientar que a extração mineral não se restringiu à scheelita. Também foram explorados: a tantalita, minério muito raro e existente em abundantes jazidas, notadamente nos municípios de Jardim do Seridó, Parelhas, Acari e Currais Novos, utilizado na fabricação de aços especiais; o berilo, usado na liga de cobre, encontrando-se em Jardim do Seridó, Parelhas, Acari e Currais Novos; e a cassiterita, um minério de estanho. Também foram encontrados mica, argila, barita, enxofre, cristal, granito, mármore, quartzitos e caulim. Para Medeiros (1980), essa fase seridoense apresentaria novos horizontes à região e duraria algumas décadas, mais precisamente até os anos 1980, quando teve início o declínio dessa atividade econômica em consequência da oscilação dos preços internacionais e da utilização de outros minérios na fabricação de artefatos industriais e tecnológicos (Felipe, Rocha e Rêgo, 2010).

Na explicação de Felipe, Rocha e Rêgo (2010), ainda no início de 1943 ou pouco tempo depois do início da exploração mineral no Seridó Potiguar, a produção de scheelita cresceu rapidamente, chegando a serem conhecidas cerca de 60 minas e garimpos (pequenas minas rudimentares) distribuídos entre os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. O auge dessa produção foi no início da década de 1970, com a produção de concentrado de scheelita em larga escala, representando o ápice da mineração da scheelita no RN. No caso da Mineração Tomaz Salustino, localizada no município de Currais Novos, seu apogeu ocorreu em plena Segunda Guerra Mundial, fornecendo toneladas de minérios às indústrias de aço.

Depois do declínio dessa atividade econômica na década de 1980, só a partir de 1997 as minerações de scheelita de Currais Novos e região voltaram às suas atividades, que se encontravam parcialmente paralisadas, mas sem rastros efetivos do que foram no passado.

Considerando estas breves apresentações sobre o tripé básico da estrutura do espaço econômico do Seridó Potiguar – pecuária, cotonicultura e mineração –, que atualmente possui parcos vestígios do passado, e considerando a última estiagem que durou sete anos seguidos, pode-se dizer que essa região está fadada ao fracasso economicamente? Haverá possibilidade de uma nova dinâmica para a economia da região, baseada no comércio e serviços, por exemplo? Mas afinal, quais potencialidades do Seridó Potiguar devem ser exploradas? O que tem sido feito pelas autoridades políticas?

Esses e outros questionamentos apresentam-se constantemente para aqueles que vivem naqueles municípios e dependem de uma economia mais equilibrada para o surgimento de dias melhores.

O Seridó Potiguar, antigo centro dinâmico do estado, se passou a figurar como uma região estagnada ou como uma mancha dinâmica (Araújo, 1997), especialmente a partir da década de 70, com a decadência da produção algodoeira e, posteriormente, da mineração. Isso porque, já nos anos 80, a crise da economia algodoeira, que afetou também a rentabilidade da pecuária, coincidiu com a crise do segmento da mineração. Ruíram, a um só tempo, os pilares da economia regional.

A partir daí, as atividades tradicionais, as que produziram riqueza e poder na região, apresentam pouco dinamismo. Salientando que a decadência dessas atividades econômicas se deu por vários motivos, como a concorrência da China na exploração da scheelita, a entrada da carne argentina no mercado brasileiro, a nova orientação da pecuária seridoense que deixou de ser de corte para se tornar uma pecuária leiteira com os incentivos de políticas públicas como o melhoramento genético do rebanho.

O atual cenário do Seridó Potiguar reflete um pouco daquilo que são as sínteses das heranças históricas em todo o estado: a presença da desigualdade, a herança de concentração urbana, a desigualdade na rede de cidades e concentração nos polos de

Currais Novos e Caicó, a malha rodoviária herdada e sem novas configurações, além de um lento ou inexistente crescimento.

A pobreza continua a ser uma de suas características mais marcantes, caracterizada por elevados índices de exclusão social nas cidades e no campo e por um padrão de desenvolvimento econômico insustentável pelos problemas de natureza econômica, social e cultural. Em contrapartida, na percepção otimista de Araújo (2000), essa região não está desalentada nem imersa em sua própria crise econômica, mas se encontra em franco processo de reestruturação, talvez muito por causa do que Mendez (2013) chama de resiliência territorial.

Com base na própria história seridoense caracterizada pelos malgrados advindos das negligências políticas ou por condições climáticas típicas dessa região, que está no polígono das secas, compreende-se que este é um território (especialmente o seu povo) resiliente.

De todo modo, as políticas públicas de desenvolvimento são necessárias para tentar dinamizar esse território através de ações que busquem promover o desenvolvimento local com base nas vocações naturais ou potencialidades da região, sem excluir, contudo, aspectos externos a esse território que podem ser inseridos no contexto local, como será discutido a seguir.

5.2 Políticas públicas de desenvolvimento para o RN

Os programas de políticas de desenvolvimento territorial do Rio Grande do Norte diagnosticados neste estudo foram o Programa Mais RN e o Projeto RN Sustentável. O primeiro foi desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN, enquanto o último foi promovido pelo Governo do Estado e financiado pelo Banco Mundial, buscando fortalecer as alianças produtivas das diversas regiões do território potiguar.

No Programa Mais RN, proposta de desenvolvimento econômico da FIERN para o período de 2016 a 2035, percebe-se uma abrangência maior que o RN Sustentável, pois são priorizados 10 subsetores produtivos em todo o estado, que são: energia elétrica, mineração, portos, parques tecnológicos, serviços avançados, turismo, fruticultura, pecuária, pesca e aquicultura. Essas prioridades foram elencadas após análise retrospectiva de indicadores ou diagnóstico sobre o empreendedorismo potiguar, a qualidade da infraestrutura disponível, a capacitação do capital humano, a qualidade das instituições do estado e o ambiente competitivo (FIERN, 2015).

No Seridó Potiguar, o programa prevê algumas iniciativas nesse período, como no setor de energia, com a construção do Gasoduto Assú e a ampliação da área destinada à energia eólica na região das Serras Centrais e o fortalecimento da cadeia pecuarista, desde que esta seja melhor abastecida e que seus recursos hídricos sejam potencializados.

A respeito da atividade industrial nessa região, as perspectivas são apenas a reanimação da mineração e a consolidação do projeto Pró-Sertão (Programa de Interiorização da Indústria Têxtil), que foi lançado em parceria entre FIERN, SEBRAE e Governo do RN em 2013, com o intuito de gerar 20 mil empregos diretos no interior do estado por meio da estimulação de 360 pequenas unidades industriais para a produção de confecções (FIERN, 2017).

Ambos têm o foco para as "janelas de oportunidades", ou melhor, para as tendências recentes da economia regional, todavia, no RN Sustentável, o objetivo geral é apoiar o Governo do Estado nas ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento integrado – econômico, social e humano – assim como nas ações voltadas para a modernização da gestão pública. Além do mais, sua proposta é de interiorização, partindo da premissa de um desenvolvimento local. Parece conveniente dizer que o RN Sustentável é o único e principal projeto do Governo do RN sendo executado enquanto política pública de desenvolvimento.

No tocante ao apoio às potencialidades locais em prol do desenvolvimento, Brandão (2007) adverte sobre a concepção ingênua a respeito dessa endogenia exagerada das localidades, visto que as abordagens que tratam de *clusters* ou arranjos produtivos locais, incubadoras, sistemas de inovação, economia solidária, empreendedorismo e voluntariado, acabam banalizando tais conceitos e tornando difuso e incompreensível os diversos aspectos exógenos que influenciam e determinam também a realidade local e regional.

Na ideia de desenvolvimento local, evidencia-se a participação dos diversos atores e agentes territoriais, pois não há como prescindir desses apoios nesse processo. Essa participação dos diversos atores territoriais não se dá repentinamente, principalmente quando as decisões ocorrem de cima para baixo (*top-down*) e não o inverso (*bottom-up*), o que pode prejudicar o próprio processo de execução do planejamento, tendo em vista a não participação de todos nos debates, sem contar as perspectivas imediatistas e de curto prazo de muitos programas governamentais.

Na percepção de Pereira (2013), a elaboração e execução de um projeto coeso e participativo requer a existência de uma governança colaborativa ancorada em territórios concretos, privilegiando a escala sub-regional, para lhe conferir solidez e perenidade, e não associada a programas financeiros com tempo de vigência limitado.

O Projeto RN Sustentável possui um caráter multisetorial integrado e foi apoiado pelo Banco Mundial, com custo total de US$ 400 milhões, sendo US$ 360 milhões advindos do Banco Mundial e os US$ 40 milhões restantes, do próprio Governo do RN. O projeto foi alinhado ao Plano Plurianual do RN – PPA 2012-2015, que tinha como uma das metas prioritárias, a redução da pobreza por meio de um crescimento equitativo, inclusivo e eficiente, focando, em particular, no desenvolvimento regional sustentável e integrado (Governo do RN, 2013b; Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017).

Este projeto foi organizado em três grandes eixos estratégicos ou componentes e seus respectivos subcomponentes: 1) Desenvol-

vimento Regional Sustentável; 2) Melhoria dos Serviços Públicos; e 3) Melhoria da Gestão do Setor Público.

Seu principal objetivo de auxiliar o Governo do RN se assentava no alcance de três finalidades específicas: 1) aumentar a segurança alimentar e o acesso à infraestrutura produtiva e aos mercados para a agricultura familiar; 2) melhorar a qualidade e o acesso aos serviços de segurança pública, saúde, educação; e 3) melhorar os sistemas de gestão dos gastos públicos, dos recursos humanos, físicos e ativos, no contexto de uma abordagem de gestão baseada em resultados. Concomitantemente, esse projeto visava também contribuir, durante o período de execução (2013-2018), com o desenvolvimento local por meio de um conjunto de ações articuladas que pudessem reverter o baixo dinamismo socioeconômico do Rio Grande do Norte no que se refere à redução das desigualdades regionais e das ações de modernização da gestão pública para prestação de serviços de forma mais eficaz e eficiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população potiguar (Governo do RN, 2013b, 2013c).

Após definidos os três grandes eixos estratégicos, os objetivos e as finalidades do projeto, foi necessário definir uma estratégica territorial. Devido à característica multisetorial e integrada do projeto, foram identificadas as regiões mais vulneráveis e carentes de serviços básicos e de oportunidades que necessitavam de um apoio maior do poder público. Sendo assim, o escopo territorial foi dividido em três eixos: 1) a recuperação do antigo centro dinâmico da região do Seridó Potiguar; 2) o desenvolvimento do cinturão central, caracterizado por um verdadeiro vazio de desenvolvimento, e 3) o desenvolvimento do Oeste Potiguar, caracterizado por um abandono em relação à oferta de serviços públicos e penetração muito restrita da atividade econômica formal.

A estratégia de focalização se deu dentro de uma concepção estratégica de desenvolvimento regional, usando as delimitações dos dez territórios rurais do RN, concebidos pelo Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o intuito de integrar e coordenar os diversos programas e projetos existentes nas esferas federal, estadual e municipal (Governo do RN, 2013b, 2013c). Durante a execução do projeto, alguns diagnósticos foram realizados e, em seguida, publicados. Nestes, verificou-se a utilização dos territórios da cidadania como delimitação territorial.

É preciso ressaltar que um dos objetivos principais do projeto enquanto estratégia territorial é a recuperação do antigo centro dinâmico da região do Seridó Potiguar. O projeto também prevê parcerias com diversos agentes territoriais e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais nesses territórios. Na região do antigo centro dinâmico, o diagnóstico realizado apresenta como potencialidades a agricultura (batata-doce, laranja, caju, sementes e mudas certificadas), a bovinocultura, a suinocultura, a avicultura, a piscicultura, a extração de minérios metálicos, a produção de derivados lácteos, a fabricação de produtos têxteis e confecções de artigo de vestuário e acessórios.

Conforme Capriglione, Moretti e Nogueira (2017), durante a execução do Projeto RN Sustentável, um dos "produtos" desenvolvido foi o Plano Estratégico de Consolidação dos Eixos Integrados de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, tornando-se um instrumento fundamental para as decisões governamentais em nível estadual. Isso porque, de certo modo, houve um resgate do planejamento estratégico e territorial no estado, alinhado ao que descreve o Componente 3 do próprio Projeto RN Sustentável, que é a melhoria da gestão do setor público nas suas diversas vertentes. Nesse plano, foram estabelecidos cinco eixos integrados de desenvolvimento: a Micrologística do Transporte de Cargas; o Desenvolvimento Industrial; a Energia Elétrica; as Telecomunicações e a Tecnologia da Informação; e o Capital Humano.

No que tange ao eixo Capital humano, seu principal objetivo é dimensionar a demanda por mão-de-obra qualificada, necessária à viabilização das proposições descritas no Plano de Desenvolvimento Industrial e Logístico. Além dos objetivos específicos, que estão in-

trinsecamente vinculados à educação profissional no estado, como: avaliar os indicadores de capital humano nas diferentes regiões do RN; mapear a demanda de recursos humanos por tipo de capacitação profissional (setores produtivos e níveis de formação da mão de obra instalada); avaliar as necessidades atuais e futuras de capacitação do capital humano no estado; e avaliar as lacunas na educação profissionalizante no estado (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017).

5.3 Ações do Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar

Antes de adentrar as especificidades do Projeto RN Sustentável, convém sublinhar mais algumas informações sobre a realidade do antigo centro dinâmico do estado e conhecer resumidamente alguns projetos que tentaram promover o desenvolvimento dessa região, para, em seguida, melhor compreender algumas ações previstas e realizadas (ou não) pelo Projeto RN Sustentável.

Em meados da década de 1950, Medeiros (1980, p. 58) ao falar sobre a recente (naquela época) atividade econômica seridoense – a mineração –, dizia que aquele momento era "uma face nova da economia seridoense que agora começa a ser desvendada e que certamente rasgará novos horizontes à região". Mais tarde, Felipe, Rocha e Rêgo (2010, p. 261) enfatizaram que

> a região do Seridó foi a mais afetada com o declínio da economia algodoeira, e também a que se fez notar pela ausência das políticas e programas da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Mas afinal, qual o diagnóstico da economia seridoense e os possíveis rumos a serem trilhados? Como enxergar potencialidades após uma das maiores crises hídricas do sertão potiguar que exauriu praticamente todos os reservatórios de água?

A região enfrentou um colapso hídrico sem precedentes. A Barragem Marechal Dutra (Açude Gargalheiras), em Acari, atingiu seu nível mais crítico desde a inauguração, em 1959. O Açude Itans, em Caicó, também registrou volume de água extremamente baixo. Em Currais Novos, o Açude Dourado permaneceu quase dois anos tão seco que podia ser atravessado a pé. Em Carnaúba dos Dantas, a calamidade levou os carros-pipa a circularem continuamente pelas ruas e estradas.

A demora na chegada das adutoras agravou o quadro. Diversos municípios passaram a conviver não apenas com o desabastecimento, mas com severo desgaste socioeconômico: chafarizes improvisados nas ruas, rodízios de abastecimento cada vez mais longos, aumento constante do preço da água e a intensificação da perfuração de poços artesianos na zona urbana e rural.

A crise se refletiu ainda na dizimação do gado, nas dificuldades de irrigação da fruticultura na Serra de Santana e em outros municípios do Seridó Potiguar, além da retração das atividades da construção civil. Tudo isso alimentou o desalento de uma população que aguarda ações efetivas de um Estado moroso e deficitário.

Eis a realidade que se impõe aos seridoenses, habitantes do antigo centro dinâmico do estado.

Na verdade, não se deve reclamar da seca, pois essa é característica natural do sertão. Furtado (1990) explicava que a prioridade a ser dada é na transformação da economia do semiárido para torná-la mais resistente ao impacto das secas. Se o Seridó Potiguar ainda não consegue lidar habilmente com as estiagens, tarefa nada fácil e que envolve diversos fatores, percebe-se pelo menos uma luta constante para uma retomada de sua economia, mesmo diante das inúmeras dificuldades e desafios.

Na visão de Araújo (2000), a economia seridoense tem fortalecido sua agroindústria (sobretudo com derivados de produtos de origem animal) – em bases artesanais e modernas –, ao mesmo tempo em que se expande a indústria em geral e se mantém o ritmo do comércio e dos serviços. A iniciativa local vem promovendo o

desenvolvimento de pequenas e médias unidades manufatureiras, como padarias, indústrias de processamento de mandioca, couro, café, tintas, leite, entre outras.

A atividade mineral teve uma significativa melhora quando comparada com os anos subsequentes à decadência dessa atividade na região. Em 2011, as exportações de minério tiveram aumento, notadamente o granito (28,7%), a scheelita (365,2%) e o ferro, que desde o ano de 2008 não era mais exportado. Novos investimentos, inclusive de capital estrangeiro, foram recebidos pelo RN, e reativaram o setor de extração mineral na região do Seridó Potiguar. Os produtos minerais responderam por US$ 14,4 milhões em exportações no ano de 2011: um significativo crescimento de 110,6% em relação ao ano de 2010 (US$ 6,8 milhões). (Governo do RN, 2013a). Ainda no setor mineral, algumas iniciativas têm ocorrido na região, como a fábrica de cimentos da SUSA Industrial em Currais Novos.

Também merecem destaque as indústrias de cerâmica e têxtil. Nesta última, a bonelaria merece referência especial, pois se encontram distribuídas mais de 50 bonelarias em vários municípios que se consolidaram e conquistaram mercados dentro e fora do estado. O artesanato, como os bordados e rendas, é uma atividade interessante na região. Os bordados de Caicó, na maior parte fabricados em Timbaúba dos Batistas, são bastante conhecidos, podendo ser encontrados em diversas lojas de todo o país.

Em diagnóstico recente sobre a industrialização do Rio Grande do Norte, denominando-a de uma indústria de resistência, Felipe, Rocha e Rêgo (2010) dedicam-na um capítulo de sua publicação sobre o Seridó Potiguar, afirmando que uma das alternativas para reagir a essa longa crise tem sido a criatividade e capacidade empreendedora dos seridoenses, tanto por meio de dois polos cerâmicos – Parelhas e Cruzeta, mas, principalmente, pelas pequenas fábricas que passam a produzir redes, bordados, bonés, panos de pratos e confecções.

O comércio atacadista e varejista se relaciona à distribuição de alimentos, de remédios, de autopeças, de veículos, de materiais

de construção e de serviços em geral. O comércio, mesmo sendo uma das atividades mais dinâmicas da região, depende muito dos períodos festivos (sazonalidade), como as festas religiosas, dentre outros eventos anuais, como o Carnaval e a Festa de Santana em Caicó ou a encenação da Paixão de Cristo no Monte do Galo em Carnaúba dos Dantas. Sublinha-se aqui o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN) e das Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL) ao comércio local.

Há ainda o turismo ligado às festas religiosas e, nos últimos anos, vem se desenvolvendo uma tentativa de incentivar o ecoturismo, devido às belas paisagens serranas e vales fluviais, com destaque para os sítios arqueológicos com suas inscrições rupestres em cavernas e grutas, que representam vestígios da presença humana na região desde a pré-história. Os mais visitados são os sítios: Mirador, em Parelhas, Pedra do Alexandre, Talhado do Gavião, Casa Santa e Xiquexique I e II em Carnaúba dos Dantas, visto que esses últimos possuem estrutura para receber visitantes.

Entre os atrativos naturais das serras e dos relevos acidentados e formações rochosas, destacam-se o Bico das Araras e Serra da Formiga em Acari, que emolduram o Açude de Gargalheiras, a Gruta da Caridade e Serra de São Bernardo em Caicó, o Vale Vulcânico em Cerro Corá e Lagoa Nova, a Serra do Chapéu, o Pico do Totoró, o Cânion dos Apertados, a Serra da Mina Brejuí, a Pedra do Sino e do Navio em Currais Novos, a Serra dos Quintos e a Pedra da Boca em Parelhas. Há ainda outros atrativos, como os castelos (Castelo de Engady em Caicó e Castelo de Bivar em Carnaúba dos Dantas), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Museu do Sertanejo, ambos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na cidade de Acari (Governo do RN, 2013a).

Também se encontram empresas destinadas a prestar consultoria em negócios, profissionais autônomos que utilizam novas tecnologias e instituições de ensino, notadamente a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – *Campus* Caicó e Cur-

rais Novos e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) – *Campus* Caicó, Currais Novos e Parelhas.

Um ponto a ser destacado e que tem sido valorizado no Seridó Potiguar é a fama da qualidade de seus produtos, motivo pelo qual surgiu a "marca Seridó", como por exemplo, a carne de sol, o queijo de coalho, os derivados lácteos. A valorização da marca unida às iniciativas de pessoas criativas que trilham um caminho árduo, mas que estão dispostas a não se abaterem pelas adversidades existentes, caracterizam ainda mais essa resistência do seridoense.

Considerada uma das principais bacias leiteiras do estado, que, através do "Programa do Leite", se consolidou na região, tem-se também a expansão da caprinovinocultura, além da fruticultura (com destaque para a cajucultura), mesmo diante dos grandes desafios relacionados ao desmatamento – como demonstra estudo desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó Potiguar – ADESE (2012) nas Serras de Santana e do João do Vale – e à crise hídrica quase permanente. Essas frutas, quando não são vendidas para fora do estado, geralmente são beneficiadas por indústrias potiguares de polpas de frutas.

Em 2013, o Governo do RN juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte publicou um documento intitulado "Perfil do Rio Grande do Norte". Neste, encontram-se informações sobre todas as regiões do estado, dentre elas o Seridó Potiguar, que tem como segmentos dinâmicos da economia regional: a) Turismo (ecoturismo, serrano rural, negócios, eventos, cavernas), b) Agropecuária (pecuária leiteira e de corte, piscicultura, mandioca, cajucultura, caprinocultura, culturas de vazante); c) Indústria (confecções, cerâmica, laticínios, sapatos, indústria artesanal, pedra, couro, madeira), d) Mineral (feldspato, caulim, ferro, tungstênio), e e) Comercial (atacadista, varejista, supermercados). Assim, um dos principais desafios de um projeto de desenvolvimento regional é dinamizar esses segmentos da economia seridoense.

Cabe frisar que, ainda no ano 2000, houve uma tentativa de resgate da economia do Seridó Potiguar por meio de um plano de desenvolvimento econômico de acordo com a vocação própria da região. O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó foi elaborado pelo Governo do RN com o auxílio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, este último presidido por Dom Jaime Vieira Rocha, bispo da Diocese de Caicó à época. No referido projeto, já havia uma preocupação considerável com a situação econômica do estado e de regiões como a do Seridó Potiguar.

Diante da situação, havia uma necessidade de ações por parte do poder público para tentar articular ações que pudessem criar oportunidades para o desenvolvimento local, a começar com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para essa região.

Nesse período, a ênfase dada às atividades econômicas em processo de estruturação no Seridó Potiguar se relacionava particularmente à pecuária leiteira, ainda alicerçada em forte apoio oficial. Na percepção do Governo do RN (2000), foi graças a essa atividade que a região conseguiu transformar-se na segunda bacia leiteira do RN. No entanto, havia também um esforço para reestruturar a caprinovinocultura, a cajucultura, e, por sua vez, a agroindústria.

Posteriormente, em 2010, surge o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Seridó – PTDRS, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário auxiliado pela Delegacia Federal do MDA/RN. Este plano era parte dos planos de desenvolvimento sustentável dos Territórios da Cidadania, tendo por base a proposta de consolidação da política de desenvolvimento territorial em busca da sustentabilidade no respectivo território.

Algumas lições foram aprendidas e se tornaram base para a concepção do Projeto RN Sustentável (que foi apoiado pelo Banco Mundial), tais como: a) adotar uma abordagem multisetorial; b) fortalecer os vínculos entre agricultura, nutrição, segurança ali-

mentar e redução da pobreza; c) a inclusão produtiva é importante para a redução das desigualdades; d) fortalecer a parceria com organizações sociais; e) garantir uma orientação para o mercado e a integração das organizações de produtores em cadeias de valor; f) promover parcerias público-privadas; e g) a reforma do setor público e a melhoria da prestação de serviços são essenciais no apoio aos objetivos de desenvolvimento. Algumas dessas lições podem ser relacionadas com as oportunidades sociais ou ativos defendidos por Kaztman (1999) e Sen (2010).

A estratégia de desenvolvimento regional preconizada pelo Governo do RN se baseia em três eixos, dentre eles, a recuperação do dinamismo econômico na região do Seridó Potiguar. Nesta pesquisa, as análises se restringem a esse eixo específico, ressaltando que o Projeto RN Sustentável (2013-2019), depois denominado *Governo Cidadão: desenvolvimento e sustentabilidade*, parte da ideia de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e integrado. Tal desenvolvimento tem como principal objetivo contribuir efetivamente para reverter o cenário de baixo dinamismo socioeconômico regional do estado e apoiar ações de modernização da gestão do setor público para prestação de serviços de forma mais eficaz e eficiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população potiguar.

De forma concreta, as ações do Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar foram muito pontuais, mas nada que possa se caracterizar como ações de um projeto integrado e sustentável que almeje efetivamente o desenvolvimento regional com seus vários atores e funções.

Dada a complexidade envolvida num projeto como o RN Sustentável, que possui uma pulverização de investimentos muito grande e difusa, além dos desafios enfrentados pelos atores públicos e a realidade econômica do estado e do país, os resultados almejados ficam comprometidos. Desse modo, parece que o Seridó Potiguar corre o risco de permanecer sendo o "antigo centro dinâmico do estado", tendo em vista os resultados até então

apresentados. Mas afinal, o estado do Rio Grande do Norte possui realmente um planejamento estratégico? E, se possui, as ações são orientadas por esse planejamento?

A priori, os resultados encontrados revelam uma discrepância entre o que está posto no planejamento e o que ocorre realmente na prática. É necessário entender que o desenvolvimento local não se dá apenas com investimentos pontuais, mas depende de uma integração de atores diversos em prol desse desenvolvimento, dentre eles, as instituições de ensino, como os Institutos Federais.

6

O IFRN E O PLANEJAMENTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO NO SERIDÓ POTIGUAR

Após discorrer sobre a educação profissional no Rio Grande do Norte; realizar uma discussão sobre a relação entre a educação profissional e desenvolvimento local; e, em seguida, analisar o Seridó Potiguar como território de desenvolvimento, apresentando as políticas públicas de desenvolvimento da atualidade com ênfase no Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar, este capítulo trata da análise dos resultados desta pesquisa. O objetivo central é examinar a relação existente entre a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento do Seridó Potiguar, com base nas atividades desenvolvidas pelo IFRN e nas ações definidas no planejamento de desenvolvimento estadual por meio do Projeto RN Sustentável.

Desse modo, os subcapítulos abaixo se propõem a: 1) investigar o processo de expansão e interiorização do IFRN no Seridó

Potiguar; 2) examinar a relação entre as atividades do IFRN no Seridó Potiguar e o planejamento do desenvolvimento local baseado no planejamento estadual orientado pelo Projeto RN Sustentável; e, por fim, 3) examinar as convergências e divergências entre a proposta de educação profissional e tecnológica do IFRN para o Seridó Potiguar em relação às propostas do Projeto RN Sustentável para a mesma região nos eixos de desenvolvimento local e educação profissional.

Estes subcapítulos analisarão em pormenores a relação entre a educação profissional (IFRN) e o planejamento estadual de desenvolvimento (Governo do RN) em prol do desenvolvimento do Seridó Potiguar, objetivando entender se, entre ambos, há parceria ou apenas uma aparente parceria, bem como se há visões convergentes ou divergentes nessa relação.

6.1 O processo de interiorização do IFRN no Seridó Potiguar

A tentativa de expandir a educação profissional pelo país não se restringe ao século XXI, mas surge desde o Governo Sarney (1985-1990) quando foi desenvolvido um plano para a implantação de 100 novas escolas técnicas espalhadas pelo Brasil, o que não obteve sucesso, pois foram concluídas apenas 35 escolas. Nessa época, como IF3, o Rio Grande do Norte seria contemplado com 3 unidades descentralizadas de ensino, sendo 1 na região do Seridó e outra na região oeste do estado.

Devido a problemas envolvendo a doação dos terrenos por parte do poder público municipal, tanto em Caicó como em Currais Novos, sequer houve o início das construções dessas unidades de ensino. Foi construída apenas a unidade de Mossoró, cuja inauguração ocorreu em 29 de dezembro de 1994, tornando-se a primeira unidade de ensino descentralizada da então ETFRN (Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte). Tal fato caracterizou

o início da expansão e interiorização da educação profissional no Rio Grande do Norte, mesmo que timidamente.

Um detalhe interessante se dá ainda na década de 90, quando se tentou expandir e interiorizar a educação profissional no estado, agora voltando-se para o Seridó Potiguar. Lembrando que esse era um desejo de muitos que estavam na gestão da antiga Escola Técnica, que em 1999 passou a ser denominada CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), mas, por questões jurídicas, esse processo de expansão foi mais uma vez interrompido.

Além dos aspectos políticos que impediam a expansão e interiorização da educação profissional pelo Brasil, outros fatores foram determinantes para que, a partir de 2005, esse processo fosse iniciado, tais como: a mudança na legislação, vontade política e um bom planejamento. Esse processo de expansão e interiorização, já na primeira fase (Fase I), contemplou 64 escolas, sendo estas já existentes, pois houve uma reestruturação dos antigos prédios para a nova realidade; a segunda fase (Fase II) teve como base as macrorregiões e previa mais 150 novas escolas, seguindo a ideia contida no projeto inicial de que, em cada raio territorial de 60 km, deveria haver uma escola técnica; e a terceira fase (Fase III) ocorreu de acordo com as microrregiões.

Uma informação valorosa se relaciona com ocasiões em que os gestores do CEFET-RN aproveitaram as oportunidades quando da possibilidade de expansão, estando atentos aos trâmites em Brasília, entendendo a importância dessas novas escolas para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Essa característica foi perceptível na forma como se expressou um dos entrevistados, um grande entusiasta da expansão.

Por outro lado, outros atores políticos foram decisivos em nível estadual, cada um de acordo com os interesses que defendiam, como no caso mais específico de Currais Novos, onde existia o Centro Tecnológico do Queijo, de responsabilidade do Governo do Estado. Este centro, até aquele momento, praticamente não funcionava. Todavia, por meio de parceria entre o Governo do

RN e o CEFET-RN, especialmente com a incorporação do Centro Tecnológico do Queijo ao CEFET-RN, esse cenário mudou substancialmente no Seridó. Esse fato foi corroborado por IF2, que esteve à frente da Instituição durante praticamente todo o processo de expansão a partir de 2005.

Destaca-se no depoimento do entrevistado IF4, que, na época, atuava diretamente na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que o CEFET-RN apresentava características de vanguarda quando o assunto era a expansão, o que foi considerado modelo para outros estados da federação.

Ao se ouvir alguns entrevistados, observou-se que a vontade política foi fundamental para que o cenário da educação profissional e tecnológica no Brasil sofresse uma mudança expressiva, a começar do chefe do Poder Executivo do país, que entendeu a expansão como um verdadeiro investimento.

Nesse contexto, as escolhas das cidades contempladas no processo de expansão no Rio Grande do Norte não se deram de forma aleatória, mas com base em estudos de viabilidade realizados pela própria instituição de ensino. Como já relatado anteriormente, o Seridó Potiguar vivia a expectativa de receber uma escola técnica desde a década de 90. De todo modo, para cada fase da expansão, havia condições específicas e distintas nessas escolhas, como no caso das macrorregiões e microrregiões, o que não excluía a necessidade de organização e proatividade por parte dessas instituições, a existência de projetos bem produzidos e coerentes, além de apoio político. Foi nessa perspectiva a explicação dada por RN4, uma das protagonistas na expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil e, em especial, no estado do Rio Grande do Norte, por sua atividade parlamentar na época, que destacou a necessidade de estudos de viabilidade técnica para a instalação das escolas nas regiões.

Esses estudos de viabilidade foram essenciais para que houvesse um planejamento adequado e permitiram uma discussão mais aprofundada com todos os atores desse processo de expan-

são. Na verdade, tal processo era uma política pública educacional que almejava modificar o panorama da educação nos interiores dos estados no que tange à educação profissional.

Com base nas informações colhidas durante a pesquisa, ficou claro como se deu a escolha das cidades no Rio Grande do Norte para que nestas fossem construídas as escolas técnicas ou unidades descentralizadas de ensino, que mais tarde se tornaram *campi*, a partir da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Rio Grande do Norte, o processo de expansão teve início timidamente em Mossoró ainda na década de 90, mas foi na Fase I da expansão, já no Governo Lula, com a construção das três escolas – Currais Novos, Ipanguaçu e Zona Norte –, que o mapa da educação profissional e tecnológica no estado passou a ter mudanças significativas. Urge lembrar que, desde a Fase I da expansão, o Seridó Potiguar foi contemplado com o *Campus* Currais Novos.

A atuação do IFRN no Seridó Potiguar por meio dos seus eixos tecnológicos e com base no tripé institucional (ensino, pesquisa e extensão) se deu em etapas distintas, ao passo que as escolas foram sendo construídas, fatos que não ocorreram no mesmo período, sendo Currais Novos em 2006, Caicó em 2009, Parelhas em 2014 e Jucurutu em 2020.

Numa análise da atuação do IFRN no Seridó Potiguar, não se pode, em hipótese alguma, desconsiderar os arranjos produtivos locais dessa região, pois os Institutos Federais foram criados também com o intuito de corresponder e auxiliar nas vocações econômicas regionais. "Se nós vamos fazer uma escola voltada para aquela região ou para trabalhar na região, qual a vocação da região?" (Entrevistado IF3, 2018).

Para a escolha dos eixos tecnológicos, foram realizadas audiências públicas em Caicó, Currais Novos e Parelhas, no intuito de ouvir a comunidade local e seus respectivos representantes, para compreender melhor seus anseios e expectativas quanto à

chegada da educação profissional e tecnológica na região. Apesar de não ser obrigatória a realização de tais audiências, mas apenas uma recomendação no processo de expansão e interiorização, o IFRN teve o cuidado de assim proceder em todas as ocasiões, ficando à mercê dos obstáculos que sobrevieram nesse estágio do processo de expansão, por parte da população local, que, de certo modo, desconheciam o IFRN e, por sua vez, o ensino profissional, ou nem mesmo sabiam quais eram as potencialidades da região.

Mesmo nesse cenário, essas audiências foram fundamentais. Assim, "no Seridó, especificamente, já tinha uma certa indicação que o Instituto levou, já tinha uma certa sintonia com o que a comunidade estava pensando" (Entrevistado IF2). Vale relembrar que os cursos do IFRN buscam atender demandas conforme os arranjos produtivos locais das regiões em que cada *campus* se insere.

Para uma melhor organização das informações, as análises foram divididas por *campus* conforme a ordem cronológica de funcionamento, sendo primeiramente o *Campus* Currais Novos, em seguida o *Campus* Caicó, e por fim, o *Campus* Avançado Parelhas.

6.1.1 IFRN – *Campus* Currais Novos

O *Campus* Currais Novos foi o primeiro a atuar na região do Seridó Potiguar, atendendo uma área de abrangência que compreende 13 municípios (IFRN, 2019d). Assim, no dia 28 de junho de 2006 houve a inauguração do *campus*, na época ainda chamado de Unidade Descentralizada de Ensino (CEFET-RN) e em 25 de setembro daquele mesmo ano teve início seu primeiro ano letivo. A história do *campus* começa com um antigo anseio dessa região em poder usufruir de uma educação profissional de qualidade que estivesse relacionada com sua própria vocação econômica. Mas, no caso de Currais Novos, qual seria essa vocação? Certamente, esse questionamento foi a base para o início de uma discussão que, preliminarmente, foi resolvida por causa de um fator específico.

A existência do Centro Tecnológico do Queijo, estrutura construída pelo Governo do RN por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, foi fator preponderante para a instalação do antigo CEFET-RN, cujo eixo tecnológico pudesse contemplar a estrutura já existente e até então subutilizada pelo poder público estadual. Diferentemente dos *campi* de Caicó e Parelhas, esse fator influenciou decisivamente a escolha de um dos eixos tecnológicos da escola, o de alimentos, como atesta DG4: "(...) o nosso nascedouro, quer dizer, a gênese de tudo foi o CT do Queijo". Esse não era o principal anseio da comunidade, que ainda vislumbrava um retorno à atividade mineral que fora pujante em décadas anteriores. Todavia, o depoimento do entrevistado DG4 traz esclarecimentos sobre a escolha de alimentos como um dos eixos tecnológicos em Currais Novos:

> Então, a questão de alimentos era quase uma coisa natural, tendo em vista que a ideia era a gente formar as pessoas para atender essas demandas, sobretudo na questão das queijeiras, de laticínios, que tinham três na época. Então, isso foi quase uma imposição do APL, certo? Justamente trazendo para o que é local. E informática porque foi decidido em reunião na Reitoria, certo? (...)Então, essa era a ideia, que, antes, pelo que eu sei, que você sabe, que essa escola era para ter vindo desde a época do governo de José Sarney (...) seria o curso de mineração. Até porque é um eixo que tem tudo a ver com nosso arranjo produtivo local, mas, como no curso de mineração é um curso muito caro, que requeria muitos equipamentos, foi aproveitou-se da estrutura do CT do Queijo, que já tinha, já estava montada a parte dos equipamentos, não todos, mas grande parte (Entrevistado DG4).

Ao comentar sobre a chegada da educação profissional em Currais Novos, IF1 diz:

> Onde é que nós nos inserimos fisicamente? Na unidade do Centro de Tecnologia do Queijo. Então, não fazia sentido nenhum não ter um curso que não fosse voltado para esse tipo de arranjo produtivo.

Outros dois entrevistados confirmaram essa versão, citando um adendo em relação ao outro eixo tecnológico de informática, que se tornou uma área transversal para todos os *campi* do IFRN.

Um detalhe em relação aos eixos tecnológicos em Currais Novos se dá pela não existência do curso de mineração, que, a priori, era um dos principais anseios, juntamente com alimentos, como destacou o entrevistado DG2:

> Na verdade, a informática veio depois. Primeiro veio mineração, que foi definido. (...) Mas, pelo que me consta, o eixo que estava no PDI da instituição, por exemplo, era mineração e alimentos. (...) No início, o que se tinha eram mineração e alimentos, porque inclusive a ideia dos CT´s era exatamente essa, um CT de alimentos e um CT mineral. E por isso iam se desenvolver esses dois eixos. A informática surgiu por viés natural, digamos assim, porque foi se mostrando a importância, a tecnologia nesses últimos 10 anos vem avançando de forma assustadora. (...) Não se tinha ideia se o CT mineral iria de fato funcionar na época, por conta de que esse CT mineral era um acordo entre Instituto Federal e Governo do Estado. Governo do Estado prometia construir e não aparecia. Tanto que esse prédio foi entregue ano passado, 11 anos depois da ideia do CT mineral. Então, hoje a gente não tem como fazer porque tinha sido previsto,

> mas, em contrapartida, como final nesse chove não molha, se o CT saía ou não, aí se precisou de fato, entrar para outro viés que foi o de informática. Veja que a licenciatura em química, ela é um eixo de mineração e até de alimentos também, porque alimentos pega muito de química (Entrevistado DG2).

Em suma, a escolha do eixo tecnológico de alimentos se deu principalmente por causa do Centro Tecnológico do Queijo, e o outro eixo (informática) foi uma consequência natural pela dinâmica do mercado, tornando-se uma área transversal em toda a Instituição. Quanto ao eixo tecnológico de mineração, este só será discutido mais tarde com a construção do *Campus* Avançado Parelhas e, posteriormente, o Centro Tecnológico de Mineração em Currais Novos[2].

Quanto aos cursos ofertados pelo IFRN – *Campus* Currais Novos, praticamente todas as modalidades de ofertas possíveis da Instituição estão presentes. O objetivo é a verticalização do ensino nos seus eixos tecnológicos por meio da oferta de cursos técnicos integrados de nível médio (alimentos, informática e manutenção e suporte de computadores), cursos superiores de tecnologia (alimentos e sistemas para internet), além de pós-graduação (alimentos). Há dois eixos tecnológicos no *campus* – alimentos e informática – além da licenciatura em química. Ademais, há diversos cursos relacionados à formação inicial e continuada (FIC) que atendem públicos muito distintos na região, geralmente voltados para a extensão e/ou cursos de curta duração.

Desde 2006 em funcionamento, o *Campus* Currais Novos possui o maior número de alunos do IFRN na região do Seridó Potiguar (2.054 em 2019), tendo um crescimento ao longo dos anos, ao passo que as ofertas educacionais foram sendo incrementadas. Esse

2 O Conselho Superior do IFRN (CONSUP) autorizou o enquadramento do Centro de Tecnologia Mineral como Centro de Referência em Tecnologia Mineral no âmbito do IFRN em 17 de abril de 2020, tendo sido inaugurado no dia 02 de setembro de 2019.

total de alunos é baseado em todas as ofertas educacionais durante o período de 2006 a 2019, incluindo os cursos FIC. Excluindo estes, que não necessariamente estão ligados aos eixos tecnológicos do *campus*, há uma queda no total de alunos. Todavia, o *Campus* Currais Novos ainda possui o maior número de alunos matriculados no IFRN no Seridó Potiguar (1.705 em 2019).

Durante esse período, foram executados muitos projetos de pesquisa e de extensão relacionados aos eixos tecnológicos do *campus* – alimentos e informática – e da licenciatura em química, bem como projetos vinculados a temas transversais. Muitos desses projetos de pesquisa permitiram participações dos alunos em congressos científicos, elaboração de artigos, trabalhos de conclusão de curso e, por que não dizer, transferência de tecnologia para a própria região. Os projetos de extensão possuem a característica de se relacionar com a comunidade externa, o que certamente teve impactos interessantes. Na área de alimentos por exemplo, quando foram feitos diagnósticos em determinadas circunstâncias e localidades como abatedouros públicos ou escolas públicas, e, nessas intervenções, melhorias foram propostas e acompanhadas, beneficiando toda a região.

Na opinião de PM2, a vinda do IFRN para a cidade foi um fator expressivo para o desenvolvimento local se levado em consideração os cursos existentes no *campus*, atuando a escola como indutora do desenvolvimento. O mais interessante é que o alcance do IFRN vai além dos eixos tecnológicos, como na formação de professores, por exemplo. Em contrapartida, mesmo diante de um cenário difícil e de uma estrutura um tanto quanto rígida em relação a mudança de eixos tecnológicos ou na oferta de outros cursos (realidade conhecida pelo prefeito), há um anseio para alguns segmentos que são tidos como potenciais na cidade e região, como o comércio e a mineração, na concepção do entrevistado PM2. Mais uma vez o segmento da mineração é um ponto chave quando se fala em potencialidade para Currais Novos e região. DG4 aponta para o mesmo caminho. DG2 corrobora com o pensamento de PM2

ao entender que os cursos de comércio e mineração seriam possibilidades para o *campus*. De todo modo, independentemente dos cursos que possam ser ofertados no futuro, fica evidente nas falas dos entrevistados os impactos do IFRN para o desenvolvimento local no município e região.

O entrevistado DG2 enfatiza que o objetivo do IFRN "é formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e com condições de avançar na vida. É esse resumidamente o nosso papel". Além disso, enaltece os excelentes resultados dos alunos com relação à prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); dos egressos da licenciatura em química que hoje atuam como professores das redes estadual e municipal de ensino; de egressos que atualmente estão em pós-graduações (mestrados e doutorados); e dos impactos dos projetos de pesquisa e extensão em toda a comunidade.

Em algumas situações, os resultados são pontuais, mas não menos importantes, como no caso de um projeto de extensão que envolveu o cultivo de maracujá segundo as boas práticas agroecológicas, do qual o aluno Roberto Ítalo, filho de agricultores, atuou como bolsista de extensão e multiplicador do conhecimento adquirido com seu orientador, buscando transformar a realidade da região em que mora com seus pais. Para DG4, "os resultados são incontestáveis. (...) É uma contribuição que é imensurável, não dá para você medir a importância". IF1, que atuou no *Campus* Currais Novos no início do funcionamento deste, comentou algo parecido ao pensar a educação profissional como um fator condicionante para o desenvolvimento local.

6.1.2 IFRN – *Campus* Caicó

Fruto da Fase II do processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais, o IFRN – *Campus* Caicó foi inaugurado oficialmente em 20 de agosto de 2009 (IFRN, 2019c). Há pouco mais de uma década, a educação profissional e tecnológica, via IFRN, chegava à maior cidade do Seridó Potiguar, que possui arranjos

produtivos locais nos setores de serviços, pecuária, agricultura de pequeno porte e indústria, destacando-se a área têxtil nos segmentos de tecelagem, vestuário e setor boneleiro (IFRN, 2019b).

Três anos depois da inauguração do *Campus* Currais Novos, a ideia era atender todas as macrorregiões do país. Em 2007, foi iniciada a construção da escola e, nessa época, o processo de expansão estava a todo vapor, até que em 2009 o *campus* foi inaugurado junto com os *campi* de Apodi, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Diferentemente do caso de Currais Novos, que foi "anexado" ao Centro Tecnológico do Queijo, o que levou à escolha do curso de alimentos, em Caicó, as discussões foram fundamentadas com base nos indicadores econômicos e seus respectivos arranjos produtivos locais. "Caicó é exemplo clássico do que aconteceu ou que poderia ter acontecido com Currais Novos", disse enfaticamente IF3. Na oportunidade, o IF2 atuava na coordenação de todas essas discussões. De acordo com IF3, o caso de Caicó foi um exemplo de quão valiosas foram as discussões nessas audiências.

Um dos grandes norteadores dos rumos dos cursos técnicos do IFRN – *Campus* Caicó foi DG1, pois, como já explicado por IF3, havia certa tensão na escolha entre os cursos de eletromecânica e eletrotécnica, além de um curso de refrigeração:

> Quando cheguei, os eixos já estavam determinados. Nessas audiências, foram apresentados alguns eixos que poderiam ser assumidos, dentro do fazer do instituto, do CEFET. Então, não era qualquer eixo. Eu me lembro que estava aqui um curso até de refrigeração que eles tinham no começo que foi para Santa Cruz, que aqui não aceitaram. Aqui aceitaram e mostraram a vertente do eixo têxtil em indústria. Inclusive, foi uma batalha que eu tive, no início, na segunda audiência pública. Com muita luta eu consegui mostrar que não deveria ser indústria têxtil, deveria ser indústria e têxtil, porque se

> a gente limitasse apenas à indústria têxtil, a gente estaria amarrado e atrelado a uma situação que posteriormente poderia prejudicar até a comunidade. Se fosse indústria têxtil, qualquer curso que pudesse chegar aqui teria que estar vinculado a um eixo têxtil, vestuário, tecelagem, alguma coisa desse tipo. E, na hora que eu boto indústria e têxtil, não deixo de atender ao eixo têxtil, mas eu posso atender também a indústria, como a parte de eletrotécnica, de informática, de apoio a essas indústrias, não só a têxtil. Eu fiz apenas expandir o leque (Entrevistado DG1).

No que diz respeito aos cursos ofertados pelo *campus*, diversas modalidades de ensino compõem as ofertas educacionais, que vão desde os cursos técnicos integrados de nível médio (eletrotécnica, informática, têxtil e vestuário) e subsequente (eletrotécnica e vestuário), à formação de professores por meio da licenciatura em física, cursos de formação inicial e continuada, além de especialização *lato sensu*.

Seguindo o processo natural da oferta educacional do IFRN, o *Campus* Caicó verticalizou uma de suas ofertas, no caso, o curso de tecnologia em design de modas, que é um dos primeiros no Rio Grande do Norte, motivo de muito orgulho explicado por DG1 a respeito das potencialidades do referido curso.

Desde a inauguração, em 2009, a quantidade de alunos matriculados foi aumentando ao passo que as ofertas educacionais eram diversificadas, chegando a 1.977 alunos matriculados em 2019, incluindo os cursos FIC, e 1.526 alunos matriculados sem contabilizar os cursos FIC.

Além dos cursos ofertados, essa primeira década de atuação do IFRN – *Campus* Caicó também foi fecunda na realização de projetos de pesquisa e de extensão conforme os eixos tecnológicos existentes na escola e em áreas transversais ou temas pertinentes a serem desenvolvidos juntos à comunidade local. A maioria dos

projetos de pesquisa e extensão contaram com o apoio de bolsas para docentes e discentes, oriundas do próprio IFRN por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e da Pró-Reitoria de Extensão, bem como de entidades externas à instituição como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT).

Ao ser questionado a respeito da ampliação das ofertas educacionais pelo IFRN – *Campus* Caicó, o entrevistado DG1 sinalizou para o eixo tecnológico de alimentos, mesmo este já sendo contemplado em Currais Novos, onde a avaliação dos egressos em relação à inserção no mercado de trabalho nessa área não é das melhores, além de cursos na área de educação.

Para PM1, seria interessante algo voltado para a gastronomia e turismo, dois segmentos tidos como relevantes para a "capital do Seridó" que, em algumas ocasiões do ano (Carnaval e Festa de Santana), recebe um número expressivo de turistas.

Enquanto não há possibilidade de mudança ou ampliação dos cursos existentes, o IFRN – *Campus* Caicó, na opinião dos entrevistados, tem sido um ator relevante no desenvolvimento local quando consegue atuar junto aos arranjos produtivos locais, sem contar as oportunidades sociais que oferece a todos os alunos que se inserem no contexto da educação profissional. De forma genérica, diz PM1 a respeito da chegada do IFRN: "Foi uma das primeiras conquistas a gente preparar o jovem caicoense, seridoense, para o mercado de trabalho, para o seu futuro. Foi uma grande conquista.". DG1, que se encontra no *campus* desde o início de seu funcionamento, corrobora esse pensamento e enaltece a presença do IFRN no município, que atinge também as cidades adjacentes.

Essas opiniões se coadunam com a fala do entrevistado IF4 no que diz respeito à concepção da ideia de expansão e interiorização dos Institutos Federais como um modelo de instituição de

ensino que dê oportunidades aos diversos públicos da sociedade e, consequentemente, dinamize a localidade, ou melhor, promova o desenvolvimento local: "E em cada cidade do interior, se partiu de um desenho parecido de qual é a necessidade dessas [cidades] e como ela [a escola, o IFRN] pode ajudar no desenvolvimento local e regional".

Quando são relacionadas as necessidades dos arranjos produtivos locais aos eixos tecnológicos ofertados, cria-se uma base para que as empresas do mercado local – a partir do momento em que absorvam os profissionais qualificados advindos das instituições de ensino – tenham mais competitividade nos seus negócios. Em Caicó, o segmento de bonelaria se destaca.

Enfatiza-se, ainda, o curso de tecnologia em design de moda, que chegou à etapa final de um concurso (IFRN, 2019a) num evento ocorrido em Fortaleza, ganhando mais notoriedade na região. Sobre o assunto, os entrevistados IF1 e IF3 discorreram sobre as consequências positivas da participação dos alunos e futuros profissionais num evento desse nível.

Mesmo com alguns resultados interessantes, IF1 ressaltou que o desenvolvimento local não ocorre em curto prazo nem o IFRN é o indutor exclusivo desse desenvolvimento, mas faz parte de uma rede de atores necessários para o crescimento da região. Entretanto, o terreno está sendo preparado para um futuro profícuo.

6.1.3 IFRN – *Campus* Avançado Parelhas[3]

Dos três *campi* do IFRN no Seridó Potiguar, o *Campus* Avançado Parelhas (IFRN, 2018a) foi o penúltimo a ser construído (anteriormente ao *Campus* Avançado Jucurutu), tendo sido autorizado o

3 *Campus* Avançado significa uma extensão de um campus já existente. Possui a capacidade de ofertar os mesmos cursos ou novos cursos em uma região diferente do campus de origem. Há a tendência de que o Campus Avançado se torne no futuro um novo campus, com autonomia orçamentária e o mesmo quantitativo de servidores de um campus regular, pois o número atual de servidores é reduzido.

início do seu funcionamento a partir do dia 19 de dezembro de 2014. Porém, este só ocorreu a partir do dia 05 de maio de 2015, com 80 alunos atuando nos eixos tecnológicos de informação e comunicação (curso técnico de informática) e recursos minerais (curso técnico de mineração). Inicialmente, o *campus* esteve vinculado administrativamente ao *Campus* Currais Novos e, atualmente, à Reitoria.

Segundo o entrevistado IF3, o *Campus* Avançado Parelhas "já veio fortalecido pela mineração, porque a gente brigou para fazer por conta da mineração. (...) E aí entrou informática como transversal." DG3 comenta que, após sugestões apresentadas em audiência pública, a escolha dos cursos se deu por mineração e informática, mesmo com a ciência acerca do polo cerâmico na região, além do polo mineral.

O referido *campus*, fruto da Fase III da expansão e interiorização dos Institutos Federais pelo Brasil, localiza-se na cidade de Parelhas, que tem como limites os municípios de Carnaúba dos Dantas, Equador, Jardim do Seridó e Santana do Seridó, além dos municípios paraibanos de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e São Vicente do Seridó. Seus limites vão além do estado do Rio Grande do Norte e, dessa forma, seu raio de abrangência atinge o estado vizinho, a Paraíba.

Naquele momento da expansão dos Institutos Federais, os fatores para as escolhas das cidades eram diferentes. Enquanto na Fase I foi dada prioridade às estruturas já existentes e às cidades polo, e na Fase II a prioridade foram as macrorregiões, na Fase III observou-se mais atentamente as microrregiões: "Quando nós dividimos as microrregiões, fizemos um desenho e tentamos de novo [...]. E, nessa última [fase], a gente já começa a induzir... Se eu for só pensar onde já tem, como é que vai ficar onde nunca tem?" (Entrevistado IF4).

Essa indução do desenvolvimento pelo IFRN se dá na formação profissional dos alunos e nas atividades de pesquisa e extensão, que devem auxiliar na dinâmica regional, pois o arranjo produtivo local em si já existe. IF2, na época da audiência pública

em Parelhas, resgatou um pouco o modo como se deu a escolha do curso de mineração:

> Na época, o prefeito fez uma grande mobilização e teve muita participação na audiência pública. Parelhas tinha um arranjo produtivo voltado para mineração, porque tem várias indústrias na área de mineração ali no entorno, e de cerâmica também. Os cursos foram voltados também para essa tendência do arranjo produtivo, potencializar esse arranjo produtivo, principalmente a mineração, que foi colocada e que hoje realmente é um sucesso. Ali está a vizinha Paraíba, Santa Luzia, tem arranjo produtivo nessa área de mineração e é uma região muito produtora de minerais (Entrevistado IF2).

Quando questionado por que o *Campus* Avançado Parelhas chegou tão tarde, quase 10 anos depois da inauguração do primeiro *campus* no Seridó Potiguar, IF2 comentou que, além dos fatores relacionados ao apoio às microrregiões, que em tese já tinham sido contempladas com os *campi* de Caicó e Currais Novos, houve também o aspecto político para o projeto de o *Campus* Avançado Parelhas se desenvolver ao ponto de se concretizar. Foi relevante também o pensamento para além das fronteiras potiguares. O depoimento de DG3 confirma as articulações políticas para as pautas e discussões que visavam a vinda do IFRN para a cidade de Parelhas.

Ressaltando que, diferentemente dos casos de Caicó e Currais Novos, que, desde a década de 90, na época da expansão das escolas técnicas no Governo Sarney, tiveram dificuldades com as doações dos terrenos, em Parelhas, o anseio da comunidade local e do poder público foi totalmente receptivo.

Um aspecto interessante no processo de expansão e interiorização do IFRN no Seridó Potiguar está relacionado ao curso de mineração em Parelhas e à construção do Centro de Tecnologia Mineral em Cur-

rais Novos, pois a conhecida "capital da scheelita" reivindicava tal curso devido ao protagonismo da região desde a década de 60 até o final da década de 80. O entrevistado IF3, ao comentar sobre os anseios dos cursos a serem ofertados em Currais Novos, revelou: "O projeto era chegar mineração em segundo (em primeiro seria alimentos). [...]. E nós tínhamos uma questão que não dava para ir três eixos."

Ao analisar tais informações, um fator que não pode ser negligenciado é a conjuntura política na tomada de decisões. Numa análise sobre o processo de expansão e interiorização do IFRN no Seridó Potiguar, não se pode falar em linearidade ou em contextos ideais, mas em situações possíveis. Se o contexto histórico fosse linear, certamente a primeira cidade a ser contemplada teria sido Caicó e o curso de mineração já teria mais de uma década no *Campus* Currais Novos. Enquanto a história se apresenta nessa dinamicidade própria, a chegada do IFRN – *Campus* Avançado Parelhas vem, de certo modo, preencher uma lacuna de um arranjo produtivo local da região do Seridó Potiguar.

Vale destacar que o curso de alimentos em Currais Novos sempre esteve vinculado ao Centro Tecnológico do Queijo, e a estrutura do *campus* (número de professores, por exemplo) não comportaria três eixos tecnológicos. O fato é que os cursos de alimentos e informática se consolidaram, do ponto de vista acadêmico, em Currais Novos e, paralelamente, mesmo que com um enorme atraso, surge o Centro de Tecnologia Mineral. O entrevistado IF2 não escondeu sua percepção em relação a certa dificuldade por parte da comunidade interna diante desse cenário, ou seja, um curso de mineração em Parelhas e um Centro de Tecnologia Mineral em Currais Novos. Em contrapartida, IF2 demonstrou otimismo e vê com tranquilidade a possibilidade de resolução de possíveis conflitos.

Apesar do pouco tempo de funcionamento, o IFRN – *Campus* Avançado Parelhas tem ampliado suas ofertas educacionais com os cursos de formação inicial e continuada voltados para o Programa Mulheres Mil, que visa

> promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país (MEC, 2019).

Sem contar os cursos relacionados aos eixos tecnológicos do *campus* (cursos técnicos integrados de nível médio em mineração e informática).

Quando o assunto é uma possível ampliação dos cursos ofertados, DG3 explicou que isso só ocorrerá com a tão desejada mudança de *status* de *Campus* Avançado para *campus* independente, mas enxerga oportunidades de continuar contribuindo com o arranjo produtivo local da mineração.

Na opinião de PM3, algumas áreas são citadas, como alimentos, têxtil, pesca e o turismo. A atividade turística, juntamente com a área de alimentos, foi citada pelos três prefeitos entrevistados quando evidenciavam o Geoparque Seridó como potencial turístico, o turismo religioso, o turismo de eventos, a gastronomia e demais ações desenvolvidas na região nessa área. Para PM3, a oferta de mais cursos nessas áreas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento local e regional. Todavia, ele está ciente de que o processo de emancipação do *Campus* Avançado depende da conjuntura política e econômica.

Por se tratar de um *campus* avançado, há um menor número de docentes e técnicos-administrativos, o que inviabiliza um aumento das ofertas educacionais. Apesar disso, o número de alunos cresceu nos dois primeiros anos e, após um decréscimo, manteve praticamente o mesmo número de alunos matriculados (530 alunos em 2019, contando os cursos FIC, e 431 sem os cursos FIC neste mesmo ano).

Desde 2015 que o ensino, a pesquisa e a extensão vêm ocorrendo no IFRN – *Campus* Avançado Parelhas, dinamizando o cotidiano da comunidade acadêmica, que aos poucos vai inserindo novos atores locais nos projetos ali desenvolvidos. Para DG3,

a existência do IFRN na cidade de Parelhas já é um fator positivo para o desenvolvimento da região, pois "é um avanço, assim, imensurável". A presença da instituição começa a mudar a forma como os alunos enxergam a própria região em que estão inseridos. PM3 se expressou nessa mesma linha de raciocínio. Assim, o chefe do poder executivo do município, ao comentar sobre os impactos da educação profissional e tecnológica em Parelhas e região, evidenciou não apenas os resultados em curto prazo, mas as potencialidades que vão se revelando conforme o IFRN se desenvolve.

De forma semelhante, RN4 comentou a respeito da expansão e interiorização dos Institutos Federais:

> (...) foi o projeto de caráter inclusivo mais exitoso que nós tivemos na história da educação brasileira contemporânea. Pelo que significa a concepção dos Institutos. De um lado, promover, democratizar o acesso à educação profissional, calcado numa proposta curricular que é simplesmente encantadora, porque uma proposta curricular que combina a formação para a cidadania com o preparo profissional. E o zelo que foi implantado no processo de expansão da educação profissional, no sentido de que essas escolas dialogassem com a realidade onde elas estariam inseridas. Daí, todo aquele cuidado dos cursos estarem voltados para o potencial de desenvolvimento local, territorial, para os chamados arranjos produtivos.

6.1.4 O IFRN no Seridó Potiguar: algumas indagações

Apesar das percepções positivas dos entrevistados quanto à expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Seridó Potiguar, alguns dados publicados pelo próprio IFRN

conduzem a algumas indagações. Em princípio, o pressuposto defendido é de que o investimento em educação é sempre benfazejo, entretanto, além de promover uma formação humana integral que paralelamente forma cidadãos e profissionais, os Institutos Federais têm como finalidade auxiliar no desenvolvimento local e regional, sendo imprescindível estarem alinhados aos arranjos produtivos locais.

Nesse quesito, IF1 lembrou que "a última pesquisa de egressos de uma maneira geral do IFRN dá uma avaliação de que 60% dos nossos estudantes egressos, estão inseridos no mercado de trabalho". Ademais, entende-se que

> esses estudantes, com sua formação, seja no nível técnico, seja no nível superior, se inserem no mercado de trabalho com esse tipo de formação mais densa, eles passam a fazer a diferença agora nos processos produtivos que ocorrem na região (Entrevistado IF1).

Esses egressos são diferenciados da grande maioria no que se refere à formação técnica e cidadã que tiveram, lembrando que as vagas ofertadas não são suficientes para todos os jovens que têm interesse na educação profissional. Todavia, nem sempre a região consegue absorver esses egressos ou profissionais, além de outros motivos que conduzem os alunos para outras regiões que não seja a do seu *campus* de origem. É justamente disso que trata a Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do IFRN, que, de certo modo, confronta-se com a fala de IF1. Ou melhor, esta parece não estar em conformidade com a realidade, quando são observadas as regiões distintas do estado do Rio Grande do Norte, dentre elas, as cidades do interior e o Seridó Potiguar como um todo.

No Relatório da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) de 2017, o IFRN aborda quatro dimensões da avaliação institucional: 1) a percepção do ex-aluno quanto à qualidade do ensino no

campus onde estudou e satisfação em relação à formação obtida; 2) os aspectos da continuidade dos estudos; 3) o perfil do emprego no mercado de trabalho; e 4) os motivos da não inserção profissional.

As duas últimas dimensões (3 e 4) podem ser úteis quando relacionadas aos dados obtidos neste estudo que tratam da importância da educação profissional para o desenvolvimento local. Isso porque, como afirma o IFRN (2018c, p. 45),

> a função social dos IFs não se restringe, pura e simplesmente, em ofertar cursos profissionais, mas em salvaguardar o processo de desenvolvimento socioeconômico em nível local.

Fato que se relaciona intrinsecamente ao que está previsto no Artigo 7º, inciso V, da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008:

> estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Nesse sentido, os cursos ofertados necessitam estar em consonância com os arranjos produtivos locais no intuito de fortalecê-los por meio do tripé institucional – ensino, pesquisa e extensão.

Apesar de os entrevistados apresentarem semelhanças nas respostas quanto à existência dos eixos tecnológicos nas cidades seridoenses em que o IFRN está presente, mesmo que apontando algumas necessidades de mudanças, a pesquisa de acompanhamento dos egressos do IFRN revelou alguns resultados interessantes e, ao mesmo tempo, preocupantes, quando observados o contexto da educação profissional no Seridó Potiguar. Obviamente que este estudo não defende a educação como único e exclusivo fator para o desenvolvimento local, mas como um dos fatores imprescindíveis,

todavia, urge entender com mais afinco a real situação do IFRN nessa região do estado do Rio Grande do Norte.

Para se ter ideia, o curso técnico de Alimentos que é ofertado pelo *Campus* Currais Novos, está juntamente com os cursos de Segurança do Trabalho, Biocombustíveis, Apicultura, Cooperativismo (curso extinto) e Zootecnia (transformado em Agricultura), entre aqueles que apresentam um nível de empregabilidade muito próximo de zero na área de formação obtida, sendo igual ou inferior a 3 em cada 100 empregados na área de formação. Esses cursos são chamados de sintomáticos por apresentarem baixa absorção no mercado de trabalho, bem como pelas carências de oportunidades laborais em nível local. Dessa forma, "o IFRN não estaria – nos termos da lei – contribuindo para a consolidação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local" (IFRN, 2018c, p. 49).

O estudo desenvolvido por Gomes (2016) é pontual sobre essa realidade da educação profissional no estado do Rio Grande do Norte:

> quando se procura estabelecer uma relação desses cursos com o mercado de trabalho, fica nítido o distanciamento dos mesmos e a realidade na qual eles ocorrem. Embora os cursos tenham sido pensados, levando em consideração as potencialidades regionais e, principalmente os arranjos produtivos locais, os egressos desses cursos enfrentam o descompasso entre a formação profissional e o mercado de trabalho, em especial o das cidades médias e pequenas no nível estadual, que possuem empreendimentos com forte presença de relações de trabalho e gestão de base familiar (Gomes, 2016, p. 11).

As considerações do referido relatório são para que o IFRN oriente suas ofertas formativas em prol do fortalecimento dos

arranjos produtivos locais. Caso isso não esteja efetivamente ocorrendo, "sugere-se que novos estudos técnicos sirvam para mapear corretamente as potencialidades locais de modo a sugerir melhorias/readequações na oferta formativa" (IFRN, 2018c, p. 50), o que adentra numa das maiores dificuldades da Instituição, pelo formato e estrutura rígida que possui relacionada ao pessoal e infraestrutura de laboratórios, por exemplo.

Ainda sobre os dados da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos, estes demonstram a situação dos alunos em relação à continuidade dos estudos e trabalho em cada município onde se encontra o IFRN, excetuando-se aqueles com informações insuficientes e pouco significativas estatisticamente, como no caso de Parelhas.

No tocante à inserção no mercado de trabalho, nenhum dos municípios seridoenses ocupa lugar de destaque. Eles seguem a média dos municípios do interior do estado, diferentemente da capital e da região metropolitana.

Uma situação que pode ser relacionada à expansão e interiorização da educação profissional e ao desenvolvimento local se dá pela falta de oportunidades de emprego, que ainda é pujante no interior do estado. A maior parte das oportunidades se concentra na capital e região metropolitana, além de Mossoró. Caicó (56,4%) e Currais Novos (61,1%) também estão entre os que possuem uma percentagem elevada de egressos que emigram para outro município do RN ou para outro estado em virtude do emprego.

Segundo o relatório, o principal motivo é a concentração econômica nas três maiores cidades do estado do Rio Grande do Norte, o que conduz ao surgimento de indagações pertinentes sobre a expansão e interiorização da educação profissional. Para os egressos, a escassez estrutural de oportunidades na região em que estudaram é um dos fatores mais decisivos para a não inserção no mercado de trabalho em suas áreas de formação, visto que há poucas ou praticamente nenhuma oferta de emprego. De todos os *campi* do IFRN, a porcentagem mais elevada de egressos que ca-

racterizam essa situação encontra-se em Currais Novos (71,4% dos egressos entendem que praticamente não há ofertas de emprego na sua área de formação). Isso enfatiza a falta de oportunidades de emprego em nível local, enquanto, em Caicó, os resultados são um pouco semelhante a outros municípios do interior.

Com base nestas informações, não haveria um otimismo muito ingênuo daqueles que fazem o IFRN ou o poder público em geral, que veem nesta instituição de ensino um indutor do desenvolvimento local nessas regiões? Ou esses resultados indicam um problema estrutural mais amplo alheio às atividades institucionais? São indagações como essas que precisam ser observadas e discutidas num processo de autoavaliação institucional e, consequentemente, num diálogo mais estreito com os outros atores dos arranjos produtivos locais, dentre eles os poderes públicos estadual e municipal.

No modelo de desenho integrado de políticas locais proposto por Brugué e Gomà (1998), esses atores precisam interagir e fazer com que suas ações sejam direcionadas para objetivos específicos de cada ator e, ao mesmo tempo, objetivos comuns entre eles, em prol do desenvolvimento local.

Na concepção de Gomes (2016), há uma distância substancial entre a utopia e a realidade no que diz respeito à expansão e interiorização do ensino profissional e universitário no Rio Grande do Norte, mesmo ciente de que os resultados desse processo não são imediatos. Ou melhor, há a necessidade de um tempo considerável para que seus efeitos sejam visualizados.

Para IF2, a atuação da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento da região numa perspectiva de longo prazo deve ser encarada com otimismo, com base no diferencial que a educação pode trazer para a comunidade e a região como um todo:

> Você junta tudo isso e cria condições. Você está ali montando as condições para começar a eclodir. Por enquanto, você está ainda no caldo de cultura. Da-

> qui a pouco você começa a eclosão daquilo que foi gerado ali (Entrevistado IF2).

IF1 segue nessa perspectiva em relação aos impactos da educação profissional no desenvolvimento local. De forma semelhante, RN1 acredita que a expansão e interiorização dos Institutos Federais foi um fator muito positivo para o desenvolvimento do estado:

> Eu acho que foi uma verdadeira revolução para o que a gente vê hoje e para o que a gente via há quinze anos atrás. [...] Os Institutos têm um papel muito importante, extremamente importante para o desenvolvimento local. [...] Onde eu passo, os resultados são extremamente positivos (Entrevistada RN1).

6.2 A relação entre a educação profissional e o desenvolvimento local: um olhar sobre o Seridó Potiguar

A criação dos Institutos Federais está intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento local, pois o Art. 6º, inciso I, enfatiza que uma das finalidades dessas instituições de ensino é ofertar educação profissional e tecnológica nos diversos níveis e modalidades, buscando formar e qualificar cidadãos para atuarem nos distintos setores da economia, "com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional" (Brasil, 2008). Nesse sentido, o atual Planejamento de Desenvolvimento Institucional do IFRN informa que sua missão é "prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte" (IFRN, 2019g, p. 25), sem negligenciar, em hipótese alguma, a identificação das necessidades das ofertas educacionais e

> associá-las às demandas socioeconômicas dos territórios onde estão instalados os campi do IFRN, bem como os novos horizontes econômicos e sociais

> apresentados para o desenvolvimento local e regional (IFRN, 2019g, p. 24).

Convém ressaltar que essa missão institucional está baseada na sua função social de ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade que articule a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia na perspectiva de uma formação humana integral (IFRN, 2012).

Em contrapartida, o Projeto RN Sustentável parte de uma formação do capital humano, premissas defendidas pela Escola de Chicago com seus expoentes Gary Becker, Milton Friedman, Theodore Schultz e James Heckman (Spring, 2018). Em uma das publicações feitas por meio do Projeto RN Sustentável, intitulada Eixos Integrados de Desenvolvimento, mais especificamente no Plano de Capacitação do Capital Humano do RN, o conceito de capital humano é explicado resumidamente, destacando que este surgiu nos estudos de economia, pela preocupação em se explicar os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano na produção.

Assim, conclui-se que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital, além de proporcionar o bem-estar individual, tornando-se esse o caminho para o desenvolvimento das nações. Posteriormente, no início do século XXI, a comunidade empresarial foi sensibilizada pelo tema e, nos últimos anos, ele se tornou prioridade na gestão executiva (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017).

Enfatiza-se, ainda sobre o conceito de capital humano, a tese defendida pelo Fórum Econômico Mundial, de que: "o capital humano de um país 'pode ser um determinante mais importante para seu sucesso econômico de longo prazo do que virtualmente qualquer outro recurso'" (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017, p. 29). Esse reducionismo economicista é criticado por Pires (2005) quando se pensa a formação numa perspectiva humana integral, para além do capital humano.

Lembrando que o Projeto RN Sustentável é financiado pelo Banco Mundial, portanto, não deve causar estranheza tal abordagem do capital humano enquanto premissa na formação educacional. Seria então a agenda do Banco Mundial uma janela de oportunidade ou uma política de curto prazo com visão reducionista e economicista?

Spring (2018) explica como as corporações globais usam as escolas para moldar o homem para o mercado com base numa economização da educação que transforma as artes liberais em disciplinas vocacionais; as avaliações e classificações baseadas em taxas de retorno para o investimento em educação; e pela modelagem da universidade, da pré-escola e dos ensinos básicos, fundamental e médio para o ensino de habilidades voltadas ao mercado de trabalho.

Na base conceitual dos Institutos Federais, o desenvolvimento local e regional está intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento humano, do indivíduo em si, de sua emancipação enquanto sujeito de sua própria história. Consequentemente, esse sujeito pode ter condições de mudar ou ressignificar sua própria história a partir da localidade em que se encontra. Em linhas gerais, o desenvolvimento humano cria oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico.

Baseado nessa discussão, quando se trata de educação profissional e tecnológica, há uma nítida diferenciação entre o pressuposto defendido pelo IFRN (formação humana integral) e aquele observado no Plano de Capacitação do Capital Humano do RN (capital humano), todavia, ambos almejam resultados positivos em prol do desenvolvimento local e regional.

Foi a partir dessa perspectiva de desenvolvimento que o Governo do Rio Grande do Norte, por meio do Projeto Governança Inovadora – parte do Plano Estratégico de Consolidação dos Eixos Integrados de Desenvolvimento do Estado e fruto dos investimentos do Projeto RN Sustentável – avaliou as lacunas existentes na formação profissional potiguar. Com base nas ofertas atuais e nas

necessidades projetadas, o estudo identificou as potencialidades dos eixos prioritários de desenvolvimento (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017).

O entrevistado RN2 comentou sobre esse planejamento estratégico por meio do Projeto Governança Inovadora:

> O Estado elaborou o planejamento estratégico [...] e tem um projeto que, dentro do Governo Cidadão, foi chamado de Governança Inovadora, que é um projeto para elaborar o planejamento estratégico do Estado, revisar os macroprocessos e processos da gestão pública e propor uma reorganização do funcionamento do Estado. Dentro disso é que tem esse caderno no Governança Inovadora sobre Capital Humano no Estado.

Ao explicar a criação do planejamento estratégico, Capriglione, Moretti e Nogueira (2017) afirmam que o desenvolvimento desse Plano Estratégico de Consolidação dos Eixos Integrados de Desenvolvimento do RN passou a ser fundamental, visto que resgatou o planejamento estratégico e territorial como ferramenta imprescindível no processo decisório governamental. Tal processo é baseado em cinco eixos prioritários: a Micrologística do Transporte de Cargas; o Desenvolvimento Industrial; a Energia Elétrica; as Telecomunicações e a Tecnologia da Informação; e, ainda, o Capital Humano. Estes passaram a compor os principais elementos da estratégia de desenvolvimento, juntamente com o turismo, que foi trabalhado em um plano específico.

É preciso entender que diversos atores são necessários para políticas de desenvolvimento local como o poder público em seus diversos setores, dentre eles, nas políticas urbanas territoriais; moradia, infraestrutura e transporte; base produtiva diversificada, cooperada e endógena; além da educação enquanto política de serviço pessoal que objetiva proporcionar igualdade, coesão e dinâmica social (Brugué e Gomà, 1998).

Nessa concepção, a Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) define esse conjunto de atores econômicos, políticos e sociais e suas interações como arranjos produtivos locais (APLs), citando o IFRN como uma instituição parceira junto aos arranjos produtivos do estado (Apolinário, 2010b).

Verifica-se, pelo menos no projeto em si, que os beneficiários prioritários do Projeto RN Sustentável são os mais vulneráveis nas regiões menos desenvolvidas do estado, mesmo que em ações diversas e em setores variados. Assim sendo, não seria possível afirmar que a ideia da expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica segue essa mesma premissa? Não seria a educação profissional totalmente gratuita e de qualidade, por meio do IFRN, um meio indutor do desenvolvimento local para regiões até então não atendidas por esse tipo de política educacional?

Cumpre frisar que a relação entre a educação profissional (IFRN) e o planejamento estadual de desenvolvimento (Projeto RN Sustentável) se dá, inicialmente, no diagnóstico realizado para a formulação do planejamento estratégico do Governo do RN no Projeto Governança Inovadora. Neste, quando se trata do Plano de Capacitação do capital humano do RN, o IFRN é citado como forte parceiro: "A principal rede de capacitação profissional de ensino formal no Rio Grande do Norte é o Instituto Federal [...] (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017, p. 105).

Nesse diagnóstico em que foi utilizada a análise SWOT[4], a "Rede de Institutos Federais do RN com unidades implantadas em todas as regiões imediatas e excelência no ensino" (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017, p. 105) é tida como uma força. Ou seja, quando se pensa em educação profissional no estado, o IFRN é uma

4 Qualquer empresa, pública ou privada, que desenvolva um planejamento estratégico, em algum momento avaliará suas forças e fraquezas, próprias do ambiente interno, combinada com um levantamento das oportunidades e ameaças, típicas do ambiente externo. Essa avaliação das forças (*strenghts*), fraquezas (*weakness*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) é chamada de análise SWOT.

referência. Além do mais, o planejamento de desenvolvimento estadual parte do pressuposto de que o crescimento se dá a partir de uma colaboração de diversos atores, dentre eles as instituições de ensino e os arranjos produtivos locais, como aqueles voltados para o setor industrial (Cuesta, García e Nogueira, 2017).

Ao comentar sobre essa visão do Governo do RN a respeito do IFRN como uma força para o desenvolvimento do estado, IF2 enfatiza a capilaridade da instituição com sua estrutura distribuída em 22 *campi* ao redor de todo o estado do Rio Grande do Norte.

Neste planejamento estratégico estadual, alguns setores econômicos foram dispensados e outros priorizados. Os principais setores dispensados são: distribuição de energia elétrica, coleta de resíduos, comércio varejista e atacadista, contabilidade, construção, turismo (excluída do estudo porque não está no eixo industrial), serviços de transporte, serviços públicos (administração, defesa civil, justiça...) e outros serviços. Já os setores priorizados foram os seguintes: agricultura (produção de lavouras temporárias, lavouras permanentes, sementes e horticultura), bebidas, extração e refino de sal, extração de pedra, areia e argila (inclui aparelhamento de pedras), fabricação de produtos cerâmico, pesca, aquicultura e produtos do pescado, têxtil, artigos do vestuário e calçado. (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017).

Em relação aos arranjos produtivos do Seridó Potiguar, três dos sete setores produtivos priorizados se encontram nessa região: têxtil, ceramista e de extração de pedras. Ao se relacionar os setores priorizados com as ofertas dos cursos do IFRN nos *campi* de Currais Novos, Caicó e Parelhas, observou-se que há convergência nos *campi* de Caicó com os cursos na área têxtil, e de Parelhas com o curso de mineração. Os cursos de informática ou a ele relacionados não foram inseridos nesse diagnóstico do planejamento estratégico do RN, pois foram utilizados

> filtros de pesquisa por setor prioritário considerando cursos de relacionamento direto ou indireto com os

> produtos priorizados. Desta forma, não consideramos como prioritária a formação em informática (Capriglione; Moretti; Nogueira, 2017, p. 105).

Ainda sobre esse diagnóstico,

> o nível de instrução da população nos faz considerar, num primeiro momento, a capacitação técnica não vinculada à escolarização formal como forma de contribuir para a inserção da população menos instruída no mercado de trabalho (Capriglione; Moretti; Nogueira, 2017, p. 21)

Isso sugere que os cursos FIC (Formação Inicial E Continuada) do IFRN nessas áreas podem auxiliar nesse processo de desenvolvimento local, pois a maioria da população (60%) se enquadraria nesse tipo de modalidade de ensino. Nesse quesito, o IFRN no Seridó Potiguar possui a oferta de diversos cursos FIC, entretanto, poucos são convergentes com as necessidades apresentadas nesse diagnóstico feito pelo Governo do RN.

Isso nos faz supor que a realidade em curto e médio prazo não irá mudar, se levarmos em consideração os planos de ofertas educacionais contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (2019-2026) para os próximos anos. As previsões de ofertas de novas vagas, incluindo o quantitativo destas, são praticamente idênticos no intervalo entre 2020 e 2026.

É preciso acentuar que os cursos de nível médio se caracterizam por um número limitados de vagas, que, consequentemente, gera grande concorrência, impossibilitando um crescimento maior de profissionais técnicos que possam atuar em áreas estratégicas para o desenvolvimento.

Segundo a consultoria contratada pelo Projeto Governança Corporativa – integrante do Projeto RN Sustentável – foi realizada uma pesquisa baseada nas ofertas do IFRN. A equipe analisou da-

dos dos relatórios institucionais, as ofertas do Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) nos anos de 2015 e 2016 e os editais do Instituto Federal do Rio Grande do Norte com vagas previstas para 2017.

Os cursos identificados foram relacionados aos setores priorizados no Plano Estratégico. Após comparar as dez ocupações mais frequentes nesses setores – e que demandam formação técnica – com os dez cursos técnicos com maior número de matrículas no estado, verificou-se que apenas as áreas de segurança do trabalho e de mecânica apresentam alguma relação com a demanda apontada no estudo (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017, p. 95).

Os dados mostram que há oferta de cursos técnicos e de formação profissionalizante nas 11 regiões, porém com predominância de vagas em áreas que não são as priorizadas para o desenvolvimento do setor industrial do estado. Esses dados evidenciam certa incoerência entre as demandas do setor industrial e as ofertas dos cursos de educação profissional. Em contrapartida, ao pensar na possibilidade das ofertas de cursos convergentes com as necessidades do setor industrial, uma das conclusões desse diagnóstico revela que o número de postos de trabalho previsto não requererá novas estruturas de capacitação, pois as instituições existentes (IFRN e Sistema S) possivelmente conseguirão atender o que será demandado (Capriglione, Moretti, e Nogueira, 2017), pois há uma rede de educação profissional instalada no RN.

No que se refere ao Seridó Potiguar, que foi dividido em duas regiões – Caicó e Currais Novos – nesse estudo de Capriglione, Moretti e Nogueira (2017), tem-se as seguintes informações a respeito de vagas em empregos formais em relação ao RN. Na região de Caicó, sobressaem-se o setor têxtil (17,08%), a fabricação de produtos cerâmicos (4,61%) e o setor de alimentos (3,23%). Na região de Currais Novos, destacam-se o setor têxtil (6,41%), a fabricação de produtos cerâmicos (6,09%), a mineração (3,46%) e o setor de alimentos (2,39%). A região de Caicó é a que apresenta maior número de vagas em empregos formais alinhados com os setores prioriza-

dos (23,7%), sendo considerada uma das melhores regiões no Rio Grande do Norte para a indústria de tecidos, pela longa tradição e experiência no setor. De acordo com Capriglione, Moretti e Nogueira (2017), o setor têxtil é o segundo com maior projeção, cujo foco reside nos produtos inseridos nas classificações de artefatos têxteis (exceto vestuário) e fabricação de tecidos (exceto malha). Segundo projeção elaborada no processo de priorização dos setores e atividades econômicas relevantes, espera-se um acréscimo de até 770 novas vagas de empregos formais até 2026.

Em certa medida, sobre esse setor econômico específico, há uma relação entre a educação profissional (IFRN) e o desenvolvimento local preconizado pelo planejamento estadual, pois a oferta educacional do IFRN no Seridó Potiguar (nesse caso, no *Campus* Caicó) é convergente com as necessidades explicitadas no planejamento estadual. No entanto, algumas ações poderiam ter tido um desfecho adequado para esse arranjo produtivo local, como a discussão envolvendo a construção do Centro de Tecnologia Têxtil em Caicó, do qual o IFRN seria um dos atores responsáveis, a exemplo do que ocorreu com o Centro de Tecnologia Mineral do IFRN em Currais Novos.

As discussões iniciais se detinham na construção do Centro de Tecnologia Têxtil num terreno fora das dependências do IFRN, o que soava estranho desde o início para o entrevistado DG1, na época Diretor Acadêmico do *campus*. O Diretor Geral do *campus* nesse período, um entusiasta do Centro de Tecnologia Têxtil, insistia nas conversas com o Governo do RN, mas sem uma solução para a questão. O grande empecilho, como explica o DG1, era convencer o Governo do RN sobre a impossibilidade de o IFRN assumir toda a manutenção de um prédio alheio às suas dependências. Porém, sempre havia uma sugestão por parte da instituição:

> É inviável. Mostrei isso e disse que, se trouxesse para dentro do campus, a gente teria como ter todo esse know-how, nossos laboratórios à disposição da socie-

> dade, em parceria de atendê-los, inclusive as oficinas de costura (Entrevistado DG1).

Mesmo assim, o Centro de Tecnologia Têxtil teve sua construção iniciada em um terreno distante do IFRN após algumas tentativas frustradas por parte do poder público municipal.

Chama a atenção essa relação entre o Governo do RN e o IFRN quando não conseguem chegar a um consenso para que o desenvolvimento local, através de um dos principais arranjos produtivos da região – um objetivo comum para ambos, seja alcançado. Lembrando que o IFRN é tido como um forte parceiro no plano de desenvolvimento do capital humano do RN. Mas qual o limite dessa parceria? Até que ponto ela subsiste? É efetiva e duradoura? O entrevistado DG1 revela certa frustração com essa possibilidade descartada.

Ao citar o IFRN como um forte parceiro, o Governo do RN parece se restringir às ofertas educacionais quando relacionadas às demandas do setor industrial potiguar. Todavia, é fundamental observar outras variáveis quando se tem o planejamento estratégico como um todo.

Por exemplo, um dos eixos integrados de desenvolvimento diz respeito ao Plano de Telecomunicação e Tecnologia da Informação do RN. Neste, há menção à necessidade de pesquisas de inovação no ramo da Internet das Coisas, bem como investir no capital humano e promover a criação de empresas especializadas; além da criação de um ambiente adequado para as *startups*; criação de novos cursos que integrem tecnologias de informação e comunicação à economia; *softwares* que atuem na indústria têxtil, fruticultura etc. (Navarro, Pardo e Nogueira, 2017).

É nesse contexto que o IFRN deveria ser inserido quando as incubadoras tecnológicas da instituição possuem resultados significativos, como o que ocorreu em agosto de 2019, quando as Incubadoras Tecnológicas dos *Campus* Natal – Central (ITNC) e Mossoró (ITMO) receberam as certificações 1 e 2 do Centro de Re-

ferência para Apoio a Novos Empreendimentos (CERNE), fruto das avaliações referentes às instalações das respectivas incubadoras e suas boas práticas (IFRN, 2019e).

Nesse ambiente voltado para tecnologia, o IFRN dá alguns passos e pode colaborar com o desenvolvimento do estado por meios das ações de suas incubadoras e dos projetos de pesquisa desenvolvidos nos *campi*. No Seridó Potiguar, a realidade das incubadoras ainda é tímida, restrita ao *Campus* Caicó com a Incubadora Tecnológica de Artesanato e Confecção Têxtil (ITÊXTIL) que tem como objetivo atender uma demanda específica no suporte a empresas nascentes que atuam no segmento de artesanato, bordado, confecções de vestuário e acessórios.

O planejamento estratégico do Governo do RN também aponta que algumas incertezas sobre os recursos federais transferidos para as instituições de ensino são consideradas ameaças, além da situação orçamentária difícil que vivem os estados brasileiros. Na época do diagnóstico, havia uma preocupação maior com os recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), considerado o principal meio para operacionalização da capacitação profissional no estado, realizado em parceria com o IFRN e o Sistema S. Se, anteriormente, a preocupação era com os recursos do PRONATEC, imagine na situação atual dos infindos contingenciamentos e cortes orçamentários, como relataram os Diretores Gerais dos *campi* do IFRN no Seridó Potiguar.

Outro dado encontrado nesta pesquisa se refere às sugestões dadas pela consultoria que auxiliou no desenvolvimento do planejamento estratégico do RN. Nessas sugestões, algumas ações são tidas como necessárias para a melhoria dos indicadores da educação, como, por exemplo, um melhor diálogo entre as instituições de ensino. O curioso é que, em nenhum momento, essa necessidade de diálogo se relaciona às instituições de ensino profissional existentes no estado. Não seria este diálogo necessário para que haja uma relação profícua, cujo objetivo é o desenvolvimento do RN? Afinal, a educação profissional e tecnológica por meio do IFRN e

o planejamento estadual de desenvolvimento via Governo do RN atuam como parceiros ou essa parceria seria apenas aparente?

6.3 Convergências e divergências entre o IFRN e o planejamento estadual para o Seridó Potiguar

Como se pode verificar, em algumas situações, a parceria entre o IFRN e o Governo do RN não ocorreu plenamente, como no caso do Centro de Tecnologia Têxtil em Caicó, correndo o risco do antigo centro dinâmico do estado continuar estagnado economicamente. Faz-se necessário compreender que o Projeto RN Sustentável envolve muitos atores sociais, o que o torna complexo e dinâmico, no entanto, se não houver um esforço para estreitar os laços com esses atores sociais e institucionais, como o IFRN, os resultados podem ficar bem aquém dos esperados.

Com efeito, o Projeto RN Sustentável tem um objetivo específico e segue os ditames do Banco Mundial que detém os recursos financeiros e impõe suas exigências ou regras para as transferências destes, fazendo com que o planejamento estadual se adeque e tente, na medida do possível, aplicá-las às suas necessidades de desenvolvimento, buscando identificar as potencialidades das regiões do estado.

Por outro lado, o IFRN busca promover o desenvolvimento local por meio de suas ofertas educacionais baseadas nos arranjos produtivos locais, mas com uma visão ampla, isto é, quanto mais profunda a compreensão da realidade local, maiores são as possibilidades de entender o contexto mais abrangente e universal. A formação humana integral, base do ser e fazer do IFRN, parte dessa premissa do local e universal.

Reitero que este livro trata de assuntos que se colocam numa certa relação, desde sua problematização até a análise dos dados. Especificamente, tal relação se dá entre os seguintes obje-

tos de estudo: 1) as ações institucionais da educação profissional e tecnológica desenvolvidas pelo IFRN no Seridó Potiguar e 2) o desenvolvimento local com base na proposta do Projeto RN Sustentável para esta mesma região.É preciso lembrar que o conceito de capital humano utilizado pelo Governo do RN diverge da formação humana integral que pauta a concepção dos Institutos Federais. Presume-se que tanto o Governo do RN quanto o IFRN tenham como finalidades o desenvolvimento local e regional, mesmo que, na prática, trilhem caminhos paralelos. Entretanto, conforme discutido anteriormente, o desenvolvimento local se dá quando os diversos atores do arranjo produtivo local convergem para os mesmos objetivos. As convergências e divergências entre o IFRN e o planejamento estadual se dão em situações diversas que vão desde as ofertas educacionais e as demandas de mercado até parcerias que não foram efetivadas.

Na teoria ou de maneira formal, o IFRN é tido pelo Governo do RN como forte parceiro no plano de desenvolvimento (Capriglione, Moretti e Nogueira, 2017), mas nem sempre o que está posto no projeto ou no planejamento ocorre na prática. Em várias circunstâncias, a parceria é apenas aparente ou, na prática, inexistente.

É certo que houve discussões no início da expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica no Seridó Potiguar, como no caso do Centro Tecnológico do Queijo em Currais Novos, que mais tarde foi incorporado ao patrimônio do IFRN. Naquela época, órgãos estaduais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) propuseram uma parceria para determinados projetos, porém, a parceria não se desenvolveu como deveria, segundo o depoimento de DG4.

Mais tarde, ainda no contexto daquele *campus*, o arranjo produtivo local relacionado à bacia leiteira, que está intrinsecamente ligada às queijeiras, propiciou novo diálogo entre o IFRN e o Governo do RN, desta vez nas ações do Projeto RN Sustentável, segundo DG2. Ao comentar sobre o Centro de Tecnologia Mineral, o mesmo entrevistado expõe que os contatos foram quase inexistentes, pois

esse assunto sempre foi tratado em nível de reitoria e nunca em nível local. Independentemente dos contatos e da operacionalização da construção do Centro de Tecnologia Mineral, a realidade é que ele foi inaugurado e se encontra em funcionamento na cidade de Currais Novos.

No caso do planejamento estadual que envolvia o IFRN voltado para Caicó, a situação foi oposta ao que ocorreu em Currais Novos, pois toda a celeuma envolvendo a construção do Centro de Tecnologia Têxtil, como relatada acima, gerou frustração. Ademais, pode-se dizer que poucas ações foram realizadas em conjunto.

À medida em que os Diretores Gerais dos *campi* do IFRN no Seridó Potiguar foram indagados sobre as parcerias com o Governo do RN, curiosamente, todos eles citaram os empréstimos ou cessões dos auditórios dos *campi* para reuniões ou eventos e dos laboratórios para capacitações de servidores públicos. Não obstante, para fins deste estudo, a menção ao IFRN no planejamento estadual não trata desse tipo de parceria. Buscou-se observar o IFRN como um ator fundamental dos arranjos produtivos locais, que desempenha suas atividades visando o desenvolvimento local e regional.

Para os prefeitos municipais, que também exercem papel imprescindível nos arranjos produtivos locais, há algumas relações entre o IFRN e o planejamento estadual de desenvolvimento, mas nada muito integrado, inclusive em áreas que não são os eixos tecnológicos trabalhados nos *campi*.

Ao relatar alguns bons exemplos de parcerias entre os atores públicos, IF4 cita o caso do Ceará, que construiu os Centros Vocacionais Tecnológicos e atua com parcerias efetivas: "Ceará tem uma rede hoje enorme e o próprio Governo do Estado tem uma rede de escolas técnicas muito forte que se apoiam um ao outro com os Institutos Federais" (Entrevistado IF4).

Talvez seja uma característica cultural, em comparação com outros estados, essa distância ou desarticulação dos atores políticos e institucionais do Rio Grande do Norte quando pensam no desenvolvimento regional. Segundo o entrevistado IF3, além da

atuação em diversos conselhos que envolviam educação profissional e tecnológica, essa desarticulação dificulta o processo de desenvolvimento.

IF2 fala de alguns casos de parcerias com o Governo do RN como o Centro Vocacional Tecnológico em Pau dos Ferros, a doação do terreno para o *Campus* Apodi, a história do Centro de Tecnologia Têxtil em Caicó, além de ressaltar como o IFRN se tornou uma força relevante para o desenvolvimento do estado, citando o exemplo do Centro Tecnológico do Queijo em Currais Novos. Este mesmo entrevistado fez questão de fazer um "*mea culpa*" quando comentou sobre a desarticulação que há entre as instituições de ensino e o Governo do RN:

> Os órgãos governamentais precisam procurar mais as instituições de ensino, assim como as instituições de ensino precisam procurar também esse diálogo, esse debate com o Governo do Estado (Entrevistado IF2).

Confirmando o comentário de IF2, RN1 quando questionada se havia alguma parceria com o IFRN, disse que não há um diálogo mais aprofundado com a instituição.

Dessa maneira, essa relação parece muito superficial ou difusa, característica explicitada no depoimento do entrevistado IF1:

> Há uma relação difusa, não é? Nós não temos, digamos assim, um grande convênio com o Governo do Estado para essa relação entre a formação profissional, empregabilidade e desenvolvimento econômico. Aí estamos falando de um foco específico: desenvolvimento econômico.

Em certo sentido, a fala de IF1 é impactante, pois no planejamento estadual de desenvolvimento há um entendimento por

parte do Governo do RN de que o IFRN é um elemento primordial no desenvolvimento regional. Esse entrevistado cita o exemplo do projeto do Parque Tecnológico do RN chamado PotiPark e ratifica a divergência que existe entre o que está escrito no planejamento e o que ocorre na prática:

> Então eu posso dizer que é uma parceria difusa e ela não é protagonista de nada, ela é coadjuvante de uma maneira geral quando se precisa da nossa participação, da nossa contribuição. O que é ruim, lamentável. [...] é essa a realidade que está posta do ponto de vista das parcerias (Entrevistado IF1).

Para RN1, essa desarticulação não é salutar no processo de desenvolvimento regional, e o IFRN deve ser um ator mais presente não apenas nas discussões, mas nas ações que têm como objetivo promover o desenvolvimento nas diversas regiões do estado, dentre elas o Seridó Potiguar.

Isso confirma a urgente necessidade de envolvimento das comunidades e dos diversos atores sociais e institucionais, situação que não ocorre de forma plena ou adequada, mesmo sabendo que uma das ações desse projeto foi o fortalecimento dos vários conselhos, por meio de capacitações, para atuarem no fortalecimento da governança local. A ideia de desenvolvimento se dá com a base, com as comunidades, com a formação destas.

Porém, essa concepção não exclui as inúmeras interferências, das quais RN1 tem conhecimento e com que convive diariamente. Em razão dessas interferências ou conflitos, ela ressalta que a educação é o instrumento facilitador para orientar essas comunidades quanto às suas reais necessidades. É justamente nessas circunstâncias que o IFRN pode atuar de alguma forma com seu tripé institucional.

É revelador o depoimento de RN1 quando questionada sobre as atividades realizadas e como o IFRN poderia ter colaborado de forma

mais direta. Percebe-se que há falta de comunicação e uma fragilidade significativa nessa interlocução, visto que "o Governo teria que ter parcerias concretas, reais, na execução principalmente desses subprojetos, desses projetos que envolvem desenvolvimento local".

Dada a relevância e a necessidade do desenvolvimento local em regiões interioranas como o Seridó Potiguar, a educação profissional pode e deve atuar como um parceiro real e concreto dos demais atores públicos em seus planejamentos de desenvolvimento regional. No caso específico do Projeto RN Sustentável, deduz-se que a relação entre o IFRN e o planejamento estadual de desenvolvimento foi prejudicada em diversas ocasiões.

Por exemplo, as áreas dos cursos ofertados pelo IFRN no Seridó Potiguar são indústria e têxtil (Caicó), alimentos (Currais Novos), mineração (Parelhas) e informática (em todos os *campi*), praticamente não houve investimentos do planejamento estadual nessas áreas e regiões, excetuando-se a área de alimentos com os subprojetos ligados às associações e cooperativas (queijeiras, polpa de frutas etc.). Além disso, e aqui a divergência surge no IFRN, a maioria dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) divergem das reais necessidades do mercado local.

Com referência à formação profissional ou ao plano de capacitação, o planejamento estadual de desenvolvimento parte da ideia do capital humano, conceito preconizado e difundido por instituições globais como o Banco Mundial, financiador do Projeto RN Sustentável, enquanto o IFRN orienta-se a partir de um conceito mais amplo – a formação humana integral – que articula ciência, cultura, trabalho e tecnologia, vertentes que vão além daquelas do "saber fazer". A agenda do IFRN é muito mais ampla que o Projeto RN Sustentável. Nesse quesito, fica patente a divergência entre tais conceitos, que, consequentemente, influenciam nas ações desenvolvidas.

Em última análise, tanto o Governo do RN quanto o IFRN almejam e tentam apoiar o desenvolvimento local e regional, existindo convergência quanto aos fins esperados. Porém, as di-

vergências surgem conforme os meios vão sendo utilizados e na operacionalização das diversas atividades, a começar pela falta de diálogo ou a aparente parceria com as instituições, como no caso do Centro de Tecnologia Têxtil em Caicó, para citar um exemplo.

Outro ponto divergente se dá nas escolhas feitas pelo atual planejamento estratégico estadual com seus eixos integrados de desenvolvimento que relacionam apenas os setores econômicos mais relevantes no estado com seus produtos priorizados. Nesse cenário, os investimentos e as ações prioritárias ocorrerão nesses setores e em seus respectivos produtos. De certo modo, isso é coerente e adequado a um planejamento, mas surgem algumas inquietações: E os demais setores econômicos do estado? E as regiões mais desassistidas? Como ficam os mais vulneráveis em relação ao apoio do poder público? Como influenciar a dinâmica das regiões estagnadas do estado, como o Seridó Potiguar, que resiste às intempéries constantes relacionadas ao desemprego, à estiagem prolongada e à falta de oportunidades para os jovens?

O IFRN, com base nos focos e *expertise* dos eixos tecnológicos dos *campi*, tenta criar condições para apoiar efetivamente o desenvolvimento da região, mesmo que de forma lenta e gradual, pois acredita no papel da educação enquanto indutor do desenvolvimento, fomentando o empreendedorismo, a pesquisa, a transferência de tecnologia e a extensão, com seus benefícios à comunidade externa. Aqui, o leque é ampliado e não se detém apenas nos setores econômicos em destaque, mas apreende a realidade local e busca, na medida do possível, potencializar os arranjos produtivos locais com novos conhecimentos, tecnologias e ideias inovadoras.

Cabe ao IFRN, nas regiões em que se encontra, continuar a criar oportunidades para que suas ofertas educacionais, além das suas diversas outras atividades, possam contribuir com a comunidade acadêmica e a comunidade externa, dando apoio no processo de desenvolvimento dessas regiões. Nesse sentido, vale ressaltar que o inciso VIII do Art. 6º da Lei n.º 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

por meio da criação dos Institutos Federais, tem como finalidade, "realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico" (Brasil, 2008). Ou seja, os Institutos Federais não podem se limitar aos cursos ofertados, mas a um conjunto de ações que envolva ensino, pesquisa e extensão.

As divergências diagnosticadas se sobressaem quando se observa a aparente parceria entre o IFRN e o Governo do RN. Com base nos dados coletados e feita a análise de conteúdo segundo Bardin (2009), alguns resultados encontrados são oportunos para elucidar esta discussão.

Sem dúvida, faz-se necessário retomar o que foi preliminarmente citado na apresentação deste livro, ao se relacionar as categorias e as subcategorias de análise. É fato que o IFRN (educação profissional) e o planejamento estadual de desenvolvimento do Governo do RN têm como objetivo comum o desenvolvimento do Seridó Potiguar.

Em função dessa relação (IFRN e Governo do RN por meio do Projeto RN Sustentável), na análise dos resultados surgiu a subcategoria PARCERIA que obteve magnitude 66, sendo a terceira subcategoria mais evidenciada pelos entrevistados, cujas palavras mais repetidas foram: estado (76), governo (58), parceria (43), IFRN (39), desenvolvimento (30), projeto (28), CT (Centro Tecnológico) (25) e mineral (21).[5]

Em linhas gerais, essa subcategoria demonstra o que foi anteriormente discutido a respeito da aparente parceria ou de parcerias que foram pontuais e envolveram quase exclusivamente as construções (ou não) dos centros tecnológicos no Seridó Potiguar (Centro Tecnológico Têxtil, que não foi concluído, e Centro de Tecnologia Mineral), como apoio ao desenvolvimento local.

5 Os valores em parênteses indicam a magnitude dessas palavras encontradas na subcategoria PARCERIA. A magnitude revela a quantidade de vezes que cada palavra surgiu em cada unidade de registro dessa subcategoria.

Após as análises dos dados e feita essa relação, torna-se evidente que a parceria entre o planejamento estadual de desenvolvimento do Governo do RN e o IFRN não se efetiva plenamente, pois os parceiros são, na grande maioria das ocasiões, apenas aparentes parceiros.

Com a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica através dos Institutos Federais, entende-se que a realidade da educação profissional em muitas cidades interioranas mudou. O "caldo de cultura", citado por IF2, vai paulatinamente apresentando seus resultados, sejam eles positivos e esperados ou não.

Daí, infere-se que a presença do IFRN nessas regiões proporcionou oportunidades, nas perspectivas de Kaztman (1999) e Sen (2010), a muitos jovens que, até então, não tinham condições de se locomover para a capital do estado para estudar em um curso técnico; a mulheres em situações de vulnerabilidade, que tiveram mudanças em suas vidas ao participarem de projetos como o Programa Mulheres Mil; à comunidade em geral, que foi atendida direta ou indiretamente em projetos de pesquisa e extensão ou até mesmo em cursos e/ou oficinas sobre línguas, música, arte e esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro teve como temática principal a educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento local, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e o planejamento do desenvolvimento estadual através do Projeto RN Sustentável, na região do Seridó Potiguar.

Nesse contexto, buscou-se examinar a relação existente entre a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento do Seridó Potiguar, com base nas atividades desenvolvidas pelo IFRN e nas ações definidas no planejamento de desenvolvimento estadual por meio do Projeto RN Sustentável.

Para o alcance desse objetivo geral, foi necessário: 1) investigar o processo de interiorização do IFRN, mais especificamente no Seridó Potiguar; 2) analisar as ações e especificidades do Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar; 3) examinar a relação entre as atividades do IFRN no Seridó Potiguar e o planejamento do desenvolvimento local preconizado no planejamento estadual orientado pelo Projeto RN Sustentável; e 4) examinar as convergências e divergências entre a proposta de educação profissional e tecnológica do IFRN para o Seridó Potiguar em relação às propostas do Projeto RN Sustentável para a mesma região nos eixos de desenvolvimento local e educação profissional.

Na investigação do processo de expansão e interiorização do IFRN no Seridó Potiguar, descobriu-se que as instalações dos três *campi* – Currais Novos, Caicó e Parelhas – não ocorreram em momentos semelhantes, mas em contextos e conjunturas distintas (Fase I: Currais Novos; Fase II: Caicó; e Fase III: Parelhas).

A ideia de que o IFRN pudesse ser um dos instrumentos para o desenvolvimento local (Brasil, 2008) se revela no esforço de integrar suas ofertas educacionais às potencialidades da região, como foi observado na fala dos entrevistados, nos projetos de pesquisa e nos projetos de extensão desenvolvidos durante o período em que o IFRN faz parte do Seridó Potiguar.

Entretanto, a perspectiva da formação humana integral do IFRN não se limita ao aspecto do desenvolvimento econômico, mas da educação enquanto propulsora do desenvolvimento integral do indivíduo, de um desenvolvimento enquanto expansão das possibilidades humanas (Furtado, 2011) ou do desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas. Ela entende a educação como um dos componentes imprescindíveis das liberdades instrumentais descritas por Sen (2010) ou, ainda, na tentativa de possibilitar aos indivíduos estruturas de oportunidades – como a educação – para o desenvolvimento (Kaztman, 1999).

Compreende-se que a existência do IFRN no Seridó Potiguar mudou o panorama da educação profissional na região, e que preencheu, de certo modo, uma demanda antiga da população, que aguardava tal feito desde o início da década de 90. Todavia, essa nova realidade não pode ser vista com ingenuidade, pois o processo de desenvolvimento local exige outras variáveis e outros atores institucionais e políticos para sua efetivação.

Os dados do Relatório da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (IFRN, 2018c), por exemplo, revelam que os resultados ainda são muito incipientes quando observadas questões relacionadas à inserção no mercado de trabalho dos egressos do IFRN no Seridó Potiguar. Gomes (2016) analisa o fenômeno da expansão e interiorização da educação profissional com muita cautela, com "os pés no chão", evitando qualquer tipo de euforia que distorça a realidade claudicante das cidades interioranas.

Ao apontar a educação como instrumento para o desenvolvimento (Kaztman, 1999; Furtado, 2011; Sen, 2010; Pacheco, 2011) e discutir algumas abordagens sobre desenvolvimento local (Bru-

gué e Gomà, 1998), esta pesquisa enfatizou que esse processo de desenvolvimento socioeconômico não é possível sem o auxílio da educação. Diante da atual dinâmica social em que os paradigmas são cada vez mais suscetíveis às mudanças, a educação é um dos componentes imprescindíveis para qualquer sociedade.

A Comunidade Europeia, para citar um exemplo, ao tratar do planejamento de desenvolvimento local conforme a abordagem chamada Especialização Inteligente (Barca, 2009; Foray, David e Brnwyn, 2009; Foray *et al*., 2012; Foray, 2014; Mccann e Ortega-Argilés, 2013), tem a educação como um elemento constitutivo e essencial nesse processo, mas não exclusivo. Por isso, o IFRN ou qualquer outra instituição de ensino, não pode ser visto como ator único nesse processo de desenvolvimento (Gomes, 2016).

Assim, cabe ao IFRN ser não apenas um protagonista no Seridó Potiguar, mas um interlocutor entre outros atores sociais e institucionais. O tripé institucional – ensino, pesquisa e extensão – precisa ser e estar vinculado com o desenvolvimento local. O Seridó Potiguar necessita do conhecimento gerado dentro dos muros institucionais e, paralelamente, o IFRN precisa compreender as reais necessidades dessa região. Essa simbiose não acontece de um dia para o outro, mas ambas as partes devem trabalhar em conjunto. Esforços devem ser enveredados pelos servidores em geral e, especialmente, pelos gestores, para superar a crise identitária apontada por Fernandes (2015).

Por ora, não há um trabalho finalizado, mas apenas uma história em construção que sequer completou duas décadas, ou seja, há um processo de consolidação da educação profissional e tecnológica no Seridó Potiguar. Entende-se que o IFRN deve se aproximar mais dos conselhos municipais e regionais no intuito de participar com mais afinco das realidades locais. É preciso conhecer melhor as lacunas existentes para apontar possíveis soluções.

Ciente de que o desenvolvimento local não se dá por via única ou apenas por meio da educação, buscou-se analisar as ações e especificidades do Projeto RN Sustentável para o Seridó Potiguar,

pois esse era o único planejamento em prol do desenvolvimento no RN e tinha como um dos objetivos resgatar o antigo centro dinâmico do estado.

Ficou demonstrado a fragilidade desse objetivo quando confrontado com os resultados apresentados, pois os investimentos para a região seridoense foram muito poucos e bem específicos ao ponto desse projeto se caracterizar mais como uma política de permanência do que uma política de mudança. Provavelmente, o antigo centro dinâmico do estado não sofrerá os impactos desse resgate previamente planejado.

Ao fim e ao cabo, diante das inúmeras ações planejadas que não necessariamente foram executadas, o Projeto RN Sustentável revelou-se um instrumento formal para aquisição de empréstimo junto ao Banco Mundial. Aqui adentra-se uma das grandes problemáticas da gestão pública e governança: há realmente planejamento estratégico no RN?

O exemplo analisado nesta pesquisa nos permite afirmar que não. Pode-se apenas confirmar que há um instrumento formal de ações planejadas que, no decorrer dos governos, vai sendo emendado, remendado, a ponto de correr o risco de ser distorcido, transformado. O conflito entre teoria *versus* prática persiste quando verificamos que os parceiros não são tão parceiros assim, para citar apenas um exemplo.

Ao examinar a relação entre as atividades do IFRN no Seridó Potiguar e o planejamento de desenvolvimento local em nível estadual por meio do Projeto RN Sustentável e, considerando que o diagnóstico feito pelo Governo do RN apresenta o IFRN como uma força e parceiro nesse processo de desenvolvimento pela rede de educação profissional instalada no RN (Capriglione, Moretti, e Nogueira, 2017), observou-se que 3 dos 7 setores produtivos priorizados – têxtil, ceramista e extração de pedras, no que se refere aos arranjos produtivos locais, encontram-se na região seridoense. Dessa maneira, ao relacionarmos os setores priorizados com as ofertas educacionais do IFRN no Seridó Potiguar, percebeu-se que

há convergência apenas nos *campi* de Caicó com os cursos na área têxtil, e de Parelhas com o curso de mineração.

Um caso específico que caracteriza bem essa relação, ora convergente, ora contraditória, se dá nesse mesmo setor têxtil, pois a oferta educacional do IFRN (*Campus* Caicó) é convergente com as necessidades explicitadas no planejamento estadual. Entretanto, algumas ações que tinham sido previamente planejadas, poderiam ter tido um desfecho melhor para esse arranjo produtivo local, como foi a discussão envolvendo a construção do Centro de Tecnologia Têxtil em Caicó.

No que se refere ao aumento do nível de instrução da população, que pode ser feito através dos cursos FIC (formação inicial e continuada), as ofertas educacionais do IFRN foram pouco convergentes com as necessidades apresentadas no diagnóstico realizado pelo Governo do RN. Além do mais, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026) do IFRN para os próximos anos, essa realidade não será muito diferente. Assim, ficou evidente a necessidade de um melhor diálogo entre o IFRN e o Governo do RN quando o assunto é educação profissional e tecnológica aliada ao desenvolvimento local. Esse diálogo não pode ser unilateral nem muito menos um monólogo, mas uma relação efetiva em prol de objetivos comuns para a sociedade.

De acordo com os dados obtidos através das entrevistas e análise dos documentos, examinou-se as convergências e divergências entre a proposta de educação profissional e tecnológica do IFRN para o Seridó Potiguar em relação às propostas do Projeto RN Sustentável para essa mesma região nos eixos de desenvolvimento local e educação profissional. Os resultados encontrados revelaram que há mais divergências do que convergências nessa relação, evidenciando que a parceria entre o planejamento estadual de desenvolvimento do Governo do RN e o IFRN não se efetiva plenamente.

Os resultados apresentados corroboram a hipótese deste estudo de que o IFRN e Governo do RN têm compreensões distin-

tas acerca do desenvolvimento local, o que os caracteriza como "aparentes parceiros" nesse processo de desenvolvimento. Isso porque, enquanto o Instituto Federal busca promover o que existe de universal nessa realidade, o planejamento estadual, por meio do Projeto RN Sustentável, permanece buscando identificar apenas as chamadas "vocações naturais" ou potencialidades da região. Em suma, o IFRN tem como foco, primeiramente, o indivíduo e, consequentemente, a região em que este se encontra, ao passo que o Projeto RN Sustentável se detém na região.

As distinções entre a agenda do IFRN e do Banco Mundial, aqui representado pelo Projeto RN Sustentável, são nítidas, a começar pela diferença entre a formação integral e humana (IFRN) e a formação do capital humano (Banco Mundial). Isso demonstra que a concepção de educação promovida pelo IFRN é muito mais ampla do que a do Projeto RN Sustentável.

A formação humana e integral visualiza o aluno em todas as suas vertentes e busca formar prioritariamente um cidadão que possa atuar no mundo, sem excluir sua formação técnica e profissional que o auxilie a desenvolver suas habilidades em qualquer lugar. Em contrapartida, o Projeto RN Sustentável tem um olhar direcionado apenas para a formação de profissionais específicos, baseada exclusivamente nas necessidades mercadológicas. Além disso, essas corporações globais, como o Banco Mundial, utilizam as escolas para moldar o homem para o mercado (Spring, 2018).

Vale lembrar que a pesquisa realizada teve como universo apenas a região do Seridó Potiguar, o que não permite generalizações em relação aos resultados encontrados neste estudo. O IFRN, como comentado anteriormente, encontra-se praticamente em todo o território do Rio Grande do Norte e o Projeto RN Sustentável também tinha uma abrangência para todo o estado. Nesse sentido, aponta-se essa limitação no estudo ora apresentado. Ademais, o Projeto RN Sustentável ocorreu num período específico (2013-2019), o que não exclui a possibilidade de outro planejamento

estadual de desenvolvimento estabelecer e efetivar uma parceria profícua com o IFRN no futuro.

Recomenda-se que outras pesquisas possam ser realizadas dentro desse contexto da educação profissional e tecnológica e do desenvolvimento local. Sugere-se estudos que ampliem o universo e possibilitem realizar comparações entre todas as regiões do Rio Grande do Norte, contemplando os 22 *campi* do IFRN.

Vivemos em tempos em que há uma necessidade urgente de se compreender a realidade da educação brasileira após esse processo de expansão e interiorização frente a um pensamento de descrédito com que sofrem as instituições de ensino federais. Neste contexto, seria interessante propor-se estudos para além do RN, que pudessem realizar investigações mais densas e aprofundadas em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, com análises sobre o antes e o depois dessas cidades e regiões com o advento dos Institutos Federais. Pesquisas cujo foco recaísse sobre cidades menores em que as lacunas na área da educação sempre foram características presentes e que pudessem analisar as possíveis transformações ocorridas nos indicadores socioeconômicos dessas cidades e regiões.

Algum estudo poderia enveredar por uma discussão acerca da importância da educação profissional para o planejamento de desenvolvimento local, seja em nível municipal, regional ou estadual, inclusive partindo da reflexão do que foi examinado sobre o Seridó Potiguar neste livro e analisar realidades de cidades e regiões maiores.

Outro ponto a ser considerado como agenda de pesquisa trata do planejamento estadual em si. Pesquisas futuras poderiam analisar os impactos do Projeto RN Sustentável nas diferentes regiões do RN. Há realmente e efetivamente planejamento estratégico no RN? Como se dá as articulações com os diversos "parceiros" apontados pelo Governo do RN em seus planos? Estudos sobre gestão pública e governança seriam interessantes, tendo o Projeto RN Sustentável como objeto de estudo.

O título deste livro poderia ser composto por uma pergunta ou "provocação" (Um oásis no sertão?), mas optou-se por fazer uma afirmação. Propositalmente e instintivamente, um sertanejo, quando escreve, traz em suas marcas mais profundas o anseio pela abundância da água, das chuvas, da sangria do açude... que são como "oásis" no deserto. De fato, a paisagem, o bioma caatinga e as experiências no sertão quase sempre estão vinculadas a tais pensamentos. Desse modo, o oásis pode, metaforicamente, representar o anseio do sertanejo (pais e alunos) nesse deserto (sertão do Seridó Potiguar). Para os que tem sede ou nada tem (sede de conhecimento, de uma educação pública de qualidade), o oásis é deleite, é fartura, e não mera paisagem. Com o tempo e já sem tanta sede, eles se darão conta de que ali, naquele oásis, estava contido o suficiente para matar a sede (de conhecimento) e ir em busca de outros desafios. Desafios até então inimagináveis, que não necessariamente estavam relacionados à própria subsistência, sobrevivência...

Esse oásis também pode ser algo concreto, material, que "vive" e é habitado. Um lugar... para ser e estar consigo e com os outros. Um lugar para saciar a sede, amenizar o calor, contemplar a paisagem e, quiçá, fazer uma pausa para sentir o frescor do vento, do tempo, do sentimento que brota do pertencimento àquele oásis no sertão. Alunos, pais, servidores, professores, trabalhadores, gestores e futuros doutores vivem um pouco disso ao adentrar o IFRN espalhado pelo sertão no Seridó Potiguar.

Nesse solo ressequido e paulatinamente aguado com as águas do oásis, há a necessidade de outros sertanejos, daqui ou de acolá, que sejam verdadeiros atores (governos municipais e estaduais, sociedade civil representada, empresariado local etc.) para fazer desse deserto um lugar mais ameno, mais sereno... E, quem sabe, construir aquedutos ou adutoras para levar água (o conhecimento não se esvai!) desse oásis a outros torrões, outros sertões.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ POTIGUAR – ADESE. **Diagnóstico da fruticultura nas Serras de Santana e João do Vale**. Caicó: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, 2012.

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. **Qualificação profissional**: uma proposta de política pública. São Paulo: Atlas, 1995.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

APOLINÁRIO, Valdênia *et al*. **Nota Técnica 02**. Arranjos produtivos locais no estado do Rio Grande do Norte: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Natal: RedeSist, 2010.

APOLINÁRIO, Valdênia *et al*. **Nota Técnica 05**. Arranjos produtivos locais no estado do Rio Grande do Norte: caracterização, análise e sugestões para adensamento das políticas de apoio a APLs implementadas nos estados. Natal: RedeSist, 2010.

ARAÚJO, Denílson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. Recife: Massangana, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Seridó, uma região viável. **Revista Caicó em foco**, Caicó, ano 1, n. 1, p. 6-7, jul. 2000.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 2.

AZEVEDO, Marcio Adriano de. **Avaliação do programa escola ativa como política pública para escolas do campo com turmas multisseriadas**: a experiência em Jardim do Seridó/RN (1998-2009). Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

BARCA, Fabrizio. **An agenda for a reformed cohesion policy**: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations. Independent Report prepared at the request of Danuta Hübner. Commissioner for Regional Policy, 2009. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/regi/dv/barca_report_/barca_report_en.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

BARCA, F.; McCann, P.; Rodríguez-Pose, A. The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. **Journal of Regional Science**, Wiley Blackwell, v. 52, n. 1, p. 134-152, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5. ed. rev. e atual. Lisboa: Ed. 70, 2009.

BARREIRO, Fernando. Las políticas locales de promoción económica: reflexiones e innovación. *In*: **Gobiernos locales y políticas públicas**: Bienestar social, promoción económica y territorio. Barcelona: Ariel, 1998.

BENTLEY, Gill; PUGALIS, Lee. Shifting paradigms: people-centred models, active regional development, space-blind policies and place-based approaches. **Local Economy**, Birmingham, v. 29, n. 4-5, p. 283-294, jun. 2014. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0269094214541355. Acesso em: 02 out. 2018.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas

escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

BRASIL. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Ministério da Educação. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Presidente (1956-1961). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BRASIL. **Expansão da rede federal**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal. Acesso em: 18 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.html. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9649cons.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 405, de 17 de abril de 2020**. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-405-de-17-de-abril-de-2020-253147071. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard. Gobierno local, ciudad y política urbana. **Revista Estudios Demográficos y Urbanos**, Ciudad de México, v. 13, n. 3, p. 561-583, 1998.

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard. **Gobiernos locales y políticas públicas**: Bienestar social, promoción económica y territorio. Barcelona: Ariel, 1998.

BRUGUÉ, Quim; GOMÀ, Ricard; Subirats, Joan. Gobernar ciudades y territorios en la sociedad de las redes. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 32, jun. 2005, p. 1-8.

CAMAGNI, Robert. Razones, principios y cuestiones para la política de desarrollo espacial en una era de globalización, localización y trabajo en red. *In*: SUBIRATS, Joan (coord.). **Redes, territorios y gobierno**: nuevas respuestas locales a los retos de la globalización. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2002, p. 321-350.

CAPELLO, Roberta; CARAGLIU, Andrea; NIJKAMP, Peter. Territorial capital and regional growth: Increasing returns in knowledge use. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Oxford, v. 102, n. 4, p. 385-405, 2010. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9663.2010.00613.x. Acesso em: 03 out. 2018.

CAPRIGLIONE, Sandra; MORETTI, Telma; NOGUEIRA, Gustavo. **Plano de capacitação do capital humano do RN**: eixos integrados de desenvolvimento. Natal: EGRN, 2017.

CARAYANNIS, Elias; GRIGOROUDIS, Evangelos. Quadruple Innovation Helix and Smart Specialization: Knowledge Production and National Competitiveness. **Foresight and STI Governance**, v. 10, n. 1, p. 31-42, 2016. Disponível em: https://foresight-journal.hse.ru/article/view/19312. Acesso em: 2 out. 2018.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profis-**

sional: trabalho e tempo livre. Brasília: Plano Editora, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. O Enfoque em Sistemas Produtivos e Inovação Locais. *In*: FISCHER, Tania. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Complexidade de uma urbanização periférica**. 1990. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas: UNICAMP, 1990.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e Urbanização**: o Rio Grande do Norte nos Anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial**. Natal: EDUFERN, 1986.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Políticas Públicas e Promoção Econômica na Cidade. *In*: 50º ICA – **50º Congresso Internacional de Americanistas**, Varsóvia, 2000.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Universidade & empresa e o desenvolvimento local. **Revista de Engenharia de Produção/UFRN**, Natal, v. 1, n.1, p. 121-137, jan./jun. 1999.

CUESTA, Pablo Díaz; GARCÍA, Antón Cotelo; NOGUEIRA, Gustavo Maurício. **Plano de desenvolvimento industrial do RN**: eixos integrados de desenvolvimento. Natal: EGRN, 2017.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

DANTAS, Marcos Alberto. **A qualificação profissional como alternativa de empregabilidade para os trabalhadores da cidade do Natal**: utopia ou realidade? 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2001.

DELORS, Jacques. **Educação, um tesouro a descobrir**: relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

DIAS, Adriano *et al*. **Impulsionando a inovação**: à consolidação da rede que conhece o nosso chão, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2016.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. *In*: Guevara, Arnoldo José de Hoyos; Rosini, Alessandro Marco. **Tecnologias emergentes**: organizações e educação. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE – ENEI. **Estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente**. Lisboa: EI&I, IAPMEI, FCT, COMPETE, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARINÓS, Joaquin. Desarrollo territorial y gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando em la práctica. Um intento de aproximación fronética. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n. 2, p. 4-24, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/993. Acesso em: 03 out. 2018.

FARINÓS, Joaquim. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A.G.E.**, n. 46, p. 11-32, 2008. Disponível em: https://bage.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/668. Acesso em: 02 out. 2018.

FARINÓS, Joaquin. Planificación territorial y desarrollo local, y su relación com las nuevas formas de gobernanza territorial associadas. Um renovado espacio de aplicación professional. *In*: NOGUERA, Joan. **La visión territorial y sostenible del desarrollo local**: Una perspectiva multidisciplinar. Publicacions de la

Universitat de València, 2015.

FARINÓS, Joaquin. Re-territorializating local development in EU; local-based against globalisation impacts, *In*: Salom, Julia; Farinós, Joaquin. **Identity and Territorial Character**: reinterpreting local-spatial development. Valencia: IIDL/PUV, 2014, p. 13-35.

FAROLE, Thomas; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; STORPER, Michael. Cohesion policy in the European Union: Growth, Geography, Institutions. **Journal of Common Market Studies**, v. 49, n. 5, p. 1089–1111, 2011. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-5965.2010.02161.x . Acesso em: 04 out. 2018.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; CARVALHO, Edilson Alves de. **Economia Rio Grande do Norte**: estudo geo-histórico e econômico. 3. ed. João Pessoa: Grafset, 2011.

FELIPE, José Lacerda Alves; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; RÊGO, Giovanni Sérgio. **História da industrialização do Rio Grande do Norte**: uma indústria de resistência. Natal: FIERN, 2010.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Gestão dos Institutos Federais: o desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Holos**, Natal, Ano 25, v. 2, p. 1-9, 2009. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267. Acesso em: 02 jul. 2018.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Racionalidades e ambiguidades da organização Instituto Federal**: o caso do Rio Grande do Norte. 2015. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2015.

FIERN. **Mais RN**: Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte: 2016-2035. Natal, 2015. Disponível em: https://www.fiern.org.br/wp-content/uploads/

midias/plano-estrategico. Acesso em: 04 jun. 2019.

FIERN. **Pró-Sertão garante empreendimentos ao interior do RN**. 2017. Disponível em: http://www.fiern.org.br/index.php/noticias/industria/265-pro-sertao-garante-empreendimentos-ao--interior-do-rn. Acesso em: 6 jan. 2017.

FONSECA, Sônia Maria. O "Ensino Profissional" no Brasil Colônia: a propósito de três planos de estudos e ensino – Nóbrega, Pombal e Lebreton. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). **A Educação profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. Campinas: Alínea, 2013.

FORAY, Dominique. From smart specialisation to smart specialisation policy. **European Journal of Innovation Management**, n. 4, v. 17, p. 492-507, 2014. Disponível em: https://infoscience.epfl.ch/server/api/core/bitstreams/bfaa3fff-fa49-4d48-9564-bdb9e91ddf47/content. Acesso em: 02 out. 2018.

FORAY, Dominique; DAVID, Paul; BRONWYN, Hall. Smart Specialisation – The Concept. **Knowledge Economists Policy Brief**, n. 9, jun. 2009. Disponível em: https://wbc-rti.info/object/document/10306/attach/kfg_policy_brief_no9.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

FORAY, Dominique *et al*. **Guide to research and innovation strategies for smart specialisation (RIS 3)**. ESPON, 2012. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/brochure/smart_specialisation/smart_ris3_2012.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

FORAY, Dominique; Goenaga, Xabier. The Goals of Smart Specialisation. **S3 Policy Brief Series**, n. 1, maio 2013. Disponível em: https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC82213. Acesso em: 04 out. 2018.

FORAY, Dominique; VAN ARK, Bart. Smart specialisation in a truly integrated research area is the key to attracting more R&D to

Europe. **European Commission Expert Group Knowledge for Growth** – Policy Brief, n. 1, 2007. Disponível em: https://ec.europa.eu/invest-in-research/pdf/download_en/policy_brief1.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa; v. 6)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Jornal dos economistas**, Rio de Janeiro, n. 179, p. 3-4, jun. 2004.

FURTADO, Celso. El desarrollo como proceso endógeno. **Clásicos**, n. 8, p. 170-193, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/08/pdfs/Furtado-Clasicos-OlaFin-8.pdf. Acesso em: 16 out. 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso *et al*. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

GALLINDO, Jussara. Formação para o Trabalho e Profissionalização no Brasil: da assistência à educação formal. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). **A Educação profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. Campinas: Alínea, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e t**écnicas de **pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Danilo Cortez. "Tirando leite de pedra": a dinâmica econômica do Seridó Potiguar. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano 19, v. 3, n. 38, p. 365-388, 2017.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Expansão do Ensino Técnico e universitário no Rio Grande do Norte: entre a utopia e a realidade. **XIV Coloquio Internacional de Geocrítica**: Las utopías y construcción de la sociedade del futuro. Barcelona, maio 2016. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/xiv_ritacassia-gomes.pdf. Acesso em: 04 out. 2017.

GOVERNO DO RN. **Governo cidadão**: mapa interativo de investimentos. 2019. Disponível em: http://www.governocidadao.rn.gov.br/bi/territorios/TERRITORIO%20SERIDO.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

GOVERNO DO RN. **Perfil do Rio Grande do Norte**. Natal, 2013. Disponível em: https://www.governocidadao.rn.gov.br/. Acesso em: 22 jun. 2020.

GOVERNO DO RN. **Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó**. v. 1. Diagnóstico. Caicó, 2000. Disponível em: https://www.docsity.com/pt/docs/plano-desenvolvimento-sustentavel--serido-volume-i/4827999/. Acesso em: 22 jun. 2020.

GOVERNO DO RN. **Projeto integrado de desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte**. Natal, 2013. Disponível em: https://www.governocidadao.rn.gov.br/. Acesso em: 22 jun. 2020.

GOVERNO DO RN. **Projeto RN sustentável**: manual operativo. Natal, 2013. Disponível em: https://www.governocidadao.rn.gov.br/. Acesso em: 22 jun. 2020.

GOVERNO DO RN. **Projeto RN Sustentável**. Relatório de Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.. Disponível: https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/a48760d-6d9b902ae7e343429a6bc151e.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMMARINO, Simona; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; STORPER, Michael. Why regional development matters for Europe's economic future. **Publications Office of the European Union**, 2017. Disponível em:

https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/working-papers/2017/why-regional-development--matters-for-europe-s-economic-future. Acesso em: 04 out. 2018.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Acesso em: 10 jun. 2016.

IBGE. **Conheça cidades e estados do Brasil**. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 22 jun. 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua primeiro trimestre de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf . Acesso em: 22 jun. 2020.

IFRN. **Conheça o IFRN Parelhas**. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cci2Fv19nKw. Acesso em: 22 jun. 2020.

IFRN. **Design de moda em etapa final de concurso**. Natal, 2019. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/*campus*/caico/noticias/design-de-moda-em-etapa-final-de-concurso. Acesso em: 24 ago. 2019.

IFRN. **Equipe do IFRN realiza visita técnica ao município de Jucurutu**. Natal, 2018. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/*campus*/reitoria/noticias/equipe-do-ifrn-realiza-visita-tecnica-ao-municipio-de-jucurutu. Acesso em: 02 fev. 2018.

IFRN. **Estatuto**. Natal, 2009. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/acesso-a-informacao/estatutos-e-regimentos/estatuto/. Acesso em: 18 out. 2017.

IFRN. **Histórico**. Caicó, 2019. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/*campus*/caico/institucional/historico.html. Acesso em: 23 ago. 2019.

IFRN. **Histórico**. Natal, 2017. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/historico. Acesso em: 18 out. 2017.

IFRN. **IFRN – *Campus* Caicó em 1 minuto**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cci2Fv19nKw. Acesso em: 22 jun. 2020.

IFRN**. IFRN *Campus* Currais Novos**. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HaLzVM5Qp2k&t=5s. Acesso em: 22 jun. 2020.

IFRN. **Incubadoras do IFRN recebem certificado cerne de boas práticas em inovação**. Natal, 2019. Disponível em: https://

portal.ifrn.edu.br/*campus*/reitoria/noticias/ncubadoras-do-ifrn-recebem-certificado-cerne-de-boas-praticas-em-inovacao. Acesso em: 31 ago. 2019.

IFRN. **Institucional**: função social e principais objetivos. Natal, 2017. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/institucional/default-page. Acesso em: 23 maio 2017.

IFRN. **Matriz orçamentária CONIF e o orçamento do IFRN**: evolução, projeção e impactos financeiros. Natal, 2019. Disponível em: http://portal.ifrn.edu.br/arquivos/matriz-orcamentaria-conif-e-o-orcamento-do-ifrn-evolucao--projecao-e-impactos-financeiros. Acesso em: 29 out. 2019.

IFRN. **PDI**: Plano de desenvolvimento institucional – IFRN 2019-2026. Natal, 2019. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/12772/PDI_2019-2026_-1.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

IFRN. **Projeto político-pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva – documento-base. Natal: IFRN, 2012.

IFRN. **Proposta da lei orçamentária 2020 preocupa IFRN**. Natal, 2019. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/*campus*/reitoria/noticias/proposta-da-lei-orcamentaria-2020-preocupa-ifrn. Acesso em: 29 out. 2019.

IFRN. **Relatório da pesquisa de acompanhamento de egressos (PAE) 2017**. Natal, 2018. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/947/IFRN_-_Relatorio_da_Pesquisa_de_Acompanhamento_de_Egressos_2017_FINAL_pub16051_nsBMQuH.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

KAZTMAN, Ruben. (coord.). **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. CEPAL/PNUD, Montevidéu, 1999. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/28651. Acesso em: 28 out. 2017.

KAZTMAN, Ruben. Los desafíos que plantean las transformacio-

nes del mercado de trabajo al desarrollo humano en Uruguay. *In*: KAZTMAN, Ruben. **Desarrollo humano en Uruguay**. Montevideo: PNUD/CEPAL, 2001.

KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, v. 75, p. 171-189, 2001. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/e37dda43-a705-44d5-88fe-0a2530f6b892/content. Acesso em: 28 out. 2017.

KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. **Las normas como bien público y como bien privado**: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. Serie Documentos de Trabajo del IPES / Colección Aportes Conceptuales n. 4, Universidad Católica del Uruguay, 2006.

Lamartine, Oswaldo. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Marcos Costa. Revisitando a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. *In*: FURTADO, Celso. *et al*. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MACÊDO, M. K. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN, 2012.

MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz da. Educação e desenvolvimento local: uma análise sob o enfoque dos APLs. **Synergismus Scyentifica**, Pato Branco, UTFPR, v. 6, n. 1, 2011.

MCCANN, Philip; ORTEGA-ARGILÉS, Raquel. Smart specialization: regional growth and applications to European Union cohesion policy. **Regional Studies**, v. 49, n. 8, p. 1291-1302, 2013. Disponível em: https://wbc-rti.info/object/document/10306/atta-

ch/s3_mccann_ortega.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Seridó – PTDRS**. 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio076.pdf. Acesso em: 16 out. 2017.

MEC. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

MEC. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pp.pdf. Acesso em: 18 abr. 2017.

MEC. **Programa nacional mulheres mil**. Brasília: Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil. Acesso em: 24 ago. 2019.

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP. **IDEB:** resultados e metas. Brasília: Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=3207879. Acesso em: 20 jun. 2020.

MEDEIROS, Arilene Lucena de. **A forja e a pena**: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Natal: Editora IFRN, 2011.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MENDEZ, Ricardo. Estrategias de desarrollo territorial para tempos de crisis. Una interpretación desde la periferia europea. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, Madri, ano 3, n.

2, p. 4-26, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/463. Acesso em: 04 out. 2018.

MENDEZ, Ricardo. Renovar economías urbanas em crisis: un debate actual sobre la innovación. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, Madri, v. 6, n. 3, p. 4-31, nov. 2016. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1293. Acesso em: 04 out. 2018.

MEIRELES, Elisângela Cabral de. Da escola de aprendizes artífices ao centro federal de educação tecnológica: uma análise econômica. *In*: PEGADO, Erika Araújo da. **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. 2. ed. Natal: Editora IFRN, 2010.

MORGAN, Kevin. Smart specialisation: opportunities and challenges for regional innovation policy. **Regional Studies**, n. 49, v. 3, p. 480-482, 2015. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00343404.2015.1007572. Acesso em: 03 out. 2018.

MOURA, Paulo C. **A crise do emprego**: ama visão além da economia. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, 1974.

NAVARRO, Xavier; PARDO, Juan Díaz; NOGUEIRA, Gustavo. **Plano de telecomunicações e tecnologia de informação do RN**: eixos integrados de desenvolvimento. Natal: EGRN, 2017.

OLIVEIRA, André Luiz Ferreira de. **O IFRN no âmbito das políticas públicas de expansão dos institutos federais no Brasil**: uma abordagem organizacional sobre o processo de democratização do ensino médio e superior, a partir das representações de alunos, professores e gestores. 2016. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade do Minho. Braga, 2016.

OLIVEIRA, Marcos Antônio de. A criação da unidade de ensino de Mossoró: realização de um sonho da população do Oeste Potiguar. *In*: PEGADO, Erika Araújo da. **A trajetória do CEFET-RN**

desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI. 2. ed. Natal: Editora IFRN, 2010.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). **A Educação profissional no Brasil**: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. Campinas: Alínea, 2013.

PACHECO, Eliezer Moreira (org.). **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

PEGADO. Erika Araújo da Cunha. Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizes e Artífices até o CEFET-RN. *In*: PEGADO, Erika Araújo da Cunha. **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. Natal: Editora IFRN, 2010.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_caldas.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf. Acesso em: 17 out. 2017.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Institutos federais de educação ciência e tecnologia**: função estratégica da educação profissional e tecnológica. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/instfedfuncaoestrategica.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

PEREIRA, Margarida. Da governança à governança territorial colaborativa: uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, ano 3, n. 2, p. 52-65, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/493. Acesso em: 04 jun. 2019.

PEREIRA, Sandra. Centenário da rede de educação profissional. **Revista Poli**. set./out., 2009. Disponível em: http://www.midias.epsjv.fiocruz.br/upload/d/emDiaComAhistoria.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

PIKE, Andy; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; TOMANEY, John. **Desarrollo local y regional**. Publicaciones de la Universidad de Valencia, Valencia, 2011.

PIRES, Valdemir. **Economia da educação**: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

RIES, Eric. **Startup enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Leya, 2012.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; KETTERER, Tobias. Institutional change and the development of lagging regions in Europe. **GEN Working Paper A**, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3383970. Acesso em: 03 out. 2019.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte. **Educação profissional**: a expansão recente do IFRN e a absorção de egressos no mercado de trabalho. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 3. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Dellany Maria Dantas; RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; MOTA, Leonardo de Araújo. O desenvolvimento como alargamento das capacidades humanas: aproximações entre Amartya Sen e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 47-58, 2014. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4805. Acesso em: 30 jun. 2019.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas: Vide Editorial, 2018.

STIMSON, Roger *et al*. (coord.). **Endogenous regional development**: perspectives, measurement and empirical investigation. Cheltenham: Eduard Elgar, 2011.

SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP. Natal, 2019. Disponível em: https://suap.ifrn.edu.br/. Acesso em: 29 Out. 2019.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalisation or 'glocalisation'? networks, territories and re-scaling. **Cambridge Review of International Affairs**, n. 17, p. 25-48, 2004. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0955757042000203632#d1e140. Acesso em: 03 out. 2018.

TOMANEY, John. **Place-based approaches to regional development**: global trends and australian implications. Australian Business Foundation. Sidney: 2010. Disponível em: https://alstonvillewollongbar.com.au/members/Library/Documentation/2014/Place_based_competitiveness_australia.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.


editoraifrn



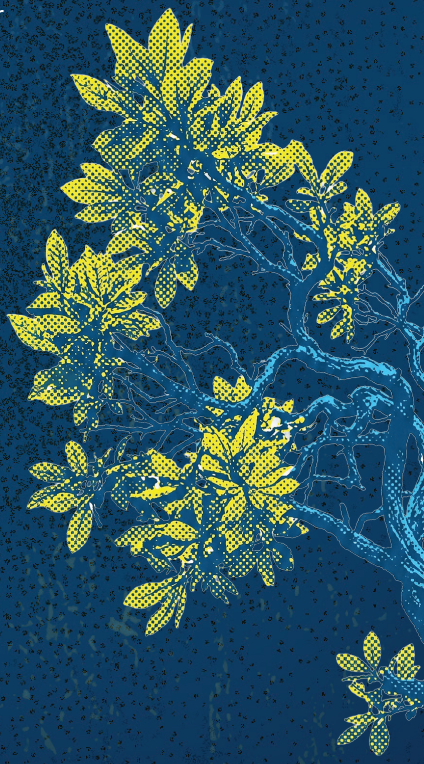
DANILO CORTEZ GOMES

Doutor em Ciências Sociais; mestre em Administração; especialista em Gestão Pública, Educação Profissional, Gestão de TI e Gestão de Projetos Ágeis; graduado em Administração, Filosofia e Teologia; professor no IFRN.

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 250 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didáticopedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a Editora IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



O presente livro é fruto de um esforço para desvelar o processo de expansão e interiorização da educação profissional por meio do IFRN no Seridó Potiguar, sem desconsiderar as diversas nuances desse processo. Tendo em vista que há duas décadas o IFRN encontra-se presente nessa região, esta obra busca preencher uma lacuna até então existente sobre a história, as características e as especificidades dos *campi* do IFRN e, especialmente, a relação dessa instituição de ensino com o desenvolvimento do Seridó Potiguar.

Por isso, este trabalho surge da compreensão de que o IFRN contribui positivamente com o desenvolvimento do Seridó Potiguar, porém nem sempre com plena convergência com os objetivos das políticas de desenvolvimento em nível estadual.

Assim, o propósito deste livro foi examinar a relação existente entre a expansão e a interiorização da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento do Seridó Potiguar com base nas atividades desenvolvidas pelo IFRN e as ações definidas no planejamento de desenvolvimento estadual.

9 788583 333630

editoraifrn

20 anos Editora IFRN

EDITORA ASSOCIADA À ABEU
abeu.org.br

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte